



DIÁRIO OFICIAL

República Federativa do Brasil - Estado da Bahia
SALVADOR, QUINTA-FEIRA, 13 DE FEVEREIRO DE 2020 - ANO CIV - Nº 22.842

DIVERSOS

EXEMPLAR DE ASSINANTE - VENDA PROIBIDA

SERV. DE ÁGUA E SANEAMENTO AMBIENTAL DE JUAZEIRO – SAAE

CNPJ: 14.659.593/0001-07

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS (SAAE) 01/2020. Objeto: execução de obra, serviço de engenharia e fornecimentos referentes a implantação da iluminação da estação de tratamento de esgoto. Dia 03/03/2020 às 8:30h. Editais: tel. 7436149800/36149803 ou e-mail saae.llicitacoes@hotmail.com, Juazeiro/Ba, 13/02/2020. Acácio Santos Siqueira. Pregoeiro.



www.egba.ba.gov.br ISO 9001 • ISO/IEC 20000-1 | CERTIFICADA DESDE 2002



DIÁRIO OFICIAL | PUBLICA BAHIA

Publicações oficiais para câmaras e prefeituras baianas, com baixo custo e segurança

Melhores preços, melhor qualidade



Agende seu atendimento de forma rápida e fácil | Sede EGBA: 71 3116 2865 | Posto SAC: 3117 8413



www.egba.ba.gov.br ISO 9001 • ISO/IEC 20000-1 | CERTIFICADA DESDE 2002



SERVIÇOS GRÁFICOS

Impressão digital e com dados variáveis
Impressão offset - rotativa e plana

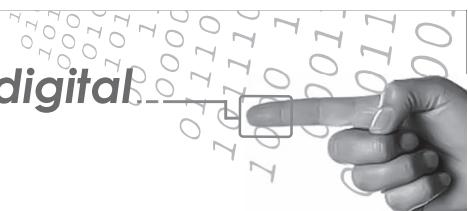
Melhores preços, melhor qualidade



Agende seu atendimento de forma rápida e fácil | Sede EGBA: 71 3116 2837 | Posto SAC: 3117 8413



Seja digital



Acesse:



•CERTIFICAÇÃO DIGITAL

Garante autenticidade e segurança
nas transações eletrônicas

Agendamento

SAC Shopping da Bahia, Posto 3
71 3117 8413

www.sac.ba.gov.br

SAO PAULO, QUINTA-FEIRA, 13 DE FEVEREIRO DE 2020 - ANO CIV - Nº 22.841

→ *continuação*

SUZANO S.A. - Companhia Aberta de Capital Autorizado - CNPJ/MF nº 16.404.287/0001-55 - NIRE nº 29.300.016.331

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2019, as deliberações desse Comitê foram essenciais na evolução dos compromissos institucionais e na construção das metas de longo prazo. **Estratégia de Sustentabilidade:** A Companhia deseja ser um agente transformador, mas não consegue abraçar os desafios locais e globais sozinha. Orientada pelo desejo de ampliar o horizonte, considerando os impactos socioambientais e a multiplicidade de visões, a Suzano realizou em 2019 um amplo processo de investigação e diálogo, que resultou na Estratégia de Sustentabilidade. No total, a Companhia dialogou com mais de 90 organizações de Brasil, Estados Unidos, Europa e Ásia, se reuniu com mais de 700 funcionários e ouviu a percepção de mais de 200 pessoas por meio de uma pesquisa online. Essa Estratégia tem como premissas de sete: **Integrada ao negócio, Sustentabilidade como critério integral das práticas de gestão e das tomadas de decisão, Impulsionada pela inovabilidade, Promocionando a conexão entre a sustentabilidade e o negócio e para a sociedade, Sustentabilidade é resultado de uma abordagem integrada, que envolve a agenda social e o ambiente, Criação de valor compartilhado, Aumento da geração e aprimoramento da diversidade de visões e fortalecimento de parcerias por meio do diálogo, Garantida por valor compartilhado, Maximização da capacidade de geração e compartilhamento de valor, considerando todas as partes interessadas, De dentro para fora: Engajamento dos colaboradores para participação ativa como agentes e embaixadores da transformação.** Este processo de diálogo e escuta ativa resultou no levantamento de diversos temas materiais desde mudanças climáticas à diversidade e inclusão. Foram criados grupos de trabalho multidisciplinares para investigar cada um dos temas priorizados e vislumbrar aonde a Companhia poderia estar em 2030 levando em consideração o impacto no negócio e na sociedade. Esse exercício resultou na construção de compromissos institucionais e metas de longo prazo. Estes passaram por aprovação dos líderes dos Grupos de Trabalho, da Diretoria Executiva, Comitê de Sustentabilidade e Conselho de Administração.

GOVERNANÇA

A Companhia é parte desde 2017 do segmento especial de listagem Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bovespa, Balíola e devedora da Nova Iorque (NYSE). Diante desse amplo ambiente regulatório, a Suzano está comprometida com as melhores práticas de governança corporativa, como por exemplo os princípios da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A Companhia apresenta uma estrutura de governança consistente e efetiva que atua de maneira clara e transparente para o processo decisório e para a proteção de seus acionistas, da Companhia e do mercado em geral. Em sua missão, o Conselho de Administração conta com a valiosa participação e apoio de outros órgãos da estrutura da Companhia, a saber: a Assembleia de Geral de Acionistas, a Diretoria Executiva, o Comitê de Auditoria Estatutária, o Conselho Fiscal, a Auditoria Interna, entre outros, diversos comitês não estatutários de assessoramento constituidos e/ou reconfigurados em 2019, como, por exemplo, os Comitês de Sustentabilidade e de Gestão e Finanças. Além dessas contribuições, dispõe o Conselho de Administração de uma gama de ferramentas diversas que o auxiliam em suas atividades de governança, com destaque para o próprio Estatuto Social da Companhia, o Código de Conduta e as diversas políticas adotadas pela Companhia, que procuram sintetizar e complementar os princípios de governança estabelecidos em diferentes normas e instrumentos, como a Declaração de Princípios das mais diversas fronteiras de governança. São exemplos: das políticas de Política de Governança Corporativa, a Política de Gestão Interna de Riscos, a Política Anticorrupção, a Política de Divulgação de Atos ou Fato Relevante, a Política de Comunicação, a Política de Negociação de Valores Mobiliários e a Política de Endividamento. Por meio desse modelo de gestão e controle comunitário, a participação de todos os órgãos e a utilização dos mecanismos e ferramentas acima citados, a Companhia busca preservar a observância dos princípios fundamentalmente de transparência, eficiência, prestação de contas e responsabilidade corporativa, respeitando os seus stakeholders, simultaneamente apropriadamente o aperfeiçoamento, capturação de sua competência corporativa e sua capacidade de inovação.

AUDITORIA E CONTROLES INTERNOS

AUDITORIA E CONTROLES INTERNOS
O processo de Controles Internos da Suzano é estruturado e abrange à Administração, incluindo os Comitês e Comissões que assessoram o Conselho de Administração e a Diretoria, as Gerências e todos os colaboradores da Companhia, com o propósito

sito de permitir a comunicação mais segura, adequada e eficiente dos negócios, em linha com as regulamentações estabelecidas. Baseados na revisão anual, ou quando requerida, os fluxos de processos são continuamente validados e os testes de adequarem regularmente aplicados para aferir a eficiência dos controles existentes versus os riscos a que a Suzano está exposta. A Companhia sistematicamente aplica a metodologia do *Control Self Assessment* (CSA), uma solução integrada auxiliando a documentar, trimestralmente, o desempenho dos controles relacionados às demonstrações financeiras e à gestão, focando nas obrigações chaves ao negócio, corroborando com o monitoramento permanente ao estrito respeito às leis, normas e regulamentos, políticas e procedimentos, assim como na implementação dos planos de contingência, garantindo a devolução da gregação de função e evitando o conflito de interesses. Com a fusão, a Companhia intensificou a revisão dos seus processos e controles, com a criação de uma nova estrutura de auditoria, que é dividida em Auditoria Interna, Auditoria Externa e Auditoria de Segurança e Fraude. Em 2019, a Companhia implementou a ferramenta SAP GRC Process Control para trazer maior segurança aos registros referentes ao uso e aplicação do ambiente de controles, que inclui a validação formal do CFO e CEO. Adicionalmente, os controles são revisados pela área de Controles Internos, testados por auditores internos e externos, e reportados periodicamente à Diretoria Executiva, Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria Estatutário e ao Conselho Fiscal. No caso de violação às regras internas e às exigências externas, são aplicadas orientações disciplinares e/ou medidas corretivas. Se necessário, estas violações são submetidas ao Comitê de Gestão de Conduta, órgão de assessoramento à Administração. Em entendimento à Seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley, a eficiência dos controles relacionados às Informações Financeiras é baseada nos critérios estabelecidos no *Internal Control - Integrated Framework*, definidos pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO). De acordo com esta avaliação, o desempenho dos controles internos da Suzano é considerado eficiente. No entanto, a Suzano não possui um sistema de auditoria interna permanente, a Companhia está o monitorando. Além da avaliação mencionada anteriormente, a Suzano recorre a auditores externos e à auditoria interna para a avaliação dos seus resultados, controles internos e nossas práticas contábeis. Os diagnósticos das auditorias são apresentados ao Comitê de Auditoria, ao Conselho Fiscal e à prestadora de serviços de auditoria independente da controlada, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, cujos trabalhos possibilitam o aprimoramento dos controles internos, em especial os relacionados a aspectos fiscais, contábeis e de tecnologia da informação.

em especial
PESSOAS

O ano de 2019 foi marcado pelo forte trabalho de construção e vivência de Cultura da Suzano após a fusão, tendo como baseis os pressupostos trazidos pelas diretoras: Quem somos: Gente que Inspira e Transforma, O que fazemos: Gente que Inspira e Transforma, Gente que Cria e Desenvolve, Gente que Valoriza, O que fazemos: Sô é bom para nós se for bom para o mundo. A Companhia viveu um intenso movimento de apropriação, capacitação e tomada de decisão pautadas nesses diretorias, incluindo a revisão dos seis passos de Gestão para facilitar o desenvolvimento da organização. Revisou-se o processo de Gestão de Desenvolvimento, que contempla avaliação de desempenho, identificação e desenvolvimento de potenciais, Unificou-se a plataforma de treinamentos virtuais e autônomos de desenvolvimento de potenciais, chamado Elos, com o objetivo de formação e aceleração do novo pipeline de sucessão. Em Gente que Inspira e Transforma, a afirmação “Cultivar a diversidade nos fortalece” tem ganhado robustez com o grande movimento diversidade, liderado pelo grupo Plural. O Plural é um movimento orgânico criado por um grupo de colaboradores, que foi institucionalizado em 2019. Conta com a participação e liderança de colaboradores de diversas áreas da Companhia tendo como objetivo promover a diversidade e a inclusão. Para isso, o Plural promoveu a criação de um Política de Inclusão, fez-se um curso para entendimento do novo conceito anátil e criou-se metas de curto prazo, alinhando o compromisso da Suzano com o tema. Em 2019 iniciou-se também o movimento de estruturação de People Analytics, que contribuirá com a construção de programas e soluções de Gente focados no perfil do colaborador com o objetivo de atuar de maneira antecipada nos focos de atenção. Por fim, a partir da estratégia da Companhia, estruturou-se a estratégia de Pessoas que sustentará a evolução dos negócios da Suzano.

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

→ *continuação*

SUZANO S.A. - Companhia Aberta de Capital Autorizado - CNPJ/MF nº 16.404.287/0001-55 - NIRE nº 29.300.016.331

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)										Controlladora		Consolidado				
Controladora					Consolidado					Resultado igual do exercício		Controlladora		Consolidado		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018		31/12/2019	31/12/2018		31/12/2019	31/12/2018		31/12/2019	31/12/2018			
Lucro (prejuízo) do exercício	(2.817.518)	318.339	(2.814.742)	318.460												
Itens que não serão reclassificados para o resultado em exercício subsequente																
Efeito da variação cambial e do valor justo sobre ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente																
Ensyn Corporation ⁽¹⁾	1.832		3.153													
CelluForce Inc.	1.207		1.667													
Spinnova Oy ⁽¹⁾	(927)		(1.244)													
Efeito tributário sobre os itens acima	(718)		(1.216)													
Reflexo controladora	2.750		2.749													
Efeito tributário sobre reflexo de controladora	(935)		(935)													
Ganho (perda) atuarial	(146.050)	(60.305)	(147.640)	(69.305)												
Efeito tributário sobre o passivo ou passivo atuarial	48.418	23.564	50.198	23.564												
	(2.908.296)	272.598	(2.908.010)	272.719												
Itens que serão reclassificados para o resultado em exercício subsequente																
Efeito cambial na conversão das demonstrações financeiras e sobre os investimentos no exterior	43.329	137.546	45.819	137.546												
Total do resultado abrangente do exercício	(2.864.967)	410.144	(2.862.191)	410.265												
Ativo financeiro																
Controladoras	(2.864.967)	410.144	(2.864.967)	410.144												
Não controladoras																
1) Investimento pelo qual a Companhia passou a ter influência significativa e, portanto, avaliado pelo método da equivalência patrimonial, conforme divulgado na nota 3.1.5.																
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.																
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO																
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018																
(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)																
	Controladora	31/12/2019	31/12/2018	Controladora	31/12/2019	31/12/2018	Controladora	31/12/2019	Controladora	31/12/2019	Controladora	31/12/2019	Controladora	31/12/2019	Controladora	
RECEITAS																
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	20.225.517	14.064.891	27.445.858	14.648.087												
Outras receitas, líquidas	434.552	194.555	424.756	220.279												
Recetas referentes à parada estimada com créditos	2.388.102	562.968	3.038.028	562.968												
Reversão (provisão) de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	(4.294)	(8.942)	(12.286)	(6.450)												
	23.043.877	14.813.472	30.896.356	15.424.884												
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS																
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(8.154.782)	(3.441.490)	(12.733.608)	(4.244.675)												
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.906.846)	(2.262.964)	(2.619.453)	(2.302.601)												
Outros																
VALOR ADICIONADO BRUTO	20.225.517	14.064.891	27.445.858	14.648.087												
Depreciação, amortização e exaustão	12.382.249	8.209.018	15.527.414	8.597.600												
(3.686.156)	(1.527.894)	(4.440.947)	(1.563.223)													
VALOR ADICIONADO DO RESULTADO REBITADO EM TRANSFERÊNCIA	5.119.823	6.681.124	7.474.242	7.034.385												
Resultado da equivalência patrimonial	326.893	(104.524)	31.993	7.576												
Recetas financeiras e variações cambiais ativas	(940.361)	1.307.066	2.396.442	1.047.766												
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.633.725	733.595	1.528.571	741.782												
VALOR ADICIONADO PARA DISTRIBUIÇÃO	1.020.357	2.072.037	3.957.006	1.797.114												
Pessoal	6.158.707	1.283.376	2.067.669	1.338.106												
Benefícios	310.976	190.733	384.250	193.147												
F.G.T.S.	76.888	44.643	86.639	50.356												
Impostos, taxas e contribuições	1.504.505	1.053.956	1.625.205	1.172.476												
Federais	686.472	877.921	1.513.815	926.973												
Estaduais	313.903	170.499	396.747	239.750												
Municiais	54.130	5.536	81.643	5.747												
Remuneração do capital de terceiros	6.235.486	6.052.490	10.546.296	6.002.457												
Juros provisórios, variações cambiais passivas, aluguéis e outros																
Remuneração de capitais próprios	6.131.180	8.708.161	11.431.428	8.831.499												
Dividendos																
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	6.131.180	8.708.161	11.431.428	8.831.499												
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.																
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)																
	Capital social	Reservas de capital	Reservas com opções de ações outorgadas	Reservas com outras reservas	Acções em incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva para aumento estatutário	Reserva para ação estatutária	Ajuste de capital	Patrimônio líquido dos acionistas	Participação de não controladores					
Saldos em 31 de dezembro de 2017	6.241.753		14.237	(15.442)	(241.080)	395.008	406.898	2.296.199	234.683	2.295.328	11.327.534					
Resultado abrangente total																
Lucro do exercício																
Participação de não controladores no resultado do exercício																
Transações de capital com os sócios																
Opções de ações outorgadas																
Verba de ações em tesouraria																
Reversão de dividendos e custo atribuído																
Participação de não controladores																
Mutações internas do patrimônio líquido																
Realização parcial do custo atribuído, líquido do RPF e CSE																
Conversão de opções de ações em incentivos fiscais																
físicos Sudeste-redução 75%																
Exercício da opção de compra de ações																
Constituição de reserva legal para aumento de capital																
Dividendos																
Saldos em 31 de dezembro de 2018	6.241.753		5.100	(15.442)	(218.265)	684.563	422.815	1.730.629	596.534	2.321.708	12.012.007	13.928	12.025.935			
Resultado abrangente total																
Participação de não controladores																
Resultado abrangente do exercício																
Transações de capital com os sócios																
Absorção de prejuízos de exercícios de 2012, 2011 e 2010																
Custos com emissão de ações	3.027.528		(33.735)			15.442										
Opções de ações outorgadas																
Participação de não controladores proveniente da conversão de opções de ações																
Dividendos pagos (nota 25.2)																
Reversão de dividendos prescritos																
Mutações internas do patrimônio líquido																
Reversão de dividendos prescritos																
Dividendos pagos (nota 25.3)																
Emissão de ações relacionadas à combinação de negócios (nota 1.2.1.1)																
Salários em 31 de dezembro de 2019	9.269.281	(33.735)	5.979	6.410.885	(218.265)	317.144	2.221.341	17.972.630	115.339	18.087.968	6.410.885	6.410.885	13.928	12.025.935		



SALVADOR, QUINTA-FEIRA, 13 DE FEVEREIRO DE 2020 - ANO CIV - Nº 22.842

— continuação
SUZANO S.A. - Companhia Aberta de Capital Autorizado - CNPJ/MF nº 16.404.287/0001-55 - NIRE nº 29.300.016.331

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Suzano S.A. (atual denominação social da antiga Suzano Papel e Celulose S.A., conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01 de abril de 2019) em conjunto com suas controladas ("Suzano" ou coletivamente "Companhia"), é uma sociedade controlada do setor de Papel e Celulose, com sede na cidade de São Paulo, São Paulo, Brasil. A Companhia possui ações negociadas na B3 S.A. (B3), listada no segmento do Novo Mercado sob o ticker SUZB3. Em 10 de dezembro de 2018, a Suzano iniciou a negociação da sua American Depositary Receipts ("ADR") na proporção de 1 (uma) ação ordinária, Nível II, negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque ("NYSE") sob o ticker SUZJ, conforme programa aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Após a conclusão da combinação de negócios com Fibria Celulose S.A. ("Fibria"), ocorrida em 14 de janeiro de 2019, a Companhia passou a ter 11 unidades industriais, localizadas em Aracruz (Espírito Santo), Belém (Pará), Eunápolis (Bahia) e Mucuri (Bahia). Fortaleza

1.1. Participações societárias: A Companhia detém participações societárias nas seguintes entidades legais:

Denominação	Atividade principal	País	Tipo de participação	Método de contabilização	% de participação	
					31/12/2019	31/12/2018
AGFA - Com. Adm. e Participações Ltda.	Holding	Brasil	Direta	Consolidado	100%	100%
Asapir Produção Florestal e Comércio Ltda. ⁽¹⁾	Cultivo de eucalipto	Brasil	Direta	Consolidado	100%	50%
Celulose Inc.	Pesquisa e desenvolvimento de celulose nanocristalina	Canadá	Direta	resultados abrangentes	8,3%	
Comercial e Agrícola Paineiras Ltda.	Arrendamento de terras para reflorestamento	Brasil	Direta	Consolidado	100%	100%
Eucalipto Holding S.A. ⁽²⁾	Holding	Brasil	Direta	Consolidado	100%	100%
Ensyn Corporation	Pesquisa e desenvolvimento de bio combustível	Estados Unidos da América	Direta	Equivalência patrimonial	25,3%	
Faço - Fábrica de Papel da Amazônia S.A.	Produção e comercialização de papel tissue	Brasil	Direta/Indireta	Consolidado	92,8%	92,8%
Fibras Celulose (USA) Inc.	Escritório comercial	Estados Unidos da América	Direta	Consolidado	100%	
Fibras Celulose e Papéis S.A.	Operação portuária	Brasil	Direta	Consolidado	100%	
Fibra Overland S.A.	Captura de recursos financeiros	Brasil	Direta	Consolidado	100%	
Fibra Terminals Portuários S.A.	Operação portuária	Ilhas Cayman	Direta	Consolidado	100%	
FuturaGene AgriDev Xining Company Ltd.	Pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia	China	Indireta	Consolidado	100%	100%
FuturaGene Biotechnology Shangai Company Ltd.	Pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia	China	Indireta	Consolidado	100%	100%
FuturaGene Brasil Tecnologia Ltda.	Pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia	Brasil	Direta/Indireta	Consolidado	100%	100%
FuturaGene Delawair Inc.	Pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia	Estados Unidos da América	Indireta	Consolidado	100%	100%
FuturaGene Hong Kong Ltd.	Pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia	Hong Kong	Indireta	Consolidado	100%	100%
FuturaGene Israel Ltd.	Pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia	Estados Unidos da América	Indireta	Consolidado	100%	100%
FuturaGene Israel Ltd.	Pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia	Israel	Indireta	Consolidado	100%	100%
FuturaGene Portugal S.A.	Pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia	Inglaterra	Indireta	Consolidado	100%	100%
F&E Tecnologia do Brasil S.A.	Produção de biocombustíveis, exceto álcool	Brasil	Indireta	Consolidado	100%	
F&E Technologies LLC	Produção de biocombustíveis, exceto álcool	Estados Unidos da América	Indireta	Equivalência patrimonial	50%	
Gansu FuturaGene Biotech Co. Ltd.	Pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia	China	Indireta	Consolidado	100%	100%
Ibema Companhia Brasileira de Papel	Produção e comercialização de papel cartão	Brasil	Indireta	Negócio conjunto	49,9%	49,9%
Itacel - Terminal de Celulose de Itaqui S.A.	Operação portuária	Brasil	Indireta	Consolidado	100%	100%
Maxcel Empreendimentos e Participações S.A.	Holding	Brasil	Direta	Consolidado	100%	100%
Mucuri Energética S.A.	Gereração e distribuição de energia elétrica	Brasil	Direta	Consolidado	100%	100%
Orbrisa Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Arrendamento de terras para reflorestamento	Brasil	Direta/Indireta	Consolidado	100%	100%
Portalete Logística e Transporte Ltda	Transporte rodoviário	Brasil	Direta/Indireta	Consolidado	100%	100%
Portocel - Terminal Estepc Barra do Riochão S.A.	Operação portuária	Brasil	Direta	Consolidado	51%	
Projetos Especiais e Investimentos Ltda.	Comercialização de equipamentos e peças	Brasil	Direta	Consolidado	100%	
Rio Verde Participações e Propriedades Rurais S.A. ⁽³⁾	Base de ativos florestais	Brasil	Indireta	Consolidado	100%	
Spinnova OY	Pesquisa e desenvolvimento de matérias-primas sustentáveis (madeira) para a indústria têxtil.	Finlândia	Direta	Equivalência patrimonial	24,06%	
Stenfar S.A. Indl. Coml. Imp. Y. Exp.	Comercialização de papel e materiais de informática	Argentina	Direta/Indireta	Consolidado	100%	100%
Sun Paper and Board Limited ⁽⁴⁾	Compartilhamento de despesas			Consolidado	100%	100%
Suzano Celulose Gmbh ⁽⁵⁾	Escritório comercial	Austrália	Direta	Consolidado	100%	100%
Suzano Consar Inc. ⁽⁶⁾	Pesquisa e desenvolvimento de lignina	Canadá	Direta	Consolidado	100%	100%
Suzano International Trade GmbH ⁽⁶⁾	Escritório comercial	Austrália	Direta	Consolidado	100%	
Suzano Luxembourg ⁽⁷⁾	Captação de recursos financeiros	Luxemburgo	Direta	Consolidado	100%	
Suzano Participações do Brasil Ltda. ⁽⁸⁾	Holding	Brasil	Direta	Consolidado	100%	
Suzano Pulp and Paper America Inc.	Escritório comercial	Estados Unidos da América	Direta	Consolidado	100%	100%
Suzano Pulp and Paper Europe S.A.	Escritório comercial	Sulça	Direta	Consolidado	100%	100%
Suzano Trading Ltd.	Escritório comercial	Hungria	Direta	Consolidado	100%	
Suzano Trading International KFT ⁽⁹⁾	Escritório comercial	Brasil	Indireta	Operação conjunta	50%	
Versa Celulose S.A. ⁽¹⁰⁾	Produção e comercialização e exportação de celulose					
(11) Foi adquirido o controle total em decorrência da combinação de negócios com a Fibria. ⁽¹²⁾ Empresa incorporada em 2 de janeiro de 2019, vide nota 1.2.1.1. ⁽¹³⁾ Empresa constituída em decorrência de reorganização societária em 12 de dezembro de 2019. ⁽¹⁴⁾ Operações encerradas em 2 de junho de 2019. ⁽¹⁵⁾ Denominação social alterada em 30 de setembro de 2019, antiga Fibria Innovations Inc. ⁽¹⁶⁾ Denominação social alterada em 28 de agosto de 2019, antiga Fibria International Trade GmbH. ⁽¹⁷⁾ Operações encerradas em 17 de setembro de 2019. ⁽¹⁸⁾ Denominação social alterada em 06 de dezembro de 2019, antiga F&E Participações do Brasil Ltda. ⁽¹⁹⁾ Denominação social alterada em 9 de agosto de 2019, antiga Fibria Trading Internacional.						
1.2. Principais eventos ocorridos no exercício: 1.2.1. Combinacão de negócios com a Fibria: Em 3 de janeiro de 2019, data da aquisição do controle pela Suzano, após atendidas todas as condições para a conclusão da combinação de negócios e bases acionárias, foi realizada a troca das ações da Fibria por ações da Suzano e, em 14 de janeiro de 2019, a Suzano combinação de negócios com a Fibria, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de fevereiro de 2019. A combinação de negócios com a Fibria, definida nos termos da Aclara, se deu como segue: 1.2.1.1. Relação de troca de ações: Em 2 de janeiro de 2019, conforme Aviso aos Acionistas, a relação de troca das ações ordinárias de emissão da Eucalipto Holding S.A. ("Holding") detidas por acionistas da Fibria por ações de emissão da Suzano foi ajustada de 0,4611 para 0,4613, sendo a relação de troca de 0,4613 considerada como final. O ajuste na relação de troca, comparado ao originalmente anunciado, se deu em razão da (i) alteração do número total de ações de emissão da Fibria ex-tesouraria e desconsiderando as ações decorrentes de vesting de planos de opção entre o controlador e os acionistas da Fibria, ex-tesouraria e desconsiderando as ações decorrentes de vesting de planos de opção entre o controlador e os acionistas da Suzano; (ii) a Suzano emitiu, em razão da incorporação da Holding, 255.437.439 novas ações ordinárias no valor de R\$36,95 totalizando o montante de R\$94.38.413, dos quais R\$3.027.528 foi reconhecido como aumento de capital e R\$64.10.885, como reserva de capital e (iii) o valor atribuído à fração de ação ordinária da Suzano para a mensuração do ganho de capital, conforme divulgado no Aviso aos Acionistas do dia 29 de novembro de 2018, passou de R\$15,38 atribuído a 0,4611 ação ordinária para R\$15,39, atribuído a 0,4613 ação ordinária da Suzano. 1.2.1.2. Parcelsa em dinheiro: Em 10 de janeiro de 2019, por meio do Aviso aos Acionistas, a Companhia comunicou o valor final da Parcelsa em Dinheiro Ajustada correspondente ao valor do resgate para cada ação preferencial resgatável da Holding, originalmente equivalente a R\$52,50. (10) A Suzano realizou a aquisição da Suzano Celulose S.A. (aquiinafter "Suzano Celulose") em 29 de dezembro de 2019, no montante de R\$55.030.611 ações para 553.733.881 ações e (ii) alteração do número de ações de emissão da Suzano ex-tesouraria e desconsiderando as ações decorrentes de vesting de planos de opção entre o controlador e os acionistas da Fibria, ex-tesouraria e desconsiderando as ações decorrentes de vesting de planos de opção entre o controlador e os acionistas da Suzano; (iii) a Suzano emitiu, em razão da incorporação da Holding, 255.437.439 novas ações ordinárias no valor de R\$36,95 totalizando o montante de R\$94.38.413, dos quais R\$3.027.528 foi reconhecido como aumento de capital e R\$64.10.885, como reserva de capital e (iv) o valor atribuído à fração de ação ordinária da Suzano para a mensuração do ganho de capital, conforme divulgado no Aviso aos Acionistas do dia 29 de novembro de 2018, passou de R\$15,38 atribuído a 0,4611 ação ordinária para R\$15,39, atribuído a 0,4613 ação ordinária da Suzano. 1.2.1.2. Parcelsa em dinheiro: Em 10 de janeiro de 2019, por meio do Aviso aos Acionistas, a Companhia comunicou o valor final da Parcelsa em Dinheiro Ajustada correspondente ao valor do resgate para cada ação preferencial resgatável da Holding, originalmente equivalente a R\$52,50. (11) A Suzano realizou a aquisição da Suzano Celulose S.A. (aquiinafter "Suzano Celulose") em 29 de dezembro de 2019, no montante de R\$55.030.611 ações para 553.733.881 ações e (ii) alteração do número de ações de emissão da Suzano ex-tesouraria e desconsiderando as ações decorrentes de vesting de planos de opção entre o controlador e os acionistas da Fibria, ex-tesouraria e desconsiderando as ações decorrentes de vesting de planos de opção entre o controlador e os acionistas da Suzano; (iii) a Suzano emitiu, em razão da incorporação da Holding, 255.437.439 novas ações ordinárias no valor de R\$36,95 totalizando o montante de R\$94.38.413, dos quais R\$3.027.528 foi reconhecido como aumento de capital e R\$64.10.885, como reserva de capital e (iv) o valor atribuído à fração de ação ordinária da Suzano para a mensuração do ganho de capital, conforme divulgado no Aviso aos Acionistas do dia 29 de novembro de 2018, passou de R\$15,38 atribuído a 0,4611 ação ordinária para R\$15,39, atribuído a 0,4613 ação ordinária da Suzano. 1.2.1.2. Parcelsa em dinheiro: Em 10 de janeiro de 2019, por meio do Aviso aos Acionistas, a Companhia comunicou o valor final da Parcelsa em Dinheiro Ajustada correspondente ao valor do resgate para cada ação preferencial resgatável da Holding, originalmente equivalente a R\$52,50. (12) A Suzano realizou a aquisição da Suzano Celulose S.A. (aquiinafter "Suzano Celulose") em 29 de dezembro de 2019, no montante de R\$55.030.611 ações para 553.733.881 ações e (ii) alteração do número de ações de emissão da Suzano ex-tesouraria e desconsiderando as ações decorrentes de vesting de planos de opção entre o controlador e os acionistas da Fibria, ex-tesouraria e desconsiderando as ações decorrentes de vesting de planos de opção entre o controlador e os acionistas da Suzano; (iii) a Suzano emitiu, em razão da incorporação da Holding, 255.437.439 novas ações ordinárias no valor de R\$36,95 totalizando o montante de R\$94.38.413, dos quais R\$3.027.528 foi reconhecido como aumento de capital e R\$64.10.885, como reserva de capital e (iv) o valor atribuído à fração de ação ordinária da Suzano para a mensuração do ganho de capital, conforme divulgado no Aviso aos Acionistas do dia 29 de novembro de 2018, passou de R\$15,38 atribuído a 0,4611 ação ordinária para R\$15,39, atribuído a 0,4613 ação ordinária da Suzano. 1.2.1.2. Parcelsa em dinheiro: Em 10 de janeiro de 2019, por meio do Aviso aos Acionistas, a Companhia comunicou o valor final da Parcelsa em Dinheiro Ajustada correspondente ao valor do resgate para cada ação preferencial resgatável da Holding, originalmente equivalente a R\$52,50. (13) A Suzano realizou a aquisição da Suzano Celulose S.A. (aquiinafter "Suzano Celulose") em 29 de dezembro de 2019, no montante de R\$55.030.611 ações para 553.733.881 ações e (ii) alteração do número de ações de emissão da Suzano ex-tesouraria e desconsiderando as ações decorrentes de vesting de planos de opção entre o controlador e os acionistas da Fibria, ex-tesouraria e desconsiderando as ações decorrentes de vesting de planos de opção entre o controlador e os acionistas da Suzano; (iii) a Suzano emitiu, em razão da incorporação da Holding, 255.437.439 novas ações ordinárias no valor de R\$36,95 totalizando o montante de R\$94.38.413, dos quais R\$3.027.528 foi reconhecido como aumento de capital e R\$64.10.885, como reserva de capital e (iv) o valor atribuído à fração de ação ordinária da Suzano para a mensuração do ganho de capital, conforme divulgado no Aviso aos Acionistas do dia 29 de novembro de 2018, passou de R\$15,38 atribuído a 0,4611 ação ordinária para R\$15,39, atribuído a 0,4613 ação ordinária da Suzano. 1.2.1.2. Parcelsa em dinheiro: Em 10 de janeiro de 2019, por meio do Aviso aos Acionistas, a Companhia comunicou o valor final da Parcelsa em Dinheiro Ajustada correspondente ao valor do resgate para cada ação preferencial resgatável da Holding, originalmente equivalente a R\$52,50. (14) A Suzano realizou a aquisição da Suzano Celulose S.A. (aquiinafter "Suzano Celulose") em 29 de dezembro de 2019, no montante de R\$55.030.611 ações para 553.733.881 ações e (ii) alteração do número de ações de emissão da Suzano ex-tesouraria e desconsiderando as ações decorrentes de vesting de planos de opção entre o controlador e os acionistas da Fibria, ex-tesouraria e desconsiderando as ações decorrentes de vesting de planos de opção entre o controlador e os acionistas da Suzano; (iii) a Suzano emitiu, em razão da incorporação da Holding, 255.437.439 novas ações ordinárias no valor de R\$36,95 totalizando o montante de R\$94.38.413, dos quais R\$3.027.528 foi reconhecido como aumento de capital e R\$64.10.885, como reserva de capital e (iv) o valor atribuído à fração de ação ordinária da Suzano para a mensuração do ganho de capital, conforme divulgado no Aviso aos Acionistas do dia 29 de novembro de 2018, passou de R\$15,38 atribuído a 0,4611 ação ordinária para R\$15,39, atribuído a 0,4613 ação ordinária da Suzano. 1.2.1.2. Parcelsa em dinheiro: Em 10 de janeiro de 2019, por meio do Aviso aos Acionistas, a Companhia comunicou o valor final da Parcelsa em Dinheiro Ajustada correspondente ao valor do resgate para cada ação preferencial resgatável da Holding, originalmente equivalente a R\$52,50. (15) A Suzano realizou a aquisição da Suzano Celulose S.A. (aquiinafter "Suzano Celulose") em 29 de dezembro de 2019, no montante de R\$55.030.611 ações para 553.733.881 ações e (ii) alteração do número de ações de emissão da Suzano ex-tesouraria e desconsiderando as ações decorrentes de vesting de planos de opção entre o controlador e os acionistas da Fibria, ex-tesouraria e desconsiderando as ações decorrentes de vesting de planos de opção entre o controlador e os acionistas da Suzano; (iii) a Suzano emitiu, em razão da incorporação da Holding, 255.437.439 novas ações ordinárias no valor de R\$36,95 totalizando o montante de R\$94.38.413, dos quais R\$3.027.528 foi reconhecido como aumento de capital e R\$64.10.885, como reserva de capital e (iv) o valor atribuído à fração de ação ordinária da Suzano para a mensuração do ganho de capital, conforme divulgado no Aviso aos Acionistas do dia 29 de novembro de 2018, passou de R\$15,38 atribuído a 0,4611 ação ordinária para R\$15,39, atribuído a 0,4613 ação ordinária da Suzano. 1.2.1.2. Parcelsa em dinheiro: Em 10 de janeiro de 2019, por meio do Aviso aos Acionistas, a Companhia comunicou o valor final da Parcelsa em Dinheiro Ajustada correspondente ao valor do resgate para cada ação preferencial resgatável da Holding, originalmente equivalente a R\$52,50. (16) A Suzano realizou a aquisição da Suzano Celulose S.A. (aquiinafter "Suzano Celulose") em 29 de dezembro de 2019, no montante de R\$55.030.611 ações para 553.733.881 ações e (ii) alteração do número de ações de emissão da Suzano ex-tesouraria e desconsiderando as ações decorrentes de vesting de planos de opção entre o controlador e os acionistas da Fibria, ex-tesouraria e desconsiderando as ações decorrentes de vesting de planos de opção entre o controlador e os acionistas da Suzano; (iii) a Suzano emitiu, em razão da incorporação da Holding, 255.437.439 novas ações ordinárias no valor de R\$36,95 totalizando o montante de R\$94.38.413, dos quais R\$3.027.528 foi reconhecido como aumento de capital e R\$64.10.885, como reserva de capital e (iv) o valor atribuído à fração de ação ordinária da Suzano para a mensuração do ganho de capital, conforme divulgado no Aviso aos Acionistas do dia 29 de novembro de 2018, passou de R\$15,38 atribuído a 0,4611 ação ordinária para R\$15,39, atribuído a 0,4613 ação ordinária da Suzano. 1.2.1.2. Parcelsa em dinheiro: Em 10 de janeiro de 2019, por meio do Aviso aos Acionistas, a Companhia comunicou o valor final da Parcelsa em Dinheiro Ajustada correspondente ao valor do resgate para cada ação preferencial resgatável da Holding, originalmente equivalente a R\$52,50. (17) A Suzano realizou a aquisição da Suzano Celulose S.A. (aquiinafter "Suzano Celulose") em 29 de dezembro de 2019, no montante de R\$55.030.611 ações para 553.733.881 ações e (ii) alteração do número de ações de emissão da Suzano ex-tesouraria e desconsiderando as ações decorrentes de vesting de planos de opção entre o controlador e os acionistas da Fibria, ex-tesouraria e desconsiderando as ações decorrentes de vesting de planos de opção entre o controlador e os acionistas da Suzano; (iii) a Suzano emitiu, em razão da incorporação da Holding, 255.437.439 novas ações ordinárias no valor de R\$36,95 totalizando o montante de R\$94.38.413, dos quais R\$3.027.528 foi reconhecido como aumento de capital e R\$64.10.885, como reserva de capital e (iv) o valor atribuído à fração de ação ordinária da Suzano para a mensuração do ganho de capital, conforme divulgado no Aviso aos Acionistas do dia 29 de novembro de 2018, passou de R\$15,38 atribuído a 0,4611 ação ordinária para R\$15,39, atribuído a 0,4613 ação ordinária da Suzano. 1.2.1.2. Parcelsa em dinheiro: Em 10 de janeiro de 2019, por meio do Aviso aos Acionistas, a Companhia comunicou o valor final da Parcelsa em Dinheiro Ajustada correspondente ao valor do resgate para cada ação preferencial resgatável da Holding, originalmente equivalente a R\$52,50. (18) A Suzano realizou a aquisição da Suzano Celulose S.A. (aquiinafter "Suzano Celulose") em 29 de dezembro de 2019, no montante de R\$55.030.611 ações para 553.733.881 ações e (ii) alteração do número de ações de emissão da Suzano ex-tesouraria e desconsiderando as ações decorrentes de vesting de planos de opção entre o controlador e os acionistas da Fibria, ex-tesouraria e desconsiderando as ações decorrentes de vesting de planos de opção entre o controlador e os acionistas da Suzano; (iii) a Suzano emitiu, em razão da incorporação da Holding, 255.437.439 novas ações ordinárias no valor de R\$36,95 totalizando o montante de R\$94.38.413, dos quais R\$3.027.528 foi reconhecido como aumento de capital e R\$64.10.885, como reserva de capital e (iv) o valor atribuído à fração de ação ordinária da Suzano para a mensuração do ganho de capital, conforme divulgado no Aviso aos Acionistas do dia 29 de novembro de 2018, passou de R\$15,38 atribuído a 0,4611 ação ordinária para R\$15,39, atribuído a 0,4613 ação ordinária da Suzano. 1.2.1.2. Parcelsa em dinheiro: Em 10 de janeiro de 2019, por meio do Aviso aos Acionistas, a Companhia comunicou o valor final da Parcelsa em Dinheiro Ajustada correspondente ao valor do resgate para cada ação preferencial resgatável da Holding, originalmente equivalente a R\$52,50. (19) A Suzano realizou a aquisição da Suzano Celulose S.A. (aquiinafter "Suzano Celulose") em 29 de dezembro de 2019, no montante de R\$55.030.611 ações para 553.733.881 ações e (ii) alteração do número de ações de emissão da Suzano ex-tesouraria e desconsiderando as ações decorrentes de vesting de planos de opção entre o controlador e os acionistas da Fibria, ex-tesouraria e desconsiderando as ações decorrentes de vesting de planos de opção entre o controlador e os acionistas da Suzano; (iii) a Suzano emitiu, em razão da incorporação da Holding, 255.437.439 novas ações ordinárias no valor de R\$36,95 totalizando o montante de R\$94.38.413, dos quais R\$3.027.528 foi reconhecido como aumento de capital e R\$64.10.885, como reserva de capital e (iv) o valor atribuído à fração de ação ordinária da Suzano para a mensuração do ganho de capital, conforme divulgado no Aviso aos Acionistas do dia 29 de novembro de 2018, passou de R\$15,38 atribuído a 0,4611 ação ordinária para R\$15,39, atribuído a 0,4613 ação ordinária da Suzano. 1.2.1.2. Parcelsa em dinheiro: Em 10 de janeiro de 2019, por meio do Aviso aos Acionistas, a Companhia comunicou o valor final da Parcelsa em Dinheiro Ajustada correspondente ao valor do resgate para cada ação preferencial resgatável da Holding, originalmente equivalente a R\$52,50. (20) A Suzano realizou a aquisição da Suzano Celulose S.A. (aquiinafter "Suzano Celulose") em 29 de dezembro de 2019, no montante de R\$55.030.611 ações para 553.733.881 ações e (ii) alteração do número de ações de emissão da Suzano ex-tesouraria e desconsiderando as ações decorrentes de vesting de planos de opção entre o controlador e os acionistas da Fibria, ex-tesouraria e desconsiderando as ações decorrentes de vesting de planos de opção entre o controlador e os acionistas da Suzano; (iii) a Suzano emitiu, em razão da incorporação da Holding, 255.437.439 novas ações ordinárias no valor de R\$36,95 totalizando o montante de R\$94.38.413, dos quais R\$3.027.528 foi reconhecido como aumento de capital e R\$64.10.885, como reserva de capital e (iv) o valor atribuído à fração de ação ordinária da Suzano para a mensuração do ganho de capital, conforme divulgado no Aviso aos Acionistas do dia 29 de novembro de 2018, passou de R\$15,38 atribuído a 0,4611 ação ordinária para R\$15,39, atribuído a 0,4613 ação ordinária da Suzano. 1.2.1.2. Parcelsa em dinheiro: Em 10 de janeiro de 2019, por meio do Aviso aos Acionistas, a Companhia comunicou o valor final da Parcelsa em Dinheiro Ajustada correspondente ao valor do resgate para cada ação preferencial resgatável da Holding, originalmente equivalente a R\$52,50. (21) A Suzano realizou a aquisição da Suzano Celulose S.A. (aquiinafter "Suzano Celulose") em 29 de dezembro de 2019, no montante de R\$55.030.611 ações para 553.733.881 ações e (ii) alteração do número de ações de emissão da Suzano ex-tesouraria e desconsiderando as ações decorrentes de vesting de planos de opção entre o controlador e os acionistas da Fibria, ex-tesouraria e desconsiderando as ações decorrentes de vesting de planos de opção entre o controlador e os acionistas da Suzano; (iii) a Suzano emitiu, em razão da incorporação da Holding, 255.437.439 novas ações ordinárias no valor de R\$36,95 totalizando o montante de R\$94.38.413, dos quais R\$3.027.528 foi reconhecido como aumento de capital e R\$64.10.885, como reserva de capital e (iv) o valor atribuído à fração de ação ordinária da Suzano para a mensuração do ganho						

— continua —
Suzano S.A. - Companhia Aberta de Capital Autorizado - CNPJ/MF nº 16.404.287/0001-55 - NIRE nº 29.300.016.331

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

ATIVO	PASSIVO
Ativos biológicos	4.355.102
Investimentos	9.481.900
Imobilizado	14.523.114
Direito de uso	14.301.427
Ativos intangíveis	118.920
TOTAL DO ATIVO	32.323.249
	Patrimônio líquido
	24.687.880
	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO
	43.923.969
	43.923.964

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia estão expressas em Reais ("R\$") e as divulgações de outras moedas, quando necessário, são feitas com base no valor de referência de conversão. As preparações das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas na aplicação das práticas contábeis, que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, incluindo passivos contingentes. As práticas contábeis que requerem maior nível de julgamento e complexidade, bem como para as quais estimativas e premissas são utilizadas, estão divulgadas na nota 3.2.34. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: (i) instrumentos financeiros derivativos e não derivativos mensurados pelo valor justo; (ii) pagamentos baseados em ações e benefícios a empregados mensurados pelo valor justo; e (iii) ativos biológicos mensurados pelo valor justo. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas na nota 3. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas considerando as normas de suas atividades operacionais.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com políticas contábeis consistentes com aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2016, exceto pela aplicação dos novos pronunciamentos contábeis e alterações de políticas contábeis a partir de 01 de janeiro de 2019 apresentados na nota 3.1. Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e da Fibria relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, uma vez que seu objetivo é prover uma atualização das atividades, eventos e circunstâncias significativas em relação áquelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas, consistentes com aquelas utilizadas na controladora.

3.1.1. **Políticas contábeis adotadas** — 3.1.1.1. **Operações de arrendamento** - CPC 06 (R2) / IFRS 9: A Companhia adotou o novo CPC 06 (R2) / IFRS 9 a partir de 01 de janeiro de 2019. Esta norma determina que a Companhia reconheça em seu passivo os pagamentos futuros e em seu ativo o direito de uso do bem arrendado para todos os contratos de arrendamento mercantil, com isenção permitida aos contratos de curto prazo ou de baixo valor. Os contratos de baixo valor ou de curto prazo encerrados na isenção da norma referem-se aqueles cujos valores individuais dos ativos são inferiores a US\$5 ou com prazo de vencimento inferior a 12 meses, representados, substancialmente, por equipamentos de informática e veículos. A Companhia adotou a norma usando a abordagem retrospectiva modificada que não requer a rerepresentação dos saldos comparativos. Na adição da norma, a Companhia reconheceu os passivos de arrendamento bruto de PIS/COFINS em relação aos contratos que atendem a determinado critério, cujos passivos foram mensurados pelo valor presente dos fluxos de caixa estimados a partir da data de adição da norma, com base no custo de arrendamento. Os efeitos da adoção desta nova norma estão apresentados na nota 19. 3.1.2. **Incertezas sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro - ICP-C 22 / IFRIC 23:** Esta exposição esclarece como mensurar e reconhecer ativos e passivos de tributos sobre o lucro, imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos, a lo do CPC 32 / IAS 12 - Tributos sobre o Lucro, nos casos em que há incerteza sobre tratamentos aplicados nos cálculos dos respectivos tributos. A Administração avaliou os principais tratamentos fiscais adotados pela Companhia nos períodos em aberto sujetos a questionamento pelas autoridades tributárias e concluiu que não há impacto significativo a ser registrado nas demonstrações financeiras. A Companhia avaliou as mudanças introduzidas por esta nova interpretação e com base nas análises realizadas, não identificou impactos materiais nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A Companhia não reconhece os efeitos da adoção da norma que se referem à amortização da mal-valor dos ativos e passivos, apurados na saqueada da controladora na rubrica outras receitas (despesas) operacionais, líquidas, na demonstração de resultado da controladora. No consolidado, a amortização da mal-valor dos ativos e passivos é classificada na rubrica custo dos produtos vendidos, despesas com vendas, despesas gerais e administrativas, outras receitas (despesas) operacionais, líquidas e resultado financeiro, com ação com a realização dos itens que deram origem à mesma.

3.1.4. **Comparabilidade da demonstração dos fluxos de caixa:** A Companhia efetuou determinadas reclassificações na demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, substancialmente nas atividades operacionais, para melhor comparação com a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2019. 3.1.5. **Reclassificação de Ativos e Passivos:** Os investimentos realizados na Ensyn e na Spinova foram apresentados de forma consolidada nos investimentos financeiros consolidados, na linha de investimentos resultados abrangentes. Entretanto, respectivamente, no segundo e no terceiro trimestres de 2019, com base no acordo de acionistas e recentes aportes realizados na Ensyn e Spinova, a Companhia aumentou a sua participação e obteve influência significativa. Dessa forma, respectivamente, a partir do segundo e terceiro trimestres de 2019, a Companhia registrou os seus investimentos na Ensyn e Spinova, prospectivamente pelo método da equivalência patrimonial usando o método do valor justo como custo atribuído, com a consequente apresentação do investimento na rubrica de participações em controladas, coligadas, operações em conjunto e negócios em conjunto e não mais na rubrica de outros investimentos, conforme nota 14.2. Em relação à Ensyn, foi identificado e registrado um valor por exposição de rentabilidade futura ("goodwill") nesta transação no valor de US\$1.049 (equivalente a R\$1.644), e o valor justo do patrimônio líquido da investida de US\$2.941 (equivalente a R\$5.165.929) e o valor justo do patrimônio líquido da investida de US\$2.941 (equivalente a R\$5.165.929). Em relação à Spinova, foi identificado e registrado na rubrica de outros resultados operacionais um ganho por compra vantajosa nesta transação no valor de EUR8.748 (equivalente a R\$32.705), decorrente da diferença entre o valor pago de EUR12.500 (equivalente a R\$55.210) e o valor justo do patrimônio líquido da investida de EUR19.248 (equivalente a R\$37.915). 3.1.6. **Ativos biológicos:** Os ativos biológicos da Companhia são florestas de eucalipto provenientes exclusivamente de plantas renováveis e destinadas para o processo produtivo de celulose e papel, mensurados a valor justo e deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita. A mensuração a valor justo é realizada semestralmente, pois a Administração entende que este é o momento mais apropriado para a mensuração, já que é o momento de maior valorização das florestas demonstradas financeiramente e utiliza o método de fluxo de caixa descontado conforme o ciclo de produtividade projetado destes ativos. Considerando que a Suzano e a Fibria utilizavam diferentes premissas para a mensuração do valor justo do ativo biológico, na primeira mensuração após a combinação de negócios, a Companhia revisou a premissa denominada "área útil plantada", para que as florestas imaturas (até 2 (dois) anos de idade da data do plantio) sejam mantidas a custo histórico. Como resultado, a Administração considera que durante esse período, o custo histórico dos ativos biológicos se aproxima de seu valor justo. Adicionalmente, o objetivo dessa mudança é refletir a experiência adquirida no processo de mensuração dos ativos biológicos e o alinhamento da metodologia de cálculo com o gerenciamento florestal da Companhia, que considera a utilização de árvores de menor valor para a realização de plantio, com a finalidade de obter uma maior produtividade futura, representado pelo incremento médio anual ("IMA"), a partir do 3º ano da idade da planta. Considerando o fato de que nos primeiros 2 (dois) anos de formação da floresta o custo histórico se aproxima do seu valor justo, conforme descreve acima, esse alinhamento de abordagem não gerou impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia. As demais premissas, não sofreram alterações. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos é reconhecido na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas. O valor da exaustão é mensurado com base na exaustão (colheita) das florestas. As premissas significativas utilizadas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão divulgadas na nota 13. 3.1.7. **Tributos sobre o Lucro - CPC 32 / IAS 12:** Este pronunciamento foi alterado e esclarece que os efeitos tributários de impostos sobre a renda sobre distribuições de dividendos relacionadas a instrumentos financeiros classificados no patrimônio líquido, ou seja, sobre as distribuições de dividendos de instrumentos financeiros classificados no patrimônio líquido, devem ser remuneradas a dividendos, e não a remuneração de direitos de participação. Esta norma é aplicável para todos os efeitos de imposto de renda relacionados a dividendos, incluindo distribuições cujos tratamentos contábeis sejam similares a dividendos, como exemplo, juros sobre capital próprio. A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos materiais.

3.1.8. **Custos de Empreéstimos - CPC 20 / IAS 23:** Este pronunciamento foi alterado e esclarece que, se um empréstimo específico permanecer em aberto após o correspondente ativo qualificável estar pronto para o uso ou venda, ele se tornará parte dos empréstimos gerais para fins de determinação dos custos de empréstimos elegíveis para capitalização em outros ativos qualificáveis, para os quais não existam empréstimos específicos. A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos materiais.

3.1.9. **Combinacão de negócios - CPC 15 / IFRS 3:** Este pronunciamento foi alterado e esclarece que a obtenção de controle sobre um negócio é realizada quando o resultado da operação é superior ao valor justo, na data da aquisição. A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos materiais.

3.1.10. **Negócios em conjunto - CPC 19 / IFRS 11:** Este pronunciamento foi alterado e esclarece que, quando uma entidade obtém o controle conjunto de um negócio que é uma operação conjunta, ela não remunera as participações anteriormente devidas nessa operação conjunta. A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos materiais.

anteriormente devidas nessa operação conjunta. A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos materiais.

3.1.11. **Benefícios a Empregados - CPC 33 / IAS 19:** Este pronunciamento foi alterado e esclarece que, quando ocorrer um evento de alteração, redução ou liquidação de um plano de benefício definido, a entidade deve atualizar as premissas anteriormente utilizadas e remunerar o custo de serviço corrente e os juros líquidos pelo período remanescente, após as modificações. A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos materiais.

3.1.12. **Investimento em coligadas, controladas e empreendimento controlado em conjunto - CPC 18 (R2) / IAS 28:** O investimento em coligadas, controladas e empreendimento controlado em conjunto é excluído de seu escopo participações societárias em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto que são subjetivamente controlados em conjunto, quando o investidor é o único que exerce o controle.

3.2. **Políticas contábeis adotadas:** 3.2.1. **Demonstrações financeiras individuais:** Os investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, com base no valor justo, quando o investidor é o único que exerce o controle. Os investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidos proporcionalmente em relação à participação na operação em conjunto. Adicionalmente, o valor contábil do investimento em controlada é ajustado pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial das controladas, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, em ajuste de avaliação patrimonial direta no patrimônio líquido da controladora.

3.2.2. **Demonstrações financeiras consolidadas:** São elaboradas utilizando informações da Suzano e de suas controladas na mesma data-base, bem como, políticas contábeis consistentes, exceto para a Futurebrasil PLC, cuja data-base é diferente da data-base das controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto, quando o investidor é o único que exerce o controle.

3.2.3. **Demonstrações financeiras consolidadas:** São elaboradas consolidando as subsidiárias e suas controladas na mesma data-base, com base no valor justo, quando o investidor é o único que exerce o controle. A Companhia consolidou todas as subsidiárias sob a sua diretoria a partir de 01 de dezembro de 2019, o mesmo que a Suzano, conforme nota 1.2.1. Durante o período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de março de 2019, a Suzano consolidou as informações contábeis intermediárias da Fibria. Entretanto, a partir de 01 de abril de 2019, a Fibria foi incorporada pela Suzano, conforme nota 1.2.2. 3.2.3.3. **Demonstração do valor adicionado ("DVA"):** A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), individual e consolidada, com parte integrante das demonstrações financeiras, sendo requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no CPC 09 - Declaração de resultado e demonstração do valor adicionado, para fins de apresentação ao público, de forma direta ou indireta, de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, não comparativas com as respectivas demonstrações financeiras individuais e consolidadas anuais de 31 de dezembro de 2018, em razão da conclusão da operação de compra da Fibria pela Suzano em janeiro de 2019, conforme nota 1.2.1. Durante o período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de março de 2019, a Suzano consolidou as informações contábeis intermediárias da Fibria. Entretanto, a partir de 01 de abril de 2019, a Fibria foi incorporada pela Suzano, conforme nota 1.2.2. 3.2.3.3. **Demonstração do valor adicionado ("DVA"):** A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), individual e consolidada, com parte integrante das demonstrações financeiras, sendo requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no CPC 09 - Declaração de resultado e demonstração do valor adicionado, para fins de apresentação ao público, de forma direta ou indireta, de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, não comparativas com as respectivas demonstrações financeiras individuais e consolidadas anuais de 31 de dezembro de 2018, em razão da conclusão da operação de compra da Fibria pela Suzano em janeiro de 2019, conforme nota 1.2.1. Durante o período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de março de 2019, a Suzano consolidou as informações contábeis intermediárias da Fibria. Entretanto, a partir de 01 de abril de 2019, a Fibria foi incorporada pela Suzano, conforme nota 1.2.2. 3.2.3.3. **Demonstração do valor adicionado ("DVA"):** A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), individual e consolidada, com parte integrante das demonstrações financeiras, sendo requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no CPC 09 - Declaração de resultado e demonstração do valor adicionado, para fins de apresentação ao público, de forma direta ou indireta, de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, não comparativas com as respectivas demonstrações financeiras individuais e consolidadas anuais de 31 de dezembro de 2018, em razão da conclusão da operação de compra da Fibria pela Suzano em janeiro de 2019, conforme nota 1.2.1. Durante o período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de março de 2019, a Suzano consolidou as informações contábeis intermediárias da Fibria. Entretanto, a partir de 01 de abril de 2019, a Fibria foi incorporada pela Suzano, conforme nota 1.2.2. 3.2.3.3. **Demonstração do valor adicionado ("DVA"):** A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), individual e consolidada, com parte integrante das demonstrações financeiras, sendo requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no CPC 09 - Declaração de resultado e demonstração do valor adicionado, para fins de apresentação ao público, de forma direta ou indireta, de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, não comparativas com as respectivas demonstrações financeiras individuais e consolidadas anuais de 31 de dezembro de 2018, em razão da conclusão da operação de compra da Fibria pela Suzano em janeiro de 2019, conforme nota 1.2.1. Durante o período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de março de 2019, a Suzano consolidou as informações contábeis intermediárias da Fibria. Entretanto, a partir de 01 de abril de 2019, a Fibria foi incorporada pela Suzano, conforme nota 1.2.2. 3.2.3.3. **Demonstração do valor adicionado ("DVA"):** A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), individual e consolidada, com parte integrante das demonstrações financeiras, sendo requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no CPC 09 - Declaração de resultado e demonstração do valor adicionado, para fins de apresentação ao público, de forma direta ou indireta, de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, não comparativas com as respectivas demonstrações financeiras individuais e consolidadas anuais de 31 de dezembro de 2018, em razão da conclusão da operação de compra da Fibria pela Suzano em janeiro de 2019, conforme nota 1.2.1. Durante o período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de março de 2019, a Suzano consolidou as informações contábeis intermediárias da Fibria. Entretanto, a partir de 01 de abril de 2019, a Fibria foi incorporada pela Suzano, conforme nota 1.2.2. 3.2.3.3. **Demonstração do valor adicionado ("DVA"):** A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), individual e consolidada, com parte integrante das demonstrações financeiras, sendo requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no CPC 09 - Declaração de resultado e demonstração do valor adicionado, para fins de apresentação ao público, de forma direta ou indireta, de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, não comparativas com as respectivas demonstrações financeiras individuais e consolidadas anuais de 31 de dezembro de 2018, em razão da conclusão da operação de compra da Fibria pela Suzano em janeiro de 2019, conforme nota 1.2.1. Durante o período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de março de 2019, a Suzano consolidou as informações contábeis intermediárias da Fibria. Entretanto, a partir de 01 de abril de 2019, a Fibria foi incorporada pela Suzano, conforme nota 1.2.2. 3.2.3.3. **Demonstração do valor adicionado ("DVA"):** A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), individual e consolidada, com parte integrante das demonstrações financeiras, sendo requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no CPC 09 - Declaração de resultado e demonstração do valor adicionado, para fins de apresentação ao público, de forma direta ou indireta, de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, não comparativas com as respectivas demonstrações financeiras individuais e consolidadas anuais de 31 de dezembro de 2018, em razão da conclusão da operação de compra da Fibria pela Suzano em janeiro de 2019, conforme nota 1.2.1. Durante o período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de março de 2019, a Suzano consolidou as informações contábeis intermediárias da Fibria. Entretanto, a partir de 01 de abril de 2019, a Fibria foi incorporada pela Suzano, conforme nota 1.2.2. 3.2.3.3. **Demonstração do valor adicionado ("DVA"):** A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), individual e consolidada, com parte integrante das demonstrações financeiras, sendo requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no CPC 09 - Declaração de resultado e demonstração do valor adicionado, para fins de apresentação ao público, de forma direta ou indireta, de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, não comparativas com as respectivas demonstrações financeiras individuais e consolidadas anuais de 31 de dezembro de 2018, em razão da conclusão da operação de compra da Fibria pela Suzano em janeiro de 2019, conforme nota 1.2.1. Durante o período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de março de 2019, a Suzano consolidou as informações contábeis intermediárias da Fibria. Entretanto, a partir de 01 de abril de 2019, a Fibria foi incorporada pela Suzano, conforme nota 1.2.2. 3.2.3.3. **Demonstração do valor adicionado ("DVA"):** A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), individual e consolidada, com parte integrante das demonstrações financeiras, sendo requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no CPC 09 - Declaração de resultado e demonstração do valor adicionado, para fins de apresentação ao público, de forma direta ou indireta, de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, não comparativas com as respectivas demonstrações financeiras individuais e consolidadas anuais de 31 de dezembro de 2018, em razão da conclusão da operação de compra da Fibria pela Suzano em janeiro de 2019, conforme nota 1.2.1. Durante o período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de março de 2019, a Suzano consolidou as informações contábeis intermediárias da Fibria. Entretanto, a partir de 01 de abril de 2019, a Fibria foi incorporada pela Suzano, conforme nota 1.2.2. 3.2.3.3. **Demonstração do valor adicionado ("DVA"):** A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), individual e consolidada, com parte integrante das demonstrações financeiras, sendo requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no CPC 09 - Declaração de resultado e demonstração do valor adicionado, para fins de apresentação ao público, de forma direta ou indireta, de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, não comparativas com as respectivas demonstrações financeiras individuais e consolidadas anuais de 31 de dezembro de 2018, em razão da conclusão da operação de compra da Fibria pela Suzano em janeiro de 2019, conforme nota 1.2.1. Durante o período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de março de 2019, a Suzano consolidou as informações contábeis intermediárias da Fibria. Entretanto, a partir de 01 de abril de 2019, a Fibria foi incorporada pela Suzano, conforme nota 1.2.2. 3.2.3.3. **Demonstração do valor adicionado ("DVA"):** A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), individual e consolidada, com parte integrante das demonstrações financeiras, sendo requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no CPC 09 - Declaração de resultado e demonstração do valor adicionado, para fins de apresentação ao público, de forma direta ou indireta, de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, não comparativas com as respectivas demonstrações financeiras individuais e consolidadas anuais de 31 de dezembro de 2018, em razão da conclusão da operação de compra da Fibria pela Suzano em janeiro de 2019, conforme nota 1.2.1. Durante o período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de março de 2019, a Suzano consolidou as informações contábeis intermediárias da Fibria. Entretanto, a partir de 01 de abril de 2019, a Fibria foi incorporada pela Suzano, conforme nota 1.2.2. 3.2.3.3. **Demonstração do valor adicionado ("DVA"):** A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), individual e consolidada, com parte integrante das demonstrações financeiras, sendo requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no CPC 09 - Declaração de resultado e demonstração do valor adicionado, para fins de apresentação ao público, de forma direta ou indireta, de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, não comparativas com as respectivas demonstrações financeiras individuais e consolidadas anuais de 31 de dezembro de 2018, em razão da conclusão da operação de compra da Fibria pela Suzano em janeiro de 2019, conforme nota 1.2.1. Durante o período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de março de 2019, a Suzano consolidou as informações contábeis intermediárias da Fibria. Entretanto, a partir de 01 de abril de 2019, a Fibria foi incorporada pela Suzano, conforme nota 1.2.2. 3.2.3.3. **Demonstração do valor adicionado ("DVA"):** A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), individual e consolidada, com parte integrante das demonstrações financeiras, sendo requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no CPC 09 - Declaração de resultado e demonstração do valor adicionado, para fins de apresentação ao público, de forma direta ou indireta, de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, não comparativas com as respectivas demonstrações financeiras individuais e consolidadas anuais de 31 de dezembro de 2018, em razão da conclusão da operação de compra da Fibria pela Suzano em janeiro de 2019, conforme nota 1.2.1. Durante o período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de março de 2019, a Suzano consolidou as informações contábeis intermediárias da Fibria. Entretanto, a partir de 01 de abril de 2019, a Fibria foi incorporada pela Suzano, conforme nota 1.2.2. 3.2.3.3. **Demonstração do valor adicionado ("DVA"):** A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), individual e consolidada, com parte integrante das demonstrações financeiras, sendo requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no CPC 09 - Declaração de resultado e demonstração do valor adicionado, para fins de apresentação ao público, de forma direta ou indireta, de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, não comparativas com as respectivas demonstrações financeiras individuais e consolidadas anuais de 31 de dezembro de 2018, em razão da conclusão da operação de compra da Fibria pela Suzano em janeiro de 2019, conforme nota 1.2.1. Durante o período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de março de 2019, a Suzano consolidou as informações contábeis intermediárias da Fibria. Entretanto, a partir de 01 de abril de 2019, a Fibria foi incorporada pela Suzano, conforme nota 1.2.2. 3.2.3.3. **Demonstração do valor adicionado ("DVA"):** A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), individual e consolidada, com parte integrante das demonstrações financeiras, sendo requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no CPC 09 - Declaração de resultado e demonstração do valor adicionado, para fins de apresentação ao público, de forma direta ou indireta, de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, não comparativas com as respectivas demonstrações financeiras individuais e consolidadas anuais de 31 de dezembro de 2018, em razão da conclusão da operação de compra da Fibria pela Suzano em janeiro de 2019, conforme nota 1.2.1. Durante o período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de março de 2019, a Suzano consolidou as informações contábeis intermediárias da Fibria. Entretanto, a partir de 01 de abril de 2019, a Fibria foi incorporada pela Suzano, conforme nota 1.2.2. 3.2.3.3. **Demonstração do valor adicionado ("DVA"):** A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), individual e consolidada, com parte integrante das demonstrações financeiras, sendo requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no CPC 09 - Declaração de resultado e demonstração do valor adicionado, para fins de apresentação ao público, de forma direta ou indireta, de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, não comparativas com as respectivas demonstrações financeiras individuais e consolidadas anuais de 31 de dezembro de 2018, em razão da conclusão da operação de compra da Fibria pela Suzano em janeiro de 2019, conforme nota 1.2.1. Durante o período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de março de 2019, a Suzano consolidou as informações contábeis intermediárias da Fibria. Entretanto, a partir de 01 de abril de 2019, a Fibria foi incorporada pela Suzano, conforme nota 1.2.2. 3.2.3.3. **Demonstração do valor adicionado ("DVA"):** A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), individual e consolidada, com parte integrante das demonstrações financeiras, sendo requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no CPC 09 - Declaração de resultado e demonstração do valor adicionado, para fins de apresentação ao público, de forma direta ou indireta, de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, não comparativas com as respectivas demonstrações financeiras individuais e consolidadas anuais de 31 de dezembro de 2018, em razão da conclusão da operação de compra da Fibria pela Suzano em janeiro de 2019, conforme nota 1.2.1. Durante o período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de março de 2019, a Suzano consolidou as informações contábeis intermediárias da Fibria. Entretanto, a partir de 01 de abril de 2019, a Fibria foi incorporada pela Suzano, conforme nota 1.2.2. 3.2.3.3. **Demonstração do valor adicionado ("DVA"):** A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), individual e consolidada, com parte integrante das demonstrações financeiras, sendo requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no CPC 09 - Declaração de resultado e demonstração do valor adicionado, para fins de apresentação ao público, de forma direta ou indireta, de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, não comparativas com as respectivas demonstrações financeiras individuais e consolidadas anuais de 31 de dezembro de 2018, em razão da conclusão da operação de compra da Fibria pela Suzano em janeiro de 2019, conforme nota 1.2.1. Durante o período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de março de 2019, a Suzano consolidou as informações contábeis intermediárias da Fibria. Entretanto, a partir de 01 de abril de 2019, a Fibria foi incorporada pela Suzano, conforme nota 1.2.2. 3.2.3.3. **Demonstração do valor adicionado ("DVA"):** A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), individual e consolidada, com parte integrante das demonstrações financeiras, sendo requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no CPC 09 - Declaração de resultado e demonstração do valor adicionado, para fins de apresentação ao público, de forma direta ou indireta, de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, não comparativas com as respectivas demonstrações financeiras individuais e consolidadas anuais de 31 de dezembro de 2018, em razão da conclusão da operação de compra da Fibria pela Suzano em janeiro de 2019, conforme nota 1.2.1. Durante o período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de março de 2019, a Suzano consolidou as informações contábeis intermediárias da Fibria. Entretanto, a partir de 01 de abril de 2019, a Fibria foi incorporada pela Suzano, conforme nota 1.2.2. 3.2.3.3. **Demonstração do valor adicionado ("DVA"):** A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), individual e consolidada, com parte integrante



- continua

SUZANO S.A. - Companhia Aberta de Capital Autorizado - CNPJ/MF nº 16.404.287/0001-55 - NIRE nº 29.300.016.331

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

requeriam um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos, passivos, receitas e despesas em exercícios futuros, são apresentadas a seguir: (i) combinação de negócios (nota 1.2.1); (ii) valor justo de instrumentos financeiros (nota 4); (iii) análise anual do valor recuperável de ativos não financeiros (notas 5 e 18); (iv) análise anual do valor recuperável de impostos (notas 9 e 12); (v) valor justo dos ativos biológicos (nota 13); (vi) vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangíveis com vida útil definida (notas 15 e 16); (vii) provisão para passivos judiciais (nota 20); (viii) benefícios de aposentadoria (nota 21); e (ix) transações com pagamento baseado em ações (nota 22). A Companhia revisa continuamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis e qualquer alteração, é reconhecida nas demonstrações financeiras no período em que tais revisões são efetuadas. 3.3. Novas normas, revisões e interpretações ainda não vigentes: Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estejam em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

4.1. Gerenciamento de riscos financeiros - 4.1.1. Visão geral: Em decorrência de suas atividades, a Companhia expõe-se a riscos de capital, riscos de crédito, riscos de liquidez, riscos de Administração de Ativo (risco de liquidez), riscos de taxa de câmbio, riscos de juros, riscos de commodities, e risco capital. A Administração foca na geração de resultados consistentes e sustentáveis ao longo do tempo, entretanto, em decorrência dos fatores de riscos externos, níveis indesejados de volatilidade podem influenciar a geração de caixa e resultados da Companhia. A Companhia dispõe de políticas e procedimentos para a gestão dos riscos financeiros, que visam: (i) reduzir, mitigar ou transferir exposições visando proteger o fluxo de caixa e o patrimônio da Companhia contra oscilações de preços de mercado de insumos e produtos, taxas de câmbio e de juros, índices de preços e de correção ("riscos de mercado") e/ou outros ativos ou instrumentos negociados em mercados líquidos ou não ("riscos de liquidez") aos quais o valor dos ativos, passivos e geração de caixa estejam expostos; (ii) estabelecer limites e instrumentos com o objetivo de alocar o caixa da Companhia dentro de parâmetros aceitáveis para a geração de caixa e resultados da Companhia; (iii) gerenciar a exposição de riscos de capital, visando limitar o risco de exposição em riscos, considerando e/ou limitando o risco de capital, risco de liquidez e das correlações entre os preços de diferentes ativos e mercados, evitando o desperdício de recursos com a contratação de operações de modo ineficiente. As operações financeiras contratadas pela Companhia visam a proteção das exposições existentes, sendo vedado à assunção de novos riscos que não aqueles decorrentes de suas atividades operacionais. Instrumentos de hedge são contratados exclusivamente visando proteção e são pautados nos seguintes termos: (i) proteção do fluxo de caixa contra desclassamento de moedas, (ii) proteção do fluxo de receita para liquidação e juros de dívidas as oscilações de taxas de juros e moedas; e (iii) oscilações no preço da celulose ou outros fatores de risco. A Tesouraria é a responsável pela identificação, avaliação e busca de proteção contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração aprova as políticas financeiras que estabelecem os princípios e regras para a gestão de risco global, as áreas envolvidas nessas atividades, o uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e a alocação do excessivo de caixa. A Companhia utiliza os instrumentos financeiros de maneira estruturada para contratar operações de hedge, com o objetivo de mitigar riscos de liquidez e de capital, e/ou riscos de proteção (hedge) ou não possuir dívida com duplo indexador ou outras formas de opções implícitas, e/ou não possuir operações que requerem depósito de margem ou outras formas de garantia para o risco de crédito das contrapartes. A Companhia não adota a modalidade de contabilização hedge accounting. Dessa forma, os ganhos e perdas mensurados nas operações com derivativos, estão integralmente reconhecidos na demonstração do resultado e divulgados na nota 27. 4.1.2. Classificação: Todas as transações com instrumentos financeiros estão reconhecidas contabilmente e classificadas nas seguintes categorias:

Controladora 31/12/2019 31/12/2018

Ativos

Custo amortizado

Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)
Contas a receber de clientes (nota 7)
Outros ativos

2.291.676 6.965.489

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Outros investimentos (nota 14)
Outros

20.048 20.048

Valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros derivativos (nota 4.6)
Aplicações financeiras (nota 6)

14.459.747 28.455.736

Passivos

Custo amortizado

Empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 18.1)
Contas a pagar de arrendamento (nota 19.2)
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas (nota 23)
Fornecedores (nota 17)
Outros passivos

19.319.008 12.406.993

Valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros derivativos (nota 4.6)
Aplicações financeiras (nota 6)

6.121.051 20.996.555

7.220.023 21.490.247

14.459.747 28.455.736

Controladora 31/12/2019 31/12/2018

Ativos

Custo amortizado

Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)
Contas a receber de clientes (nota 7)
Outros ativos

2.291.676 6.965.489

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Outros investimentos (nota 14)
Outros

20.048 20.048

Valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros derivativos (nota 4.6)
Aplicações financeiras (nota 6)

1.098.972 493.934

6.330.334 21.098.565

7.429.306 21.592.499

14.298.296 28.780.120

Passivos

Custo amortizado

Empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 18.1)
Contas a pagar de arrendamento (nota 19.2)
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas (nota 23)
Fornecedores (nota 17)
Outros passivos

3.249.127 4.387.453

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Outros investimentos (nota 14)
Outros

3.035.817 2.537.058

Valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros derivativos (nota 4.6)
Aplicações financeiras (nota 6)

563.993 263.110

6.848.937 7.187.621

2.917.876 1.635.317

2.917.876 1.635.317

Controladora 31/12/2019 31/12/2018

Ativos

Custo amortizado

Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)
Contas a receber de clientes (nota 7)

2.349.127 4.387.453

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Outros investimentos (nota 14)
Outros

3.035.817 2.537.058

Valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros derivativos (nota 4.6)
Aplicações financeiras (nota 6)

563.993 263.110

Passivos

Custo amortizado

Empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 18.1)
Contas a pagar de operações de arrendamento (nota 19.2)
Contas a pagar com aquisição de ativos e controladas (nota 23)
Fornecedores (nota 17)
Outros passivos

6.848.937 7.187.621

Valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros derivativos (nota 4.6)

2.917.876 1.636.700

2.917.876 1.636.700

Controladora 31/12/2019 31/12/2018

Ativos

Custo amortizado

Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)
Contas a receber de clientes (nota 7)

3.249.127 4.387.453

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Outros investimentos (nota 14)
Outros

3.035.817 2.537.058

Valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros derivativos (nota 4.6)
Aplicações financeiras (nota 6)

563.993 263.110

Passivos

Custo amortizado

Empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 18.1)
Contas a pagar de operações de arrendamento (nota 19.2)

6.848.937 7.187.621

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Outros investimentos (nota 14)
Outros

2.917.876 1.636.700

Valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros derivativos (nota 4.6)
Aplicações financeiras (nota 6)

2.917.876 1.636.700

Controladora 31/12/2019 31/12/2018

Ativos

Custo amortizado

Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)
Contas a receber de clientes (nota 7)

3.249.127 4.387.453

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Outros investimentos (nota 14)
Outros

3.035.817 2.537.058

Valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros derivativos (nota 4.6)
Aplicações financeiras (nota 6)

563.993 263.110

Passivos

Custo amortizado

Empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 18.1)
Contas a pagar de operações de arrendamento (nota 19.2)

6.848.937 7.187.621

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Outros investimentos (nota 14)
Outros

2.917.876 1.636.700

Valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros derivativos (nota 4.6)
Aplicações financeiras (nota 6)

2.917.876 1.636.700

Controladora 31/12/2019 31/12/2018

Ativos

Custo amortizado

Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)
Contas a receber de clientes (nota 7)

3.249.127 4.387.453

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Outros investimentos (nota 14)
Outros

3.035.817 2.537.058

Valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros derivativos (nota 4.6)
Aplicações financeiras (nota 6)

563.993 263.110

Passivos

Custo amortizado

Empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 18.1)
Contas a pagar de operações de arrendamento (nota 19.2)

6.848.937 7.187.621

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Outros investimentos (nota 14)
Outros

2.917.876 1.636.700

Valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros derivativos (nota 4.6)
Aplicações financeiras (nota 6)

2.917.876 1.636.700

Controladora 31/12/2019 31/12/2018

Ativos

Custo amortizado

Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)
Contas a receber de clientes (nota 7)

3.249.127 4.387.453

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Outros investimentos (nota 14)
Outros

3.035.817 2.537.058

Valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros derivativos (nota 4.6)
Aplicações financeiras (nota 6)

563.993 263.110

Passivos

Custo amortizado

Empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 18.1)
Contas a pagar de operações de arrendamento (nota 19.2)

6.848.937 7.187.621

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Outros investimentos (nota 14)
Outros

2.917.876 1.636.700

Valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros derivativos (nota 4.6)
Aplicações financeiras (nota 6)

2.917.876 1.636.700

Controladora 31/12/2019 31/12/2018

Ativos

Custo amortizado

Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)
Contas a receber de clientes (nota 7)

3.249.127 4.387.453

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Outros investimentos (nota 14)
Outros

3.035.817 2.537.058

Valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros derivativos (nota 4.6)
Aplicações financeiras (nota 6)

563.993 263.110

Passivos

Custo amortizado

Empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 18.1)
Contas a pagar de operações de arrendamento (nota 19.2)

6.848.937 7.187.621

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Outros investimentos (nota 14)
Outros

2.917.876 1.636.700

Valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros derivativos (nota 4.6)
Aplicações financeiras (nota 6)

2.917.876 1.636.700

Controladora 31/12/2019 31/12/2018

Ativos

Custo amortizado

Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)
Contas a receber de clientes (nota 7)

3.249.127 4.387.453

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Outros investimentos (nota 14)
Outros

3.035.817 2.537.058

Valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros derivativos (nota 4.6)
Aplicações financeiras (nota 6)

563.993 263.110

Passivos

Custo amortizado

Empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 18.1)
Contas a pagar de operações de arrendamento (nota 19.2)

6.848.937 7.187.621

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Outros investimentos (nota 14)
Outros

2.917.876 1.636.700

Valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros derivativos (nota 4.6)
Aplicações financeiras (nota 6)

2.917.876 1.636.700

Controladora 31/12/2019 31/12/2018

Ativos

Custo amortizado



SALVADOR, QUINTA-FEIRA, 13 DE FEVEREIRO DE 2020 - ANO CIV - Nº 22.842

— continuação

SUZANO S.A. - Companhia Aberta de Capital Autorizado - CNPJ/MF nº 16.404.287/0001-55 - NIRE nº 29.300.016.331

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

(i) Utilizamos o Brazilian Risk Rating e a classificação é concedida pelas agências Fitch Ratings, Standard & Poor's e Moody's.
4.4. Administração de riscos de mercado: A Companhia está exposta a uma série de riscos de mercados, principalmente, relacionados às variações de taxas de câmbio, taxas de juros, índices de correção e preço de commodities que podem afetar seus resultados e condições financeiras. Para mitigar os impactos, a Companhia dispõe de processos para monitoramento das exposições e políticas que suportam a implementação da gestão de riscos. As políticas estabelecem os limites e os instrumentos a serem implementados com o objetivo de: (i) proteção do fluxo de caixa devido ao descascamento das moedas, (ii) mitigação de exposições a taxas de juros, (iii) redução dos impactos da flutuação de preços de commodities, e (iv) troca de indexadores da dívida. A gestão de riscos de mercado realiza a identificação, a avaliação e a implementação da estratégia, com aativa monitorização dos instrumentos financeiros adotados.

4.4.1. Administração de riscos de taxa de câmbio: A estratégia de finanças e as políticas de riscos das direções consideram que a sub-
stancial da receita líquida é proveniente de exportações com preços negociados em Dólares dos Estados Unidos e, por outro lado, parte substancial dos custos de produção está atrelada ao Real. Esta exposição estrutural permite que a Companhia contrate financiamentos de exportação em Dólares norte-americanos e concile os pagamentos dos financiamentos com os fluxos de recebimento das vendas no mercado externo, utilizando o mercado internacional de dívida como importante de sua estrutura de capital e proporcionando um hedge natural de caixa para estes compromissos. Além disso, a Companhia contrata operações de venda de Dólares dos Estados Unidos nos mercados futuros, incluindo estratégias com opções, como forma de assegurar níveis atraentes de margens operacionais para uma parcela da receita. Estas operações são limitadas a um percentual do excedente líquido de divisas no horizonte de 18 meses e, portanto, estão casadas à disponibilidade de câmbio pronto para venda no curto prazo. A exposição líquida de ativos e passivos em moeda estrangeira, a qual é substan-
cialmente em Dólares dos Estados Unidos, está demonstrada a seguir:

Consolidado

31/12/2019 31/12/2018

Ativos

Caixa e equivalentes de caixa 2.527.834 1.143.968
Contas a receber de clientes 2.027.018 1.661.108
Instrumentos financeiros derivativos 9.440.141 493.685
Total 13.994.993 3.298.761

Passivos

Fornecedores (1.065.207) (72.680)
Empréstimos e financiamentos (45.460.138) (26.384.721)
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas (288.172) (333.049)
Instrumentos financeiros derivativos 11.315.879 (1.464.569)
Total 13.517.638 (28.255.093)

Exposição passiva líquida

4.4.1.1. Análise de sensibilidade - exposição cambial - exceto instrumentos financeiros derivativos: Para a análise de risco do mercado, a Companhia utiliza cenários para avaliar conjuntamente as posições ativas e passivas indexadas em moeda estrangeira e os possíveis efeitos em seus resultados. O cenário provável representa os valores reconhecidos contabilmente, uma vez que refletem a conversão em Reais na data base do balanço patrimonial (R\$/US\$ = R\$4,0307). Esta análise assume que todas as outras variáveis, em particular, as taxas de juros, permanecem constantes. Os demais cenários consideraram a apreciação/depreciação do Real em relação ao Dólar dos Estados Unidos em 25% e 50%, antes dos impostos. A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários em valores absolutos:

Consolidado

31/12/2019

	Efeito no resultado e no patrimônio
Provável	2.527.834 631.959 1.263.917
Possível	2.027.018 506.758 1.013.593
Remoto	9.440.141 542.624
Total	45.460.138 11.315.879 22.557.093
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	288.172 72.043 144.086

4.4.1.2. Análise de sensibilidade - exposição cambial de instrumentos financeiros derivativos: Esta análise assume que todas as outras variáveis, em particular, as taxas de juros, permanecem constantes. Os demais cenários consideraram a apreciação/depreciação do Real em relação ao Dólar dos Estados Unidos em 25% e 50%, antes dos impostos. A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários em valores absolutos:

Consolidado

31/12/2019

	Efeito no resultado e no patrimônio
Possível	2.527.834 (25%) 631.959 (50%) 1.263.917 (50%)
Remoto	9.440.141 (25%) 542.624 (50%)
Total	45.460.138 (25%) 11.315.879 (50%) 22.557.093 (50%)

Instrumentos financeiros derivativos

Derivativos opções (2.198.750) (4.087.518) (8.175.033) (4.087.510) (8.175.024)
Derivativos swaps 66.981 (2.710.465) (6.048.324) (3.011.787) (6.383.188)
4.4.2. Administração de risco de taxas de juros: As oscilações das taxas de juros podem implicar em efeitos de aumento ou redução do custo sobre os novos financiamentos e operações já contratadas. A Companhia busca constantemente alternativas para a utilização de instrumentos financeiros para a fim de evitar impactos negativos em seu fluxo de caixa. Considerando o risco de extinção da LIBOR no decorrer dos próximos anos, a Companhia está avaliando seus contratos com cláusulas que vislumbram a descontinuação da taxa de juros. A maior parte dos contratos de dívidas atreladas à LIBOR, possui alguma cláusula de substituição dessa taxa por um índice de referência ou taxa juros equivalente e, para os contratos que não possuem cláusula de substituição, a taxa juros é definida de acordo com a LIBOR, prevendo uma negociação entre as partes para a definição de uma nova taxa que será fornecida uma taxa equivalente pelo agente de cálculo. No decorrer dos próximos anos, até a extinção da LIBOR, a Companhia trabalhará ativamente para refletir em todos os seus contratos uma taxa equivalente de substituição. **4.4.2.1. Análise de sensibilidade - exposição a taxas de juros - exceto instrumentos financeiros derivativos:** Para a análise de risco do mercado, a Companhia utiliza cenários para avaliar a sensibilidade das variações das operações impactadas pelas taxas Certificada de Depósito Interbankário ("CDI"), a Taxa de Juros de Longo Prazo ("TLP"), a Taxa Sistêmica Especial de Liquidação e Custódia ("SELIC") e London Interbank Offered Rate ("LIBOR"), e podem gerar no resultado. O cenário provável representa os valores já contabilizados, pois refletem a melhor estimativa da Administração. Esta análise pressupõe que todas as outras variáveis, em particular as taxas de câmbio, permanecem constantes. Os demais cenários consideraram a valorização/desvalorização de 25% e 50% nas taxas de juros de mercado. A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários em valores absolutos:

Consolidado

31/12/2019

	Efeito no resultado e no patrimônio
Provável	2.527.834 (25%) 631.959 (50%) 1.263.917 (50%)
Possível	9.440.141 (25%) 542.624 (50%)
Remoto	45.460.138 (25%) 11.315.879 (50%) 22.557.093 (50%)

CDI

Caixa e equivalentes de caixa 630.075 6.931 13.862
Aplicações financeiras 6.330.334 69.634 139.267
Empréstimos e financiamentos 11.482.992 581.039 252.626
Total 19.720.391 622.671 270.727

LIBOR

Empréstimos e financiamentos 16.229.715 356.183 154.862

4.4.2.2. Análise de sensibilidade - exposição a taxas de juros de instrumentos financeiros derivativos: Esta análise pressupõe que todas as outras variáveis, em particular as taxas de juros, permanecem constantes. Os demais cenários consideraram a valorização/desvalorização de 25% e 50% nas taxas de juros de mercado. A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários:

Consolidado

31/12/2019

	Efeito no resultado e no patrimônio
Provável	2.527.834 (25%) 631.959 (50%) 1.263.917 (50%)
Possível	9.440.141 (25%) 542.624 (50%)
Remoto	45.460.138 (25%) 11.315.879 (50%) 22.557.093 (50%)

CDI

Instrumentos financeiros derivativos 66.981 (72.473) (142.327) 75.530 154.446

LIBOR

Instrumentos financeiros derivativos 2.198.750 163.314 326.151 (163.811) (328.121)

4.4.2.3. Análise de sensibilidade para mudanças no índice de preços ao consumidor da economia norte-americana: Para a mensuração do cenário provável, foi considerado o índice de preços ao consumidor da economia norte-americana ("United States Consumer Price Index - US-CPI") em 31 de dezembro de 2019. O cenário provável foi extrapolado considerando uma valorização/desvalorização de 25% e 50% no US-CPI para definição dos cenários possível e remoto, respectivamente.

Consolidado

31/12/2019

Efeito no resultado

Possível Possível Remoto

Provável (25%) (50%)

268.547 107.815 220.514

Derivativo embulhado em contrato de parceria florestal e fornecimento de madeira em pé

4.4.3. Administração de risco de preço de commodities: A Companhia está exposta a preços de commodities, principalmente, no preço de venda da celulose no mercado internacional. A dinâmica de abertura e fechamento de capacidades de produção no mercado global e as condições macroeconômicas podem impactar os resultados operacionais da Companhia. A Companhia possui equipe especializada que monitora o preço da celulose e analisa as tendências futuras, ajustando as projeções que visam auxiliar na tomada de medidas preventivas para conduzir de maneira adequada os distintos cenários. Não existe mercado financeiro com liquidez para mitigar suficientemente o risco de parte relevante das operações da Companhia. As operações de proteção e previsão contra flutuações de preços da celulose são realizadas com liquidez limitada e grande volatilidade. As operações de proteção e previsão contra flutuações de preços da celulose são realizadas com liquidez limitada e grande volatilidade. As operações de proteção e previsão contra flutuações de preços da celulose são realizadas com liquidez limitada e grande volatilidade.

4.4.4. Administração de risco de preços de commodities: Esta análise pressupõe que todas as outras variáveis, em particular os preços, permanecem constantes. Os demais cenários consideraram a valorização/desvalorização de 25% e 50% nos preços. A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários:

Consolidado

31/12/2019

Impacto da alta/redução no valor justo valores absolutos

Provável Possível Remoto

(92) 478 864

Derivativo petróleo

4.5. Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia determina o valor justo dos contratos de derivativos, o qual divergir dos valores realizados em caso de liquidação antecipada por conta dos spreads bancários e fatores de mercado no momento da cotação. Os valores apresentados pela Companhia baseiam-se em uma estimativa utilizando fatores de mercado e utilizam dados fornecidos por terceiros, mensurados internamente e confrontados com cálculos realizados por consultoria externa. O valor justo não representa a obrigação de desembolso imediato ou recebimento de caixa, uma vez que tal efeito somente ocorrerá nas datas de verificação contratual ou de vencimento de cada operação, quando será apurado o resultado conforme o caso e as condições de proteção contra flutuações de preços da celulose. Para cada um dos instrumentos, descreve-se a seguir um resumo do projeto de proteção e previsão contra flutuações de preços da celulose.

4.5.1. Análise de sensibilidade - preço de commodities: Esta análise pressupõe que todas as outras variáveis, em particular os preços, permanecem constantes. Os demais cenários consideraram a valorização/desvalorização de 25% e 50% nos preços. A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários:

Consolidado

31/12/2019

Impacto da alta/redução no valor justo valores absolutos

Provável Possível Remoto

(92) 478 864

4.5.2. Análise de sensibilidade - preço de commodities: Esta análise pressupõe que todas as outras variáveis, em particular os preços, permanecem constantes. Os demais cenários consideraram a valorização/desvalorização de 25% e 50% nos preços. A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários:

Consolidado

31/12/2019

Impacto da alta/redução no valor justo valores absolutos

Provável Possível Remoto

(92) 478 864

4.5.3. Análise de sensibilidade - preço de commodities: Esta análise pressupõe que todas as outras variáveis, em particular os preços, permanecem constantes. Os demais cenários consideraram a valorização/desvalorização de 25% e 50% nos preços. A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários:

Consolidado

31/12/2019

Impacto da alta/redução no valor justo valores absolutos

Provável Possível Remoto

(92) 478 864

4.5.4. Análise de sensibilidade - preço de commodities: Esta análise pressupõe que todas as outras variáveis, em particular os preços, permanecem constantes. Os demais cenários consideraram a valorização/desvalorização de 25% e 50% nos preços. A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários:

Consolidado

31/12/2019

Impacto da alta/redução no valor justo valores absolutos

Provável Possível Remoto

(92) 478 864

4.5.5. Análise de sensibilidade - preço de commodities: Esta análise pressupõe que todas as outras variáveis, em particular os preços, permanecem constantes. Os demais cenários consideraram a valorização/desvalorização de 25% e 50% nos preços. A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários:

Consolidado

31/12/2019

Impacto da alta/redução no valor justo valores absolutos

Provável Possível Remoto

(92) 478 864

4.5.6. Análise de sensibilidade - preço de commodities: Esta análise pressupõe que todas as outras variáveis, em particular os preços, permanecem constantes. Os demais cenários consideraram a valorização/desvalorização de 25% e 50% nos preços. A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários:

Consolidado

31/12/2019

Impacto da alta/redução no valor justo valores absolutos

Provável Possível Remoto

(92) 478 864

4.5.7. Análise de sensibilidade - preço de commodities: Esta análise pressupõe que todas as outras variáveis, em particular os preços, permanecem constantes. Os demais cenários consideraram a valorização/desvalorização de 25% e 50% nos preços. A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários:

Consolidado

31/12/2019

Impacto da alta/redução no valor justo valores absolutos

Provável Possível Remoto

(92) 478 864

4.5.8. Análise de sensibilidade - preço de commodities: Esta análise pressupõe que todas as outras variáveis, em particular os preços, permanecem constantes. Os demais cenários consideraram a valorização/desvalorização de 25% e 50% nos preços. A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários:

Consolidado

31/12/2019

Impacto da alta/redução no valor justo valores absolutos

Provável Possível Remoto

(92) 478 864

4.5.9. Análise de sensibilidade - preço de commodities: Esta análise pressupõe que todas as outras variáveis, em particular os preços, permanecem constantes. Os demais cenários consideraram a valorização/desvalorização de 25% e 50% nos preços. A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários:

Consolidado

31/12/2019

Impacto da alta/redução no valor justo valores absolutos

Provável Possível Remoto

(92) 478 864

4.5.10. Análise de sensibilidade - preço de commodities: Esta análise pressupõe que todas as outras variáveis, em particular os preços, permanecem constantes. Os demais cenários consideraram a valorização/desvalorização de 25% e 50% nos preços. A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários:

Consolidado

31/12/2019

Impacto da alta/redução no valor justo valores absolutos

Provável Possível Remoto

(92) 478 864

4.5.11. Análise de sensibilidade - preço de commodities: Esta análise pressupõe que todas as outras variáveis, em particular os preços, permanecem constantes. Os demais cenários consideraram a valorização/desvalorização de 25% e 50% nos preços. A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários:

Consolidado

31/12/2019

Impacto da alta/redução no valor justo valores absolutos

Provável Possível Remoto

(92) 478 864

4.5.12. Análise de sensibilidade - preço de commodities: Esta análise pressupõe que todas as outras variáveis, em particular os preços, permanecem constantes. Os demais cenários consideraram a valorização/desvalorização de 25% e 50% nos preços. A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários:

Consolidado

31/12/2019

Impacto da alta/redução no valor justo valores absolutos

Provável Possível Remoto

(92) 478 864

4.5.13. Análise de sensibilidade - preço de commodities: Esta análise pressupõe que todas as outras variáveis, em particular os preços, permanecem constantes. Os demais cenários consideraram a valorização/desvalorização de 25% e 50% nos preços. A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários:

Consolidado

31/12/2019

Impacto da alta/redução no valor justo valores absolutos

Provável Possível Remoto

(92) 478 864

4.5.14. Análise de sensibilidade - preço de commodities: Esta análise pressupõe que todas as outras variáveis, em particular os preços, permanecem constantes. Os demais cenários consideraram a valorização/desvalorização de 25% e 50% nos preços. A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários:

Consolidado

31/12/2019

Impacto da alta/redução no valor justo valores absolutos

Provável Possível Remoto

(92) 478 864

4.5.15. Análise de sensibilidade - preço de commodities: Esta análise pressupõe que todas as outras variáveis, em particular os preços, permanecem constantes. Os demais cenários consideraram a valorização/desvalorização de 25% e 50% nos preços. A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários:

Consolidado

31/12/2019

Impacto da alta/redução no valor justo valores absolutos



- continuação

SUZANO S.A. - Companhia Aberta de Capital Autorizado - CNPJ/MF nº 16.404.287/0001-55 - NIRE nº 29.300.016.331

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Consolidado									
31/12/2019									
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total					
Ativos									
Valor justo por meio do resultado									
Instrumentos financeiros derivativos									
Aplicações financeiras									
1.631.319	4.699.015	6.330.334							
1.631.319	5.797.987								
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes									
Outros investimentos - CelluForce									
								20.048	20.048
								20.048	20.048
								10.571.499	10.571.499
								10.571.499	10.571.499
1.631.319	5.797.987	10.591.547						10.591.547	10.591.547
Ativo biológico									
Total do ativo									
Passivo									
Valor justo por meio do resultado									
Instrumentos financeiros derivativos									
								2.917.913	2.917.913
								2.917.913	2.917.913
								2.917.913	2.917.913
Consolidado									
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total					
1.631.319	5.797.987	10.591.547						10.591.547	10.591.547
Total do passivo									
Ativos									
Valor justo por meio do resultado									
Instrumentos financeiros derivativos									
								493.934	493.934
								6.165.052	6.165.052
								21.098.565	21.098.565
14.933.513	6.658.986							21.592.499	21.592.499
14.933.513	6.658.986							4.935.905	4.935.905
14.933.513	6.658.986	4.935.905						4.935.905	4.935.905
Ativo biológico									
Total do ativo									
Passivo									
Valor justo por meio do resultado									
Instrumentos financeiros derivativos									
								2.917.913	2.917.913
								2.917.913	2.917.913
2.917.913	2.917.913							2.917.913	2.917.913
Consolidado									
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total					
1.631.319	5.797.987	10.591.547						10.591.547	10.591.547
Total do passivo									
Ativos									
Valor justo por meio do resultado									
Instrumentos financeiros derivativos									
								493.934	493.934
								6.165.052	6.165.052
14.933.513	6.658.986							21.098.565	21.098.565
14.933.513	6.658.986							21.592.499	21.592.499
14.933.513	6.658.986	4.935.905						4.935.905	4.935.905
14.933.513	6.658.986	4.935.905						4.935.905	4.935.905
Ativo biológico									
Total do ativo									
Passivo									
Valor justo por meio do resultado									
Instrumentos financeiros derivativos									
								2.917.913	2.917.913
								2.917.913	2.917.913
2.917.913	2.917.913							2.917.913	2.917.913
Consolidado									
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total					
1.631.319	5.797.987	10.591.547						10.591.547	10.591.547
Total do passivo									
Ativos									
Valor justo por meio do resultado									
Instrumentos financeiros derivativos									
								493.934	493.934
								6.165.052	6.165.052
14.933.513	6.658.986							21.098.565	21.098.565
14.933.513	6.658.986							21.592.499	21.592.499
14.933.513	6.658.986	4.935.905						4.935.905	4.935.905
14.933.513	6.658.986	4.935.905						4.935.905	4.935.905
Ativo biológico									
Total do ativo									
Passivo									
Valor justo por meio do resultado									
Instrumentos financeiros derivativos									
								2.917.913	2.917.913
								2.917.913	2.917.913
2.917.913	2.917.913							2.917.913	2.917.913
Consolidado									
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total					
1.631.319	5.797.987	10.591.547						10.591.547	10.591.547
Total do passivo									
Ativos									
Valor justo por meio do resultado									
Instrumentos financeiros derivativos									
								493.934	493.934
								6.165.052	6.165.052
14.933.513	6.658.986							21.098.565	21.098.565
14.933.513	6.658.986							21.592.499	21.592.499
14.933.513	6.658.986	4.935.905						4.935.905	4.935.905
14.933.513	6.658.986	4.935.905						4.935.905	4.935.905
Ativo biológico									
Total do ativo									
Passivo									
Valor justo por meio do resultado									
Instrumentos financeiros derivativos									
								2.917.913	2.917.913
								2.917.913	2.917.913
2.917.913	2.917.913							2.917.913	2.917.913
Consolidado									
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total					
1.631.319	5.797.987	10.591.547						10.591.547	10.591.547
Total do passivo									
Ativos									
Valor justo por meio do resultado									
Instrumentos financeiros derivativos									
								493.934	493.934
								6.165.052	6.165.052
14.933.513	6.658.986							21.098.565	21.098.565
14.933.513	6.658.986							21.592.499	21.592.499
14.933.513	6.658.986	4.935.905						4.935.905	4.935.905
14.933.513									



ELISABETE, QUINTA-FEIRA, 13 DE FEVEREIRO DE 2020 - ANO CIV - Nº 22.842

— continua

SUZANO S.A. - Companhia Aberta de Capital Autorizado - CNPJ/MF nº 16.404.287/0001-55 - NIRE nº 29.300.016.331

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

⁽¹⁾ Combinção de negócios com a Fibria e suas controladas realizada em 03 de janeiro de 2019, conforme nota 1.2.1. ⁽²⁾ Incorporação da entidade legal Fibria Celulose S.A. realizada em 01 de abril de 2019, conforme nota 1.2.2.

A Companhia mantém garantias para títulos emitidos em suas operações comerciais, através de apólices de seguro de crédito, cartas de crédito e outras garantias. Essas garantias evitam a necessidade de parte do reconhecimento de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, de acordo com a política de crédito da Companhia.

7.4. Informações sobre os principais clientes: A Companhia possui 1 (um) cliente responsável por 10% da receita líquida de venda do segmento de celulose nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

8. ESTOQUES

	Controladora	Consolidado	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Produtos acabados						
Celulose						
No Brasil	575.335	167.317	578.335	167.317		
No exterior					2.229.200	485.222
Porto						
No Brasil	189.193	219.788	199.635	227.303		
No exterior					70.199	67.872
Produtos em elaboração	70.187	44.828	75.377	52.882		
Materias-primas	963.009	619.893	1.047.433	626.150		
Materiais de almoxarifado e outros	426.726	208.633	488.410	226.354		
	2.224.450	1.260.459	4.685.595	1.853.104		

Em 31 de dezembro de 2019, os estoques estão líquidos do saldo das perdas estimadas nos montantes de R\$70.188 na controladora e R\$106.713 no consolidado (R\$33.195 na controladora e consolidado em 31 de dezembro de 2018).

8.1. Movimentação da perda estimada

	Controladora	Consolidado	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Saldo no início do exercício	(33.195)	(51.911)	(33.195)	(51.911)		
Combinação de negócios com a Fibria ⁽¹⁾						
Incorporação da Fibria ⁽¹⁾	(11.117)			(11.117)		
Adição ⁽²⁾	(68.476)		(10.605)	(111.077)	(10.605)	
Reversão	4.325	5.873	9.734	5.873		
Baliza ⁽⁴⁾	38.275	23.448	38.942	23.448		
Saldo no final do exercício	(70.188)	(33.195)	(106.713)	(33.195)		

⁽¹⁾ Combinação de negócios com a Fibria e suas controladas realizada em 03 de janeiro de 2019, conforme nota 1.2.1. ⁽²⁾ Incorporação da entidade legal Fibria Celulose S.A. realizada em 01 de abril de 2019, conforme nota 1.2.2. ⁽³⁾ O exercício findo em 31 de dezembro de 2019, refere-se, substancialmente, à provisão para perdas de estoque de produto acabado e materiais-prima, respectivamente de R\$42.470 e R\$1.382, respectivamente, exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, referente, substancialmente, a perda de material de almoxarifado e materiais-prima, no montante de R\$ 768.000,00, respectivamente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, baixas adicionais foram realizadas diretamente no resultado no montante de R\$5.594 na controladora e R\$5.190 no consolidado, respectivamente (R\$28.750 na controladora e R\$29.828 no consolidado em 31 de dezembro de 2018). Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não há estoques dados em garantia.

9. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora	Consolidado	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
IRPJ/CSLL - anticipações e impostos retidos	522.716	85.529	679.699	103.939		
PIS/COFINS - sobre aquisição de imobilizado ⁽¹⁾	52.425	55.518	61.376	55.518		
PIS/COFINS - operações ⁽²⁾	494.617	10.912	589.142	12.426		
ICMS - sobre aquisição de imobilizado ⁽³⁾	128.115		128.115			
ICMS - sobre aquisição de imobilizado ⁽⁴⁾	105.531	75.154	115.560	76.154		
ICMS - sobre aquisição de imobilizado ⁽⁵⁾	1.419.822	210.829	1.500.917	215.571		
Programa Reintegra ⁽⁶⁾	118.340	48.879	119.944	49.879		
Outros impostos e contribuições	13.847	5.401	18.799	24.845		
Provisão para perda de créditos de ICMS ⁽⁸⁾	(1.202.443)	(10.792)	(1.304.329)	(10.792)		
Provisão para perda de créditos de PIS/COFINS					(21.132)	(21.132)
Menos valia - Combinação de negócios com a Fibria	(188.869)		(199.076)			
	1.461.051	484.430	1.706.115	528.330		

⁽¹⁾ Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"). Créditos cuja restação é feita mediante a apresentação de comprovante do direito ao crédito. A Companhia e suas controladas aduziram ações para obter direitos à restituição do ICMS da base de cálculo das contribuições PIS e COFINS, respectivamente, em algumas dessas ações, períodos depois de março de 1992. Em relação a essa matéria, o Supremo Tribunal Federal ("STF") definiu em julgamento realizado em 15 de março de 2017, a princípio sem a possibilidade de reversão de entendimento quanto ao mérito, que o ICMS não integra a base de cálculo das referidas contribuições. A União opôs Embargos de Declaração em outubro de 2017 buscando, entre outros pedidos, a modulação de efeitos da referida decisão a partir do julgamento dos referidos embargos de declaração, os quais ainda estão pendentes de julgamento. Com base na decisão do STF e nas opiniões legais de nossos consultores jurídicos, a Companhia entende que é remota a alteração do resultado de julgamento do STF quanto ao mérito, razão pela qual a Companhia iniciou a exclusão do ICMS da base de cálculo das referidas contribuições a partir do mês de apuração de agosto de 2018, uma prática também suportada por decisões e jurisprudência. Quanto aos créditos passados de PIS e COFINS a recuperar, a Companhia obteve decisões favoráveis transitadas em julgamento em ações propostas por suas incorporadas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou o montante de R\$128.115 de créditos de PIS e COFINS da rubrica de tributos a recuperar em contrapartida a outros resultados operacionais e, relativamente aos créditos da PIS, a Companhia cobra a restituição do ICMS, que é o resultado de um período com base em alegações de melhoria na eficiência fiscal, e não em direitos à restituição do ICMS da base de cálculo das contribuições PIS e COFINS, respectivamente, sendo tal montante enviado ao estudo a ajustes a serem feitos pela Administração em períodos futuros. A Companhia ainda possui outras ações sobre o assunto que ainda estão pendentes de julgamento, para os quais nenhum aviso ou ganho foi reconhecido. ⁽³⁾ Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS"). Os créditos de entrada de bens destinados ao imobilizado são reconhecidos na proporção de 1/48 da entrada e mensalmente, conforme escrituração do ICMS Controle do ativo Imobilizado ("CIAPI"). ⁽⁴⁾ Créditos de ICMS acumulados em função do volume de exportações e créditos gerados em operações de entrada de mercadorias e serviços. Os créditos estão concentrados nos Estados do Maranhão, Espírito Santo, Bahia e Mato Grosso do Sul, onde a Companhia busca sua realização através da venda a terceiros, após aprovação da Secretaria da Fazenda de cada Estado. Os créditos também estão sendo realizados através do consumo em suas operações de bens e consumo (tissue) no mercado interno, no Maranhão. ⁽⁵⁾ Regime Especial de restituições de impostos para empresas exportadoras ("Reintegra"). Trata-se de um programa que visa restituir os custos residuais dos impostos pagos ao longo da cadeia de exportação aos contribuintes, a fim de torná-los mais competitivos nos mercados internacionais. ⁽⁶⁾ Inclui a provisão para desconto sobre venda a terceiros do crédito acumulado de ICMS no Maranhão e a provisão para perda integral do montante com baixa probabilidade de realização, das unidades do Espírito Santo, da Bahia e do Mato Grosso do Sul devido à dificuldade de sua realização.

9.1. Movimentação da provisão para perda

	Controladora	Consolidado	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Saldo no início do exercício	791.132	235.248	997.201	296.832		
Incorporação da Fibria ⁽¹⁾	669.919	231.182	708.914	231.496		
Adição					3.426	1.496
Saldo no final do exercício	1.461.051	484.430	1.706.115	528.330		

	Controladora	Consolidado	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
ICMS	(10.792)	(10.792)				
PIS e COFINS	(1.154.937)	(1.154.937)				
Total	(1.202.443)	(1.202.443)				

	Controladora	Consolidado	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Saldo no início do exercício	(10.792)	(10.792)				
Incorporação da Fibria ⁽¹⁾	(1.211.109)	(1.211.109)				
Adição	(82.428)	(21.132)	(103.560)			
Saldo no final do exercício	(1.304.329)	(21.132)	(1.325.461)			

⁽¹⁾ Combinação de negócios com a Fibria e suas controladas, realizada em 03 de janeiro, conforme nota 1.2.1.

9.2. Período estimado de realização: A realização dos créditos relativos aos impostos a recuperar ocorrerá de acordo com a projeção orçamentária anual aprovada pela Administração, conforme demonstrado a seguir:

2020 997.201

2021 249.160

2022 50.000

2023 50.000

a partir de 2024 359.734

1.706.115

1.706.115

1.706.115

1.706.115

1.706.115

1.706.115

1.706.115

1.706.115

1.706.115

1.706.115

1.706.115

1.706.115

1.706.115

1.706.115

1.706.115

1.706.115

1.706.115

1.706.115

1.706.115

1.706.115

1.706.115

1.706.115

1.706.115

1.706.115

1.706.115

1.706.115

1.706.115

1.706.115

1.706.115

1.706.115

1.706.115

1.706.115

1.706.115

1.706.115

1.706.115

1.706.115

1.706.115

1.706.115

1.706.115

1.706.115

1.706.115

1.706.115

1.706.115

1.706.115

1.706.115

1.706.115

1.706.115

1.706.115

1.706.115

1.706.115

1.706.115

1.706.115

1.706.115

1.706.115

1.706.115

1.706.115

1.706.115

1.706.115

1.706.115

1.706.115

1.706.115

1.706.115

1.706.115

1.706.115



→ continuação

SUZANO S.A. - Companhia Aberta de Capital Autorizado - CNPJ/MF nº 16.404.287/0001-55 - NIRE nº 29.300.016.331

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

	Receita (Despesa)	Controladora	Consolidado	
Suzano International Trading	Venda de celulose	7.603.841		
Suzano International Trading	Encargos com empréstimos	(1.424.095)		
Suzano Trading	Venda de papel e celulose	6.189.120	8.764.428	
Suzano Trading	Encargos com empréstimos	(352.870)	(672.677)	
		9.945.802	7.075.745	
Transações com empresas do Grupo Suzano e outras partes relacionadas				
Administradores	Reembolso de despesas	(9.178)	541	(9.178)
Bavma	Reembolso de despesas	11	10	11
Bizma	Reembolso de despesas	10	10	10
Ecofuturo	Serviços sociais	(5.272)	(4.184)	(5.272)
Ibema	Venda de celulose	111.325	107.252	111.325
Ibema	Compra de produtos	(7.744)	16	(7.744)
IPLF	Reembolso de despesas	4	4	4
Lazam	Venda de papel	7	(31)	7
Mabex	Serviços de aviação	(100)	(390)	(100)
Nemonorte	Consultoria imobiliária	(320)	(451)	(320)
		88.733	102.727	88.733
		10.028.590	7.165.849	82.788
			90.004	102.727
11.3. Remuneração dos administradores: As despesas relacionadas à remuneração do pessoal-chave da Administração, incluindo o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva Estatutária, reconhecidas no resultado do exercício, estão apresentadas no quadro a seguir:				
	Controladora	Consolidado		
31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	
Benefícios de curto prazo				
Salário e pro-labore	36.918	47.278	39.459	48.663
Benefícios direto ou indireto	1.746	2.738	1.747	2.828
Bônus	8.007	16.412	8.007	16.762
	48.666	66.426	49.213	68.243
Benefícios de longo prazo				
Plano de remuneração baseado em ações	45.739	61.982	45.739	62.150
	45.739	61.982	45.739	62.150
	94.405	128.408	94.952	130.393
Os benefícios de curto prazo incluem remuneração fixa (salários e honorários, férias, gratificação obrigatória e 13º salário), encargos sociais (contribuições para segurança social - INSS parte empresa) e remuneração variável como participação nos lucros, bônus e benefícios (veículo, assistência médica, vale-refeição, vale-alimentação, seguro de vida e plano de previdência privada). Os benefícios de longo prazo incluem o plano de opção de compra de ações e opções fantâsticas para executivos e empregados-chave da Administração, de acordo com as respectivas condições especiais, consulte a divulgação na nota 22.				
12. IMPPOSTO DE RENDA ("IRPJ") E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO ("CSL")				
A Companhia e suas subsidiárias integrais sediadas no Brasil, são sujeitas ao regime de tributação com base no lucro real. As subsidiárias integras sediadas no exterior, são sujeitas à tributação de acordo com as legislações fiscais de cada país. No Brasil, a Lei nº 12.073/14 revogou o artigo 74 da Medida Provisória nº 2.158/01 e determina que a parcela do ajuste dos valores do investimento em controlada, direta ou indireta, domiciliada no exterior, equivalente aos lucros por ela auferidos antes do imposto sobre a renda, executando a variação cambial, deverá ser computada na determinação do lucro real e na base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido da pessoa jurídica controladora domiciliada no Brasil, fim de cada ano. A Administração da Companhia acredita na validade das previsões dos tratados internacionais assinados pelo Brasil para evitar a dupla tributação. De modo a garantir seu direito à não tributação, a Companhia ingressou em abril de 2019 com ação judicial, que tem por objetivo a não tributação, no Brasil, do lucro auferido por sua subsidiária integral sediada na Áustria, acionado contra a Companhia e a sua subsidiária integral sediada na Áustria. A Companhia dos autos da referida ação judicial, a Companhia decidiu por não adcionar o lucro da Suzano International Trading GmbH, sediada na Áustria, na determinação do lucro real e na base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido da Companhia para o exercício de 2019. Não há provisão quanto ao imposto relativo ao lucro da referida subsidiária em 2019.				
12.1. Composição do Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos				
	Controladora	Consolidado		
31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	
Prejuízo fiscal				
Base negativa da contribuição social	594.198	306.622	600.249	310.293
Provisão para encargos judiciais	144.416	6.627	146.344	6.627
Provisão operacional e para perdas diversas	252.087	101.861	265.571	109.867
Variação cambial - Tributação pelo regime de caixa	200.654	200.116	99.118	286.516
Pérdidas com derivativos	2.001.942	53.093	2.001.942	53.093
Amortização da mais-valia oriunda da combinação de negócios	618.427	388.153	618.427	388.153
Lucro não realizado nos estoques	713.656	112.768	713.656	112.768
Arendamento mercantil	293.322	227.830	293.322	227.830
Outras diferenças temporárias	2.922	6.196	2.922	6.196
Diferenças temporárias ativas		4.056		4.056
Ágio - Aprovação fiscal sobre ágio não amortizado contabilmente	5.502.564	1.861.860	5.576.253	1.870.858
Imobilizado - Custo atribuído	1.016.055	1.475.361	1.520.220	1.559.403
Depreciação acelerada incentivada	1.113.200	1.198.182	1.113.200	1.196.182
Custo de transação	104.549	23.145	104.549	23.145
Valor justo dos ativos biológicos	67.178	112.768	53.502	112.768
Provisão de IR/CS sobre resultados das subsidiárias do exterior	463.850		463.850	
IR/CS diferido sobre maiores/menos vala alocado, líquido	502.347		502.347	
Demais diferenças temporárias	14.638	2.326	17.004	2.155
Diferenças temporárias passivas		3.455.889	2.622.943	4.000.250
Ativo não circulante	2.046.675		1.734.046	8.993
Passivo não circulante	961.083		578.875	1.038.133
Exceto os prejuízos fiscais, a base negativa da contribuição social e a depreciação acelerada incentivada que é alcançada somente pelo IRPJ, as demais bases tributáveis foram sujeitas à ambos impostos. A composição do prejuízo fiscal acumulado e da base negativa da contribuição social está apresentada a seguir:				
	Controladora	Consolidado		
31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	
Prejuízo fiscal a compensar				
Base negativa da contribuição social a compensar	2.376.794	1.226.488	2.400.999	1.241.172
A movimentação do saldo líquido das contas de impostos diferidos é apresentada a seguir:	1.604.622	73.633	1.626.064	73.633
No início do exercício				
	Controladora	Consolidado		
31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	
Combinação de negócios com a Fibria⁽¹⁾				
Incorporação da Fibria ⁽²⁾	1.364.363		1.034.842	
Prejuízo fiscal	287.576	(265.734)	270.559	(264.955)
Base negativa da contribuição social (Reversão)/provisão para encargos judiciais	137.789	(23.203)	139.719	(23.203)
Provisão operacional e para perdas diversas	25.547	(1.964)	31.262	(1.964)
Variação cambial - Tributação pelo regime de caixa	(230.570)	82.785	(21.757)	82.785
Pérdidas com derivativos	100.406	451.300	52.441	451.300
Amortização da mais-valia oriunda da combinação de negócios	713.556	390.198	319.860	399.198
Lucro não realizado nos estoques	65.492	124.454	65.492	124.454
Arendamento mercantil	(3.274)	(217)	(3.274)	69
Ajuste a valor presente		174		174
Aproveitamento fiscal sobre ágio não amortizado contabilmente	(203.696)	(3.098)	(203.696)	(3.098)
Imobilizado - Custo atribuído	43.303	49.920	46.359	51.408
Depreciação acelerada incentivada	82.982	(13.067)	82.982	(13.067)
Custo de transação	82.982	(23.145)	44.727	(23.145)
Valor justo do ativo biológico	(65.205)	(22.307)	(60.778)	(22.307)
Provisão de IR/CS sobre resultados das subsidiárias do exterior	53.256		(351.485)	
Créditos sobre exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS	(43.559)		(43.559)	
Demais diferenças temporárias	(16.368)	4.075	(18.901)	4.243
No final do exercício		2.046.675	(961.083)	1.555.165
				(102.913)
⁽¹⁾ Combração de negócios com a Fibria e suas controladas realizada em 03 de janeiro de 2019, conforme nota 1.2.2.				
⁽²⁾ Incorporação da entidade legal Fibria Celulose S.A. realizada em 01 de abril de 2019, conforme nota 1.2.2.				
12.2. Período estimado de realização: A projeção de realização dos impostos diferidos de natureza ativa, foi preparada com base nas melhores estimativas da Administração e nas projeções de resultados. Todavia, por envolverem diversas premissas que não estão sobre o controle da Companhia, como índices de inflação, volatilidade do câmbio, preços de celulose praticados no mercado internacional e demais incertezas econômicas do Brasil, os resultados futuros podem divergir daqueles considerados na preparação da projeção consolidada, conforme apresentado a seguir:				
	Controladora	Consolidado		
2020			811.589	
2021			1.040.756	
2022			813.193	
2023			331.782	
2024			68.959	
2025			531.802	
2026 a 2028			666.301	
2029 em diante			1.292.141	
			5.576.253	
12.3. Conciliação do Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido				
	Controladora	Consolidado		
31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido				
(4.357.243)		152.849	(4.097.203)	
Imposto de renda e da contribuição social pela alíquota nominal de 34%	1.481.463	(51.969)	1.393.049	(55.504)
Efeito tributário sobre diferenças permanentes				
4.417		(160.362)	(24.933)	
Adicional		261.910		261.910
	(10.278)			
Resultado com imposto de renda e da contribuição social	111.144	(35.538)	10.878	2.576
Imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido	(95.003)	(2.553)	(95.003)	(2.553)
Crédito Programa Reintegra	4.271		37.627	
Lucro não realizado em operações com controladas	124.453		124.453	
Incentivos fiscais aplicáveis ao imposto de renda ⁽³⁾	18.919		20.505	
Gratificações dos diretores	(10.278)		(45.438)	
Doações/mutuas e outros	24.252		(28.694)	
	1.539.726		1.382.461	
Imposto de renda				
Corrente	(70.248)		(285.945)	
Diferido	1.198.042		484.519	
	1.127.794		198.574	
Contribuição social				
Corrente	(23.752)		(282.160)	
Diferido	435.983		(240.075)	
	411.237		(133.004)	
Resultado com imposto de renda e contribuição social nos exercícios	1.539.726		165.490	
Aliquota efetiva da despesa com IRPJ e CSL	35%		(108%)	(95%)
⁽¹⁾ O efeito da diferença de tributação de empresas controladas deve-se substancialmente à diferença entre as alíquotas nominais do Brasil e subsidiárias no exterior. ⁽²⁾ Utilização do benefício de redução de 75% calculado com base no lucro da exploração das unidades de Mucuri/BA e de Imperatriz/MA. ⁽³⁾ Valor de dedução do imposto de renda referente ao benefício do PACT (Programa de Alimentação ao Trabalhador) e de doações realizadas em projetos de caráter cultural e esportivo.				
12.4. Incentivos Fiscais: A Companhia possui incentivo fiscal de redução parcial do imposto de renda obtido pelas operações conduzidas em áreas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE") nas regiões de Mucuri (BA) e Imperatriz (MA). O incentivo de redução do IRPJ é calculado com base no lucro da atividade (lucro da exploração) e considera o benefício do PACT (Programa de Alimentação ao Trabalhador) e de doações realizadas em projetos de caráter cultural e esportivo.				
12.5. Incentivos Fiscais: A Companhia possui incentivo fiscal de redução parcial do imposto de renda obtido pelas operações conduzidas em áreas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE") nas regiões de Mucuri (BA) e Imperatriz (MA). O incentivo de redução do IRPJ é calculado com base no lucro da atividade (lucro da exploração) e considera o benefício do PACT (Programa de Alimentação ao Trabalhador) e de doações realizadas em projetos de caráter cultural e esportivo.				
A movimentação dos ativos biológicos está demonstrada a seguir:				
	Controladora	Consolidado		
Saldos em 31 de dezembro de 2017			4.548.697	
Adição			4.709.238	
Exclusão			1.309.288	
Perda na atualização do valor justo			(709.547)	
Alienação			(129.187)	
Outras baixas			(47.124)	
Saldos em 31 de dezembro de 2018			5.111.160	
Combinação de negócios com a Fibria ⁽¹⁾			4.355.102	
Incorporação da Fibria Celulose S.A. realizada em 01 de abril de 2019, conforme nota 1.2.2.			2.252.007	
			2.849.039	
Adição			(1.412.697)	
Exclusão			(177.368)	
Alteração no atualização do valor justo			(57.098)	
Alienação			(51.823)	
Outras baixas			(48.137)	
Saldos em 31 de dezembro de 2019			10.326.622	
Combinação de negócios com a Fibria e suas controladas realizada em 03 de janeiro de 2019, conforme nota 1.2.2.			10.571.499	
⁽¹⁾ Combineração de negócios com a Fibria e suas controladas realizada em 03 de janeiro de 2019, conforme nota 1.2.2.				
A área útil plantada (hectare) 988.720				
Áticos maduros 86.352				
Áticos imatu 902.368				
Incremento médio anual (IMA) - m ² /hectare/ano 38,34				
Preço médio de venda do eucalipto - R\$/m ³ 66,81				
Taxa de desconto - % 8,4%				
O modelo de preificação considera os fluxos de caixa líquidos, após a dedução dos tributos sobre o lucro com base nas alíquotas vigentes. A variação do valor justo dos ativos biológicos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é justificada pelas variações dos indicadores acima mencionados, que combinados, resultaram em uma variação positiva de R\$165.399. As mudanças no valor justo dos ativos biológicos foram reconhecidas no resultado do exercício, na rubrica outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.				
A Companhia administra os riscos financeiros relacionados com a atividade agrícola de forma preventiva. Para redução dos riscos decorrentes de fatores edafoclimáticos, é realizado monitoramento através de estações meteorológicas e, nos casos de ocorrência de pragas e doenças, o Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento Florestal, uma área especializada em fisiologia e fitossanidade da Companhia, adota procedimentos para diagnóstico e ações rápidas contra as possíveis ocorrências e perdas. A Companhia não possui ativos biológicos dados em garantia no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.				



SALVADOR, QUINTA-FEIRA, 13 DE FEVEREIRO DE 2020 - ANO CIV - Nº 22.842

→ *continuação*

SUZANO S.A. - Companhia Aberta de Capital Autorizado - CNPJ/MF nº 16.404.287/0001-55 - NIRE nº 29.300.016.331

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

14. INVESTIMENTOS

14.1. Composição dos investimentos

	Controladora	Consolidado		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Investimentos em controladas, coligadas, operações em conjunto e negócios em conjunto	10.231.110	1.332.432	140.934	14.338
Mais-valia de ativos na aquisição de controladas	1.074.673	112.889	161.464	
Investimentos - Ágio				
Outros investimentos avaliados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	20.048	20.048		
	11.606.627	1.445.321	322.446	14.338

14.2. Investimentos em controladas, coligadas, operações em conjunto e negócios em conjunto

Patrimônio	Resultado	Participação líquido do exercício	Informações das Entidades em 31/12/2019			Participação da Companhia no resultado do exercício	Participação societária (%)	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018				
			Patrimônio líquido	31/12/2019	31/12/2018			31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018				
Controladas, coligadas, operações em conjunto															
No Brasil															
Aspir Produção Florestal e Comércio	4.257	(3.909)	100,00%	2.880	4.107	(3.508)	1.826								
AGFA - Com. Adm. e Participações	28.100	(1.040)	100,00%	28.100	31.725	(1.040)	483								
Fibria - Fábrica de Papel da Amazônia	96.051	(3.082)	64,04%	61.511	153.997	(1.974)	1.683								
Mucuri Energética	53.928	4.296	100,00%	53.928	49.755	4.296	2.035								
Ondurman Empreendimentos Imobiliários	64.866	13.104	100,00%	64.866	13.104	10.790									
Comercial e Agrícola															
Paineiras	207.791	5.088	100,00%	207.791	158.559	5.086	7.552								
Participações															
Transportes	11.666	4.221	100,00%	11.666	4.221	(588)									
Maxel Empreendimentos e Participações	48.524	1.591	100,00%	48.524	47.021	1.591	99								
Fibria Terminais Portuários (1)	208	30	100,00%	208	30										
Fibria Terminal de Celulose dos Santos SPE (1)	191.510	1.691	100,00%	191.510	1.691										
F&E Participações do Brasil (1)	801.354	(2.504)	100,00%	801.354	(2.504)										
Portocel - Terminal Esp. Barra	145.369	7.639	51,00%	74.138	3.896										
Projeto Especiais e Investimentos (1)	4.574	75	100,00%	4.574	75										
Veracel Celulose (1)	2.688.534	44.060	50,00%	1.344.267	22.030										
No exterior															
Stenar	23.727	(2.536)	90,00%	21.363	2.413	(2.263)	(10.095)								
Sun Paper and Board		(103)	100,00%	4.913	(103)	(216)									
Suzano Pulp and Paper América	66.131	5.419	100,00%	66.131	5.419	5.073									
Suzano Pulp and Paper Áustria	20.664	20.852	100,00%	20.664	20.852	(1.864)									
Suzano Pulp and Paper Europa	191.954	102.515	100,00%	191.954	102.515	2.946									
Suzano Trading	834.772	(138.787)	100,00%	834.772	865.538	(138.787)	245.075								
Suzano Luxemburgo		(243)	100,00%		66	(243)									
Fibria Celulose (USA) Inc. (1)	164.629	14.098	100,00%	164.629	14.098										
Suzano Canada (1)	17.151	(10.915)	100,00%	17.151	(10.915)										
Suzano International Trade (1)	5.828.757	26.557	100,00%	5.828.757	26.557										
Suzano Overseas Finance (1)	49.184	10.292	100,00%	49.184	10.292										
Fibria Overseas Holding (1)		(213)	100,00%		(213)										
Suzano Trading International (1)	252	(268)	100,00%	252	(268)										
Ensyn Corporation (2)		25.308	21.437	12.860	24.068	86.969	(1.332)								
Spinnow Oy (2)															
Mercados em conjunto															
No Brasil															
Ibema		28.469	14.338	20.307	16.415										
F&E Technologies		4.041	134	32.530	14.338	20.441	16.415								
Mais-valia de ativos na aquisição de controladas															
Ágio															
	1.355.469	112.889													
	11.565.579	1.445.321	326.893	281.214											
Total do investimento da controladora															

(1) Em decorrência da incorporação da entidade legal Fibria Celulose S.A., realizada em 01 de abril de 2019, conforme nota 12.2, o resultado da equivalência patrimonial consiste em apenas 6 meses. (2) Investimento pelo qual a Companhia passou a ter influência significativa e, portanto, avaliado pelo método da equivalência patrimonial, conforme divulgado na nota 31.5.

14.3. Movimentação dos investimentos - Controladora

Suzano - 31 de dezembro de 2017

Provisão para perda em 31 de dezembro de 2017

Resultado de equivalência patrimonial

Variação cambial em investidas

Aquisição de controladas

Amortização de intangíveis e imobilizado de controladas

Imposto diferido sobre amortização de aquisições e intangíveis de controladas

Aumento de capital em controladas

Provisão para perda em 31 de dezembro de 2018

Saldo em 31 de dezembro de 2018

Resultado de equivalência patrimonial

Dissolução da Sun Paper e Suzano Luxemburgo

Incorporação da Fibria

Reversão da provisão para perda

Dividendos a receber

Hiperinflação em controladas

Lucros não realizado nos estoques

Variação cambial em investidas

Aquisição de controladas

Alíquota de combinação de negócios com a Facepa

Incorporação de controladas - Fibria

Reserva de reavaliação de ativos

Aumento de capital em controladas em caixa

Aumento de capital em controladas com ativo imobilizado

Outras movimentações

Mais-valia - Aquisições

Aquisições e intangíveis de controladas, líquido

Imposto diferido sobre amortização de aquisições e intangíveis de controladas

Amortização de intangíveis e imobilizado de controladas

Imposto diferido sobre amortização de aquisições e intangíveis de controladas

Mais-valia - Ágio Facepa

Atualização da participação em outros investimentos

Saldo em 31 de dezembro de 2019

14.4. Combinacão de negócios com a Fibria: Para determinação dos critérios contábeis de registro das transações com a Fibria, foram observados os dispostos no CPC 15 (R1) / IFRS 3 - Combinacão de Negócios e o ICP/C 09 (R2) - Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas. Os custos diretos relacionados à operação, foram registrados nas rubricas de despesas gerais e administrativas, e totalizaram aproximadamente R\$100,387, substancial-

mente composto por despesas com honorários advocatícios, auditoria e outros serviços de consultoria. Os ativos líquidos foram avaliados pela Administração e avaliadores independentes foram contratados para auxiliar na determinação dos seus valores justos. A metodologia adotada para a determinação da mais valia, está descrita na nota 1.2.1. Os ativos e passivos foram avaliados pelos profissionais independentes para fins de atribuição de valor justo e alguns se qualificaram para registro de acordo com os critérios do CPC 04 (R1) / IAS 38 - Ativo Intangível. Conforme divulgado na nota 1.2.1, em 3 de janeiro de 2019, a Suzano adquiriu o controle da Fibria. Os ativos adquiridos e passivos assumidos a valor justo estão apresentados abaixo em milhão de reais:

Ativo	Valor justo	Passivo	Valor justo
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes	1.795	Emprestimos e financiamentos	3.136
Aplicações financeiras	455	Instrumentos financeiros derivativos	276
Instrumentos financeiros derivativos	211	Passivos de arrendamento	376
Contas a receber de clientes	1.302	Contas a pagar fornecedores	3.427
Estoques	6.187	Salários e encargos sociais	402
Impostos a recuperar	261	Impostos e taxas a recolher	129
Outros ativos	213	Dividendos a pagar	6
		Outros passivos	126
		Total do passivo circulante	7.878

	Controladora	Consolidado
		Máquinas, equipamentos e instalações em andamento
	Terrenos	Imóveis
Taxa de depreciação média anual %	3	5
Custo		
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.029.236	2.813.889
Adições	2	1.015
Baixas	(32.321)	(6.943)
Transferências e outros (2)	750.824	131.515
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.747.291	2.938.976
Adições	135.253	4
Baixas	(88.381)	(26.807)
Transferência Fibria (3)	2.154.948	3.277.913
Mais-valia - Combinacão de negócios com a Fibria	3.123.823	1.176.020
Transferências e outros (2)	(675.618)	314.295
Saldo em 31 de dezembro de 2019	8.387.766	7.680.401
Depreciação		
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(828.581)	(6.539.934)
Adições	(79.901)	(752.178)
Baixas	1.262	60.438
Transferências e outros (2)	3	(100)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(903.212)	(7.230.285)
Adições	(184.812)	(1.801.655)
Baixas	18.321	47.836
Incorporação Fibria (3)	(1.487.141)	(9.058.107)
Mais-valia - Combinacão de negócios com a Fibria	(41.681)	(468.062)
Transferências e outros (2)	29.716	598.809
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(2.568.209)	(17.911.464)
Venda		
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.747.741	2.035.764
Saldo em 31 de dezembro de 2019	8.387.766	5.112.192
(1) Inclui veículos, móveis e utensílios e equipamentos de informática. (2) Contém a transferência realizada entre as rubricas de ativo imobilizado, intangível, direito de uso e estoques. (3) Incorporação da entidade legal Fibria Celulose S.A. realizada em 01 de abril de 2019, conforme nota 1.2.2.		

	Consolidado
	Máquinas, equipamentos e instalações em andamento
	Terrenos
Taxa de depreciação média anual %	3
Custo	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.348.593
Adições	705
Baixas	7.446
Aquisição Facepa	4.291
Aquisição PCH	3.831
Baixas	(34.523)
Mais/menos valia Facepa	27.381
Transferências e outros (2)	750.824
Saldo em 31 de dezembro de 2018	5.104.717
Adições	3.152.000
Baixas	(33.921)
Transferências e outros (2)	5.104.717
Saldo em 31 de dezembro de 2019	10.321.764
Depreciação	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.151.338
Adições	2.151.338
Baixas	3.109.939
Mais/menos valia Fibria	5.267.671
Transferências e outros (2)	1.502.021
Saldo em 31 de dezembro de 2019	8.767.789
Atualização da participação em outros investimentos	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	11.606.627
14.4. Combinacão de negócios com a Fibria: Para determinação dos critérios contábeis de registro das transações com a Fibria, foram observados os dispostos no CPC 15 (R1) / IFRS 3 - Combinacão de Negócios e o ICP/C 09 (R2) - Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas. Os custos diretos relacionados à operação, foram registrados nas rubricas de despesas gerais e administrativas, e totalizaram aproximadamente R\$100,387, substancial-	

continua

→ *continuação*

SUZANO S.A. - Companhia Aberta de Capital Autorizado - CNPJ/MF nº 16.404.287/0001-55 - NIRE nº 29.300.016.331

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

SALVADOR, **QUINTA-FEIRA, 13 DE FEVEREIRO DE 2020** - ANO CIV - Nº 22.842

► *continuação*

SUZANO S.A. - Companhia Aberta de Capital Autorizado - CNPJ/ME nº 16.404.287/0001-55 - NIRE nº 29.300.016.331

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018. (Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma).

continua



- continuação

SUZANO S.A. - Companhia Aberta de Capital Autorizado - CNPJ/MF nº 16.404.287/0001-55 - NIRE nº 29.300.016.331

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

19. ARRENDAMENTO MERCANTIL

19.1. Ativo de direito de uso: Conforme descrito na nota 3.1.1, a Companhia adotou o CPC 06(62) / IFRS 16 e aplicou a norma de forma retrospectiva e com o efeito cumulativo da adotação registrando na data de aplicação o saldo. Considera-se que os contratos de arrendamento mercantil celebrados em 01 de dezembro de 2016 foram automaticamente salvo com base no direito de uso dos contratos vigentes, em montantes equivalentes ao valor presente das obrigações assumidas junto às contrapartes. A amortização desses saldos se dará conforme os prazos definidos para os arrendamentos. Com exceção dos contratos de terrenos que são prorrogados automaticamente por igual período por meio de notificação ao arrendador, para os demais não são permitidas renovações automáticas e por prazo indeterminado, assim como o exercício da extinção contratual é um direito de ambas as partes. A Companhia não possui registrados contratos de arrendamento com cláusulas de (i) pagamentos variáveis que sejam baseados na performance dos ativos arrendados (ii) garantia de valor residual (iii) restrições, como por exemplo, obrigação de manter coeficientes financeiros. Adicionalmente, foi reconhecido nesta rubrica o valor residual do direito de uso dos contratos já classificados anteriormente como arrendamento financeiro segundo o CPC 06 / IAS 17, que eram reclassificados na rubrica o ativo imobilizado até 31 de dezembro de 2016, sendo reclassificado o montante de R\$89.338 na adoção inicial. O efeito da adoção para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é apresentado abaixo:

Controladora 31/12/2019 Consolidado

	Terras e terrenos	Máquinas e equipamentos	Imóveis	Navios e embarcações	Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	912.666	5.690	41.366	959.722		
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	908.736	134.749	1.357.942	2.301.427		
Incorporação da Fibria ⁽¹⁾	260.982	1.529	35.773	612.022	910.306	
Adições	(217.412)	(12.309)	(34.028)	(90.068)	(353.817)	
Amortizações ⁽²⁾						
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.764.972	129.659	43.111	1.879.896	3.817.638	

⁽¹⁾ Incorporação da entidade legal Fibria Celulose S.A. realizada em 01 de abril de 2019, conforme nota 1.2.2. ⁽²⁾ O montante de R\$261.084 é reclassificado para a rubrica de ativos biológicos para composição do custo de formação.

Consolidado 31/12/2019 Consolidado

	Terras e terrenos	Máquinas e equipamentos	Imóveis	Navios e embarcações	Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	912.645	143.685	41.570	1.405.640	1.012	3.357.650
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	908.736	134.749	1.357.942	2.301.427		
Incorporação da Fibria ⁽¹⁾	260.982	1.529	35.773	612.022	910.306	
Adições	(217.412)	(12.309)	(34.028)	(90.068)	(353.817)	
Amortizações ⁽²⁾						
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.764.972	129.659	43.111	1.879.896	3.817.638	

⁽¹⁾ Incorporação da entidade legal Fibria Celulose S.A. realizada em 01 de abril de 2019, conforme nota 1.2.2. ⁽²⁾ O montante de R\$261.084 é reclassificado para a rubrica de ativos biológicos para composição do custo de formação.

Controladora 31/12/2019 Consolidado

	Terras e terrenos	Máquinas e equipamentos	Imóveis	Navios e embarcações	Veículos	Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	912.645	143.685	41.570	1.405.640	1.012	3.357.650	
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	908.736	134.749	1.357.942	2.301.427			
Incorporação da Fibria ⁽¹⁾	260.982	1.529	35.773	612.022	910.306		
Adições	(217.412)	(12.309)	(34.028)	(90.068)	(353.817)		
Amortizações ⁽²⁾							
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.764.972	130.051	45.999	1.904.455	87	3.850.237	

⁽¹⁾ O montante de R\$526.081 é reclassificado para a rubrica de ativos biológicos para composição do custo de formação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia está comprometida com contrato de arrendamento ainda não iniciado, relativo a navio com expectativa de entrega de 1 (uma) unidade para o primeiro trimestre de 2020. **19.2. Contas a pagar de arrendamento:** Na adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16, a Companhia reconheceu passivos de arrendamento para os contratos vigentes e que anteriormente estavam classificados como arrendamento operacional, no expediente prático permitido pela norma e adotado pela Companhia, conforme descrito na nota 3.1.1. Os passivos reconhecidos em 01 de janeiro de 2019, resultaram da soma dos contratos de arrendamento, majoritariamente de longo prazo, reconhecidos pelas taxas de desconto na data da sua adoção. Adicionalmente, a Companhia reconheceu nessa rubrica os saldos remanescentes dos contratos já classificados anteriormente como arrendamentos financeiros segundo o CPC 06 / IAS 17 e que eram reconhecidos no grupo de empréstimos e financiamentos até 31 de dezembro de 2016, sendo reclassificado o montante de R\$18.225 na adoção inicial, conforme apresentado a seguir:

Controladora 31/12/2019 Consolidado

	Terras e terrenos	Máquinas e equipamentos	Imóveis	Navios e embarcações	Veículos	Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.752.945	143.685	41.570	1.405.640	1.012	3.357.650	
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	908.736	134.749	1.357.942	2.301.427			
Incorporação da Fibria ⁽¹⁾	260.982	1.529	35.773	612.022	910.306		
Adições	(217.412)	(12.309)	(34.028)	(90.068)	(353.817)		
Amortizações ⁽²⁾							
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.764.972	130.051	45.999	1.904.455	87	3.850.237	

⁽¹⁾ O montante de R\$526.081 é reclassificado para a rubrica de ativos biológicos para composição do custo de formação.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia está comprometida com contrato de arrendamento ainda não iniciado, relativo a navio com expectativa de entrega de 1 (uma) unidade para o primeiro trimestre de 2020. **19.2. Contas a pagar de arrendamento:** Na adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16, a Companhia reconheceu passivos de arrendamento para os contratos vigentes e que anteriormente estavam classificados como arrendamento operacional, no expediente prático permitido pela norma e adotado pela Companhia, conforme descrito na nota 3.1.1. Os passivos reconhecidos em 01 de janeiro de 2019, resultaram da soma dos contratos de arrendamento, majoritariamente de longo prazo, reconhecidos pelas taxas de desconto na data da sua adoção. Adicionalmente, a Companhia reconheceu nessa rubrica os saldos remanescentes dos contratos já classificados anteriormente como arrendamentos financeiros segundo o CPC 06 / IAS 17 e que eram reconhecidos no grupo de empréstimos e financiamentos até 31 de dezembro de 2016, sendo reclassificado o montante de R\$18.225 na adoção inicial, conforme apresentado a seguir:

Controladora 31/12/2019 Consolidado

	Terras e terrenos	Máquinas e equipamentos	Imóveis	Navios e embarcações	Veículos	Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	10.89	novembro de 2016	908.091	1.761.273			
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	908.736	134.749	1.357.942	2.301.427			
Incorporação da Fibria ⁽¹⁾	260.982	1.529	35.773	612.022	910.306		
Adições	(217.412)	(12.309)	(34.028)	(90.068)	(353.817)		
Amortizações ⁽²⁾							
Saldo em 31 de dezembro de 2019	971.262	3.428.897					

⁽¹⁾ Para determinação das taxas de desconto, foram obtidas cotações junto a instituições financeiras para contratos com características e prazos médios semelhantes aos contratos de arrendamento. ⁽²⁾ Referem-se aos vencimentos originais dos contratos e, portanto, não consideram eventuais cláusulas de renovação.

Abaixo a movimentação dos saldos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

Controladora 31/12/2019 Consolidado

	Terras e terrenos	Máquinas e equipamentos	Imóveis	Navios e embarcações	Veículos	Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	10.89	novembro de 2016	908.091	1.761.273			
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	908.736	134.749	1.357.942	2.301.427			
Incorporação da Fibria ⁽¹⁾	260.982	1.529	35.773	612.022	910.306		
Adições	(217.412)	(12.309)	(34.028)	(90.068)	(353.817)		
Amortizações ⁽²⁾							
Saldo em 31 de dezembro de 2019	971.262	3.428.897					

⁽¹⁾ Incorporação da entidade legal Fibria Celulose S.A. realizada em 01 de abril de 2019, conforme nota 1.2.2. ⁽²⁾ Os montantes de R\$526.081 na controladora e no consolidado, são reclassificados para a rubrica de ativos biológicos para composição do custo de formação.

Controladora 31/12/2019 Consolidado

	Terras e terrenos	Máquinas e equipamentos	Imóveis	Navios e embarcações	Veículos	Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	10.89	novembro de 2016	908.091	1.761.273			
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	908.736	134.749	1.357.942	2.301.427			
Incorporação da Fibria ⁽¹⁾	260.982	1.529	35.773	612.022	910.306		
Adições	(217.412)	(12.309)	(34.028)	(90.068)	(353.817)		
Amortizações ⁽²⁾							
Saldo em 31 de dezembro de 2019	971.262	3.428.897					

⁽¹⁾ Incorporação da entidade legal Fibria Celulose S.A. realizada em 01 de abril de 2019, conforme nota 1.2.2. ⁽²⁾ Os montantes de R\$526.081 na controladora e no consolidado, são reclassificados para a rubrica de ativos biológicos para composição do custo de formação.

O cronograma de desembolsos futuros não descontados a valor presente relativos ao passivo de arrendamento está divulgado na nota 4.2.1. **19.2.1. Taxa de desconto:** As taxas de desconto utilizadas para os novos contratos de arrendamento mercantil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 são similares às utilizadas na adoção do IFRS 16. **19.2.2. Valores reconhecidos no resultado do período:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram reconhecidos os valores:

Controladora 31/12/2019 Consolidado

	Terras e terrenos	Máquinas e equipamentos	Imóveis	Navios e embarcações	Veículos	Total	
Despesas relativas a ativos de curto prazo	37.003		37.007				
Despesas relativas a ativos de baixo valor	11.578		14.349				
Saldo em 31 de dezembro de 2019	48.581	3.327.226					

⁽¹⁾ Incorporação da entidade legal Fibria Celulose S.A. realizada em 01 de abril de 2019, conforme nota 1.2.2. ⁽²⁾ Os montantes de R\$526.081 na controladora e no consolidado, são reclassificados para a rubrica de ativos biológicos para composição do custo de formação.

19.2.3. Conciliação dos compromissos de arrendamento operacional

Compromissos de arrendamentos operacionais divulgados em 31 de dezembro de 2018

	Controladora	Consolidado
1.448.241	1.448.241	
2.974.729	2.974.729	
Saldo no final do exercício	3.301.059	3.327.226

Combinação de negócios com a Fibria⁽¹⁾

Descontados por meio da taxa de empréstimo incremental do arrendatário na data de aplicação inicial

	Controladora	Consolidado
(1.011.726)	(1.011.726)	
Saldo no final do exercício	18.225	18.225

Reclassificação de empréstimos e financiamentos⁽¹⁾

Contratos reavaliados como acordos de serviços

	Controladora	Consolidado
(57.227)	(57.227)	
Saldo no final do exercício	3.428.897	3.428.897

⁽¹⁾ A partir de 1º de janeiro de 2019, o saldo do arrendamento mercantil foi reclassificado da rubrica de empréstimos e financiamentos, decorrente da adoção do IFRS 16 pela Companhia, nota 19.2.1.

19.2.4. Ofício Circular CVM: Em 18 de dezembro de 2019, a CVM emitiu um ofício circular ("Ofício Circular/CVM/NC/CEP/ nº 02/2019") contendo orientações sobre aspectos relevantes do CPC 06 (R2) / IFRS 16 a serem observados na preparação das demonstrações financeiras das companhias arrendatárias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019. De acordo com a CVM, as demonstrações financeiras intermediárias de 2019 das companhias listadas apresentaram diferenças com relação à aplicação do IFRS 16. Portanto, a CVM emitiu orientações que devem seguir-se pelas companhias listadas. Dadas das questões abordadas nas orientações referem-se a (i) a alteração da taxa de empréstimo incremental de real para a taxa nominal e (ii) a inclusão de impostos sobre vendas (PIS e COFINS) no cálculo dos passivos de arrendamento mercantil, que impõem a menorização do passivo de arrendamento mercantil, direito de uso, amortização e despesa de juros. A aplicação da taxa nominal e a menorização do passivo de arrendamento mercantil, direito de uso, amortização e despesa de juros, a partir de 01 de janeiro de 2019, a Companhia apresenta os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal.

Controladora 31/12/2019 Consolidado

	2020	2021	2022	2023 em diante	Total	
Passivo de arrendamento	655.426	524.743	446.624	2.357.277	3.684.070	
Contábil - IFRS 16/ CPC 06(R2)	653.081	525.115	483.097	3.101.731	4.783.024	
Fluxo com projeção de inflação	(0,36)%	3,88%	8,17%	31,58%	20,05%	
Variação						
Saldo de uso líquido	633.408	507.115	431.621	2.278.092	3.850.236	
Contábil - IFRS 16/ CPC 06(R2)	635.242	530.225	469.901	3.017.011	4.652.379	
Fluxo com projeção de inflação	0,29%	4,56%	8,87%	32,44%	20,83%	
Variação						

⁽¹⁾ Valores líquidos do saldo de menos valia alocado às contingências possíveis, conforme mencionado acima.

Controladora 31/12/2019 Consolidado

	2020	2021	2022	2023 em diante	Total	
Despesa financeira	514.246	411.712	350.421	1.849.517	3.125.896	
Contábil - IFRS 16/ CPC 06(R2)	517.724	265.198	235.027	1.508.993	2.326.942	
Fluxo com projeção de inflação						
Variação	(38,22)%	(35,59)%	(32,93)%	(18,41)%	(25,56)%	
Despesa de depreciação	375.205	384.520	384.520	1.804.804	2.949.049	
Contábil - IFRS 16/ CPC 06(R2)	423.710	435.273	435.273	2.209.270	3.503.526	
Fluxo com projeção de inflação						
Variação	12,93%	13,20%	13,20%	22,41%	18,80%	

O quadro a seguir demonstra o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

Controladora 31/12/2019 Consolidado

	Nominal	valor presente	Ajustado a
7.109.966	3.984.070		
264.771	141.269		
7.374.737	4.125.339		

⁽¹⁾ Incidente sobre os contratos firmados com pessoas jurídicas.

20. PROVISÃO PARA PASSIVOS JUDICIAIS

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em determinados assuntos legais decorrentes do curso normal de seus negócios, que incluem processos tributários, previdenciários, trabalhistas e civis. A Companhia classifica o risco de perda dos processos legais como provável, potencial ou remota e registra a provisão para perdas classificadas como provável, líquidas dos processos legais que já foram reconhecidos na contabilidade, com base na expectativa de que os resultados futuros possam ser favoráveis. Os passivos judiciais classificados como de perda possível são divididos com base em valores estimados. A Administração da Companhia acredita que, com base nos elementos existentes na data base destas demonstrações financeiras, a provisão para riscos tributários, civis, comerciais e outros, bem como para riscos trabalhistas, constituída



SALVADOR, QUINTA-FEIRA, 13 DE FEVEREIRO DE 2020 - ANO CIV - Nº 22.842

— continuaçao

SUZANO S.A. - Companhia Aberta de Capital Autorizado - CNPJ/MF nº 16.404.287/0001-55 - NIRE nº 29.300.016.331

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

20.2.1. Tributários e previdenciários: A Companhia figura no polo passivo em 831 processos tributários cuja probabilidade de perda é considerada possível, no montante total de R\$7.511.435, para os quais não havia provisão registrada. Os demais processos tributários e previdenciários referem-se a diversos tributos, tais como Imposto de Renda para Pessoas Jurídicas ("IRPJ"), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), Contribuição Previdenciária, Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ("ICMS"), Imposto sobre Serviço ("ISS"), Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), principalmente devidos a divergências na interpretação das normas tributárias atinentes e informações fornecidas em diligências acessórias. Apresentam-se abaixo as cominações mais prováveis de perda de processos tributários e previdenciários, considerando-se que, em 31 de dezembro de 2019, a Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil para cobrança do Imposto de Renda para Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") sob a suposta alegação de existência de ganho de capital não tributado, em fevereiro de 2007, data de fechamento da operação onde a Companhia efetuou uma permuta de ativos industriais e florestais com a International Paper. Em 19 de janeiro de 2016, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF") julgou improcedente, por voto de qualificado do Presidente do CARF, o recurso apresentado pela Companhia no processo administrativo. A Companhia foi intimada da decisão em 25 de maio de 2016, forma que, tendo em vista a impossibilidade de novos recursos e o consequente encerramento do caso na esfera administrativa, decidiu prosseguir com a discussão perante o Poder Judiciário, que está devidamente garantida. A ação judicial ainda aguarda julgamento em primeira instância, tendo o Poder Judiciário, por sua vez, encaminhado a matéria para o Conselho de Consolidação de Fazenda e de Usos e Assessores Jurídicos externos a probabilidade de perda da causa é possível. O valor envolvido, atualizado até 31 de dezembro de 2019, é de R\$2.251.462, (ii) Ato de Infração - IRPJ/CSLL - glosa da depreciação, amortização e exaustão - período 2010: em dezembro de 2015, a Companhia foi autuada para cobrança de Imposto de Renda para Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") sob a suposta alegação de indetiduidade das despesas de depreciação, amortização e exaustão utilizadas pela Companhia em sua apuração no ano-calendário de 2010. A Companhia apresentou Impugnação administrativa, julgada parcialmente procedente. Referido decisão foi objeto de recurso voluntário, apresentado pela Companhia em novembro de 2017. Em 16 de outubro de 2018, o julgamento foi convertido em diligência, por meio de resolução no 1402-000.723. O valor envolvido em 31 de dezembro de 2019 é de R\$695.679. Atualmente, aguarda-se a decisão da instância de origem, que é o Conselho de Consolidação de Fazenda e de Usos e Assessores Jurídicos, (iii) A Companhia foi autuada em 2010 devido à compensação de créditos oriundos do saldo negativo apurado no ano de 1999, com desbitos devidos à Receita Federal do Brasil ("RFB"). Em março de 2009, a RFB homologou apenas R\$63.000, gerando uma diferença de R\$15.000. A Companhia aguarda ainda conclusão da análise dos créditos discutidos em esfera administrativa após decisão favorável do CARF em agosto de 2019, que devem provar ao recurso voluntário interposto pela Companhia. Para outra parte do crédito, a Companhia ajuizou ação para discutir a exigibilidade do saldo devedor, a qual aguarda julgamento na segunda instância do seu Recurso de Apelação, interposto após sentença de julgamento improcedente a ação. O valor envolvido em 31 de dezembro de 2019 é de aproximadamente R\$524.081. (iv) Incentivos fiscais - Agência de Desenvolvimento do Nordeste ("ADENE"): Em 2002, a Companhia pleiteou e teve reconhecido pela Secretaria da Receita Federal (Sefaz) o direito ao uso de incentivos fiscais concedidos na ocasião da abertura da sua unidade de Aracruz, o direito ao usufruir de benefício da redução do IRPJ e aperfeiçoar, não restituindo, os recursos sobrevenientes ao explorador, as fabricas A e B (período de 2003 a 2013) e fábrica C (período de 2003 a 2012), todas da unidade Aracruz, depois de ter aprovado com a SUDENE os devidos laudos constitutivos. Em 2004, a Companhia recebeu ofício do inventariante extrajudicial da extinta Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE"), informando que o direito à fruição do benefício anteriormente concedido foi julgado improcedente, de forma que provisoriamente a sua revogação. Em 2005, foi lavrado ato de infração exigindo supostos valores relativos ao incentivo fiscal até então usufruído. Após discussão administrativa, o ato de infração foi julgado parcialmente procedente no sentido de reconhecer o direito da Companhia de usufruir do incentivo fiscal devido até o ano de 2003. A Administração da Companhia, assessorada por seus consultores jurídicos, acredita que a decisão do inventariante dos benefícios fiscais seja devida, não havendo provas de que o direito ao incentivo fiscal concedido seja devidamente configurado, e que a finalidade da fiscalização é a defesa da esfera judicial, onde se aguarda julgamento definitivo dos Embargos à Execução apresentados pela Companhia. O valor envolvido em 31 de dezembro de 2019 é de R\$125.191. A Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil em 31 de dezembro de 2013, a Companhia figura no polo passivo em 1.797 processos de natureza tributária, totalizando o valor de R\$279.934. A Companhia possui ainda diversos processos em que figuram como parte sindicatos dos trabalhadores nos Estados da Bahia, Espírito Santo, Maranhão, São Paulo e Mato Grosso do Sul. **20.2.3. Cíveis e ambientais:** Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia figura no polo passivo em 1.049 processos de natureza civil e ambiental, totalizando o valor de R\$2.995.576. Os processos cíveis, em sua maioria, consistem em pedidos de indenização em decorrência de rescisão de contratos comerciais, de ex-funcionários ou terceiros, por supostas doenças ocupacionais e acidentais, bem como ações de ação popular e familiar, ajuizadas contra a Companhia e a Prefeitura de Cubatão, o que resulta de riscos financeiros mitigados contra prazos mais curtos e instâncias e opções processuais aliadas com o objetivo de proteger o patrimônio imobiliário da Companhia. A Companhia tem aplicado de seguro de risco de responsabilidade civil que cobre, nos limites fixados, eventuais condenações a título de danos materiais referentes aos pedidos de indenização na esfera cível. Dentro dos processos cíveis, destacam-se 2 (duas) Ações Civis Públicas ("ACPs") movidas pelo Ministério Público Federal ("MPF") em que requer (i) liminarmente, que os caminhões da Companhia deixem de transportar madeira em rodovias federais acima de restrições legais de peso, (ii) o aumento da multa por excesso de peso a ser aplicada à Suzano e (iii) indenização por danos materiais causados às rodovias federais, meio ambiente e ordem econômica e indenização por danos morais. Uma das ACPs foi julgada procedente e a Companhia apresentou ação judicial competente com pedido de efeitos suspensivos e definitivos, alegando que a ação é de competência da justiça federal e não da justiça estadual. O Conselho Federal do Poder Judiciário (CFPJ) já havia deferido a ação, mas a justiça federal não havia julgado. A Companhia ainda figura como ré em 2 ("duas") ACPs, movidas pelo MPF, referente a indireitos adquiridos pela Companhia nos municípios de São Mateus e Conceição da Barra, ambos localizados na região norte do estado do Espírito Santo. Na 1ª ACP, o MPF requereu a (i) nulidade destas aquisições, (ii) indenização por danos morais e (iii) suspensão do financiamento das operações da Companhia nos municípios mencionados. Uma liminar foi concedida e bloqueou cerca de 6.000 hectares de terras da Companhia nestes municípios e suspendeu qualquer financiamento à Suzano pelo BNDES para produção ou plantio de celulose e eucalipto nas propriedades relacionadas na ação. Na 2ª ACP, o MPF requereu a nulidade das aquisições de outras propriedades adquiridas na região norte do estado do Espírito Santo. Uma liminar foi concedida e bloqueou cerca de 5.601 hectares das terras da Companhia nos municípios mencionados. A Companhia apresentou defesa judicial e recurso contra essa ação, que ainda está pendente de decisão. Ainda existem casos pendentes de determinada Ação Civil Pública (ACP) que já havia sido instaurada. A Companhia alega que a base de cálculo de defesa, uma vez que a aquisição das terras discutidas em ambas as ACPs, foi realizada de acordo com as leis e práticas aplicáveis no momento da aquisição. Dentre os processos ambientais, destacam-se 3 ("três") ACPs ajuizadas pelo MPF na região nordeste do Brasil, desafiando a jurisdição do órgão ambiental do estado para conceder licenças ambientais. O MPF alega que os procedimentos de licenciamento ambiental relacionados à formação e instalação florestal é a nossa planta industrial no estado do Maranhão devem ser realizados pela Agência Federal do Meio Ambiente ("BAMA"). Os recursos envolvidos são atraços em nosso cronograma de plantio e a suspensão das atividades da unidade industrial do Maranhão até a emissão de nova licença. Embora tenha sido proferida liminar em uma destas ações suspendendo a formação florestal em uma determinada região do Maranhão, acreditamos que há boas chances de defesa nestes casos, uma vez que o BAMA não reconhece ter competência para a formação e instalação florestal e a habilitação da planta industrial de Cubatão para a exploração. O Superior Tribunal de Justiça ("STF") ainda está decidindo sobre o recurso contra a liminar concedida contra a Companhia e as demais ACPs ainda estão pendentes de uma decisão do juiz. Além disso, estamos envolvidos em uma disputa relacionada a possíveis danos ambientais na cidade de Cubatão localizada no estado de São Paulo, supostamente causada pela Companhia Santista, empresa adquirida pela Riposa, que por sua vez foi adquirida pela Suzano em 2008. Este processo está em andamento há mais de 20 ("trinta") anos e envolve mais de 20 ("vinte") outras empresas. O processo busca reparação pelos danos ambientais supostamente causados em área de proteção ambiental do Parque Estadual da Serra do Mar por várias empresas que mantiveram atividades no distrito industrial de Cubatão até os anos 90. Em setembro de 2017, o processo foi julgado favorável ao Ministério Público, condenando as empresas demandadas a recuperar os danos alegadamente causados, caso que já havia se resolvido a favor da Companhia e da Riposa. Ainda existem casos pendentes de determinada Ação Civil Pública (ACP) que já havia sido instaurada. A Companhia alega que a base de cálculo de defesa, uma vez que a aquisição das terras discutidas em ambas as ACPs, foi realizada de acordo com as leis e práticas aplicáveis no momento da aquisição. Dentre os processos ambientais, destacam-se 3 ("três") ACPs ajuizadas pelo MPF na região nordeste do Brasil, desafiando a jurisdição do órgão ambiental do estado para conceder licenças ambientais. O MPF alega que os procedimentos de licenciamento ambiental relacionados à formação e instalação florestal é a nossa planta industrial no estado do Maranhão devem ser realizados pela Agência Federal do Meio Ambiente ("BAMA"). Os recursos envolvidos são atraços em nosso cronograma de plantio e a suspensão das atividades da unidade industrial do Maranhão até a emissão de nova licença. Embora tenha sido proferida liminar em uma destas ações suspendendo a formação florestal em uma determinada região do Maranhão, acreditamos que há boas chances de defesa nestes casos, uma vez que o BAMA não reconhece ter competência para a formação e instalação florestal e a habilitação da planta industrial de Cubatão para a exploração. O Superior Tribunal de Justiça ("STF") ainda está decidindo sobre o recurso contra a liminar concedida contra a Companhia e as demais ACPs ainda estão pendentes de uma decisão do juiz. Além disso, estamos envolvidos em uma disputa relacionada a possíveis danos ambientais na cidade de Cubatão localizada no estado de São Paulo, supostamente causada pela Companhia Santista, empresa adquirida pela Riposa, que por sua vez foi adquirida pela Suzano em 2008. Este processo está em andamento há mais de 20 ("trinta") anos e envolve mais de 20 ("vinte") outras empresas. O processo busca reparação pelos danos ambientais supostamente causados em área de proteção ambiental do Parque Estadual da Serra do Mar por várias empresas que mantiveram atividades no distrito industrial de Cubatão até os anos 90. Em setembro de 2017, o processo foi julgado favorável ao Ministério Público, condenando as empresas demandadas a recuperar os danos alegadamente causados, caso que já havia se resolvido a favor da Companhia e da Riposa. Ainda existem casos pendentes de determinada Ação Civil Pública (ACP) que já havia sido instaurada. A Companhia alega que a base de cálculo de defesa, uma vez que a aquisição das terras discutidas em ambas as ACPs, foi realizada de acordo com as leis e práticas aplicáveis no momento da aquisição. Dentre os processos ambientais, destacam-se 3 ("três") ACPs ajuizadas pelo MPF na região nordeste do Brasil, desafiando a jurisdição do órgão ambiental do estado para conceder licenças ambientais. O MPF alega que os procedimentos de licenciamento ambiental relacionados à formação e instalação florestal é a nossa planta industrial no estado do Maranhão devem ser realizados pela Agência Federal do Meio Ambiente ("BAMA"). Os recursos envolvidos são atraços em nosso cronograma de plantio e a suspensão das atividades da unidade industrial do Maranhão até a emissão de nova licença. Embora tenha sido proferida liminar em uma destas ações suspendendo a formação florestal em uma determinada região do Maranhão, acreditamos que há boas chances de defesa nestes casos, uma vez que o BAMA não reconhece ter competência para a formação e instalação florestal e a habilitação da planta industrial de Cubatão para a exploração. O Superior Tribunal de Justiça ("STF") ainda está decidindo sobre o recurso contra a liminar concedida contra a Companhia e as demais ACPs ainda estão pendentes de uma decisão do juiz. Além disso, estamos envolvidos em uma disputa relacionada a possíveis danos ambientais na cidade de Cubatão localizada no estado de São Paulo, supostamente causada pela Companhia Santista, empresa adquirida pela Riposa, que por sua vez foi adquirida pela Suzano em 2008. Este processo está em andamento há mais de 20 ("trinta") anos e envolve mais de 20 ("vinte") outras empresas. O processo busca reparação pelos danos ambientais supostamente causados em área de proteção ambiental do Parque Estadual da Serra do Mar por várias empresas que mantiveram atividades no distrito industrial de Cubatão até os anos 90. Em setembro de 2017, o processo foi julgado favorável ao Ministério Público, condenando as empresas demandadas a recuperar os danos alegadamente causados, caso que já havia se resolvido a favor da Companhia e da Riposa. Ainda existem casos pendentes de determinada Ação Civil Pública (ACP) que já havia sido instaurada. A Companhia alega que a base de cálculo de defesa, uma vez que a aquisição das terras discutidas em ambas as ACPs, foi realizada de acordo com as leis e práticas aplicáveis no momento da aquisição. Dentre os processos ambientais, destacam-se 3 ("três") ACPs ajuizadas pelo MPF na região nordeste do Brasil, desafiando a jurisdição do órgão ambiental do estado para conceder licenças ambientais. O MPF alega que os procedimentos de licenciamento ambiental relacionados à formação e instalação florestal é a nossa planta industrial no estado do Maranhão devem ser realizados pela Agência Federal do Meio Ambiente ("BAMA"). Os recursos envolvidos são atraços em nosso cronograma de plantio e a suspensão das atividades da unidade industrial do Maranhão até a emissão de nova licença. Embora tenha sido proferida liminar em uma destas ações suspendendo a formação florestal em uma determinada região do Maranhão, acreditamos que há boas chances de defesa nestes casos, uma vez que o BAMA não reconhece ter competência para a formação e instalação florestal e a habilitação da planta industrial de Cubatão para a exploração. O Superior Tribunal de Justiça ("STF") ainda está decidindo sobre o recurso contra a liminar concedida contra a Companhia e as demais ACPs ainda estão pendentes de uma decisão do juiz. Além disso, estamos envolvidos em uma disputa relacionada a possíveis danos ambientais na cidade de Cubatão localizada no estado de São Paulo, supostamente causada pela Companhia Santista, empresa adquirida pela Riposa, que por sua vez foi adquirida pela Suzano em 2008. Este processo está em andamento há mais de 20 ("trinta") anos e envolve mais de 20 ("vinte") outras empresas. O processo busca reparação pelos danos ambientais supostamente causados em área de proteção ambiental do Parque Estadual da Serra do Mar por várias empresas que mantiveram atividades no distrito industrial de Cubatão até os anos 90. Em setembro de 2017, o processo foi julgado favorável ao Ministério Público, condenando as empresas demandadas a recuperar os danos alegadamente causados, caso que já havia se resolvido a favor da Companhia e da Riposa. Ainda existem casos pendentes de determinada Ação Civil Pública (ACP) que já havia sido instaurada. A Companhia alega que a base de cálculo de defesa, uma vez que a aquisição das terras discutidas em ambas as ACPs, foi realizada de acordo com as leis e práticas aplicáveis no momento da aquisição. Dentre os processos ambientais, destacam-se 3 ("três") ACPs ajuizadas pelo MPF na região nordeste do Brasil, desafiando a jurisdição do órgão ambiental do estado para conceder licenças ambientais. O MPF alega que os procedimentos de licenciamento ambiental relacionados à formação e instalação florestal é a nossa planta industrial no estado do Maranhão devem ser realizados pela Agência Federal do Meio Ambiente ("BAMA"). Os recursos envolvidos são atraços em nosso cronograma de plantio e a suspensão das atividades da unidade industrial do Maranhão até a emissão de nova licença. Embora tenha sido proferida liminar em uma destas ações suspendendo a formação florestal em uma determinada região do Maranhão, acreditamos que há boas chances de defesa nestes casos, uma vez que o BAMA não reconhece ter competência para a formação e instalação florestal e a habilitação da planta industrial de Cubatão para a exploração. O Superior Tribunal de Justiça ("STF") ainda está decidindo sobre o recurso contra a liminar concedida contra a Companhia e as demais ACPs ainda estão pendentes de uma decisão do juiz. Além disso, estamos envolvidos em uma disputa relacionada a possíveis danos ambientais na cidade de Cubatão localizada no estado de São Paulo, supostamente causada pela Companhia Santista, empresa adquirida pela Riposa, que por sua vez foi adquirida pela Suzano em 2008. Este processo está em andamento há mais de 20 ("trinta") anos e envolve mais de 20 ("vinte") outras empresas. O processo busca reparação pelos danos ambientais supostamente causados em área de proteção ambiental do Parque Estadual da Serra do Mar por várias empresas que mantiveram atividades no distrito industrial de Cubatão até os anos 90. Em setembro de 2017, o processo foi julgado favorável ao Ministério Público, condenando as empresas demandadas a recuperar os danos alegadamente causados, caso que já havia se resolvido a favor da Companhia e da Riposa. Ainda existem casos pendentes de determinada Ação Civil Pública (ACP) que já havia sido instaurada. A Companhia alega que a base de cálculo de defesa, uma vez que a aquisição das terras discutidas em ambas as ACPs, foi realizada de acordo com as leis e práticas aplicáveis no momento da aquisição. Dentre os processos ambientais, destacam-se 3 ("três") ACPs ajuizadas pelo MPF na região nordeste do Brasil, desafiando a jurisdição do órgão ambiental do estado para conceder licenças ambientais. O MPF alega que os procedimentos de licenciamento ambiental relacionados à formação e instalação florestal é a nossa planta industrial no estado do Maranhão devem ser realizados pela Agência Federal do Meio Ambiente ("BAMA"). Os recursos envolvidos são atraços em nosso cronograma de plantio e a suspensão das atividades da unidade industrial do Maranhão até a emissão de nova licença. Embora tenha sido proferida liminar em uma destas ações suspendendo a formação florestal em uma determinada região do Maranhão, acreditamos que há boas chances de defesa nestes casos, uma vez que o BAMA não reconhece ter competência para a formação e instalação florestal e a habilitação da planta industrial de Cubatão para a exploração. O Superior Tribunal de Justiça ("STF") ainda está decidindo sobre o recurso contra a liminar concedida contra a Companhia e as demais ACPs ainda estão pendentes de uma decisão do juiz. Além disso, estamos envolvidos em uma disputa relacionada a possíveis danos ambientais na cidade de Cubatão localizada no estado de São Paulo, supostamente causada pela Companhia Santista, empresa adquirida pela Riposa, que por sua vez foi adquirida pela Suzano em 2008. Este processo está em andamento há mais de 20 ("trinta") anos e envolve mais de 20 ("vinte") outras empresas. O processo busca reparação pelos danos ambientais supostamente causados em área de proteção ambiental do Parque Estadual da Serra do Mar por várias empresas que mantiveram atividades no distrito industrial de Cubatão até os anos 90. Em setembro de 2017, o processo foi julgado favorável ao Ministério Público, condenando as empresas demandadas a recuperar os danos alegadamente causados, caso que já havia se resolvido a favor da Companhia e da Riposa. Ainda existem casos pendentes de determinada Ação Civil Pública (ACP) que já havia sido instaurada. A Companhia alega que a base de cálculo de defesa, uma vez que a aquisição das terras discutidas em ambas as ACPs, foi realizada de acordo com as leis e práticas aplicáveis no momento da aquisição. Dentre os processos ambientais, destacam-se 3 ("três") ACPs ajuizadas pelo MPF na região nordeste do Brasil, desafiando a jurisdição do órgão ambiental do estado para conceder licenças ambientais. O MPF alega que os procedimentos de licenciamento ambiental relacionados à formação e instalação florestal é a nossa planta industrial no estado do Maranhão devem ser realizados pela Agência Federal do Meio Ambiente ("BAMA"). Os recursos envolvidos são atraços em nosso cronograma de plantio e a suspensão das atividades da unidade industrial do Maranhão até a emissão de nova licença. Embora tenha sido proferida liminar em uma destas ações suspendendo a formação florestal em uma determinada região do Maranhão, acreditamos que há boas chances de defesa nestes casos, uma vez que o BAMA não reconhece ter competência para a formação e instalação florestal e a habilitação da planta industrial de Cubatão para a exploração. O Superior Tribunal de Justiça ("STF") ainda está decidindo sobre o recurso contra a liminar concedida contra a Companhia e as demais ACPs ainda estão pendentes de uma decisão do juiz. Além disso, estamos envolvidos em uma disputa relacionada a possíveis danos ambientais na cidade de Cubatão localizada no estado de São Paulo, supostamente causada pela Companhia Santista, empresa adquirida pela Riposa, que por sua vez foi adquirida pela Suzano em 2008. Este processo está em andamento há mais de 20 ("trinta") anos e envolve mais de 20 ("vinte") outras empresas. O processo busca reparação pelos danos ambientais supostamente causados em área de proteção ambiental do Parque Estadual da Serra do Mar por várias empresas que mantiveram atividades no distrito industrial de Cubatão até os anos 90. Em setembro de 2017, o processo foi julgado favorável ao Ministério Público, condenando as empresas demandadas a recuperar os danos alegadamente causados, caso que já havia se resolvido a favor da Companhia e da Riposa. Ainda existem casos pendentes de determinada Ação Civil Pública (ACP) que já havia sido instaurada. A Companhia alega que a base de cálculo de defesa, uma vez que a aquisição das terras discutidas em ambas as ACPs, foi realizada de acordo com as leis e práticas aplicáveis no momento da aquisição. Dentre os processos ambientais, destacam-se 3 ("três") ACPs ajuizadas pelo MPF na região nordeste do Brasil, desafiando a jurisdição do órgão ambiental do estado para conceder licenças ambientais. O MPF alega que os procedimentos de licenciamento ambiental relacionados à formação e instalação florestal é a nossa planta industrial no estado do Maranhão devem ser realizados pela Agência Federal do Meio Ambiente ("BAMA"). Os recursos envolvidos são atraços em nosso cronograma de plantio e a suspensão das atividades da unidade industrial do Maranhão até a emissão de nova licença. Embora tenha sido proferida liminar em uma destas ações suspendendo a formação florestal em uma determinada região do Maranhão, acreditamos que há boas chances de defesa nestes casos, uma vez que o BAMA não reconhece ter competência para a formação e instalação florestal e a habilitação da planta industrial de Cubatão para a exploração. O Superior Tribunal de Justiça ("STF") ainda está decidindo sobre o recurso contra a liminar concedida contra a Companhia e as demais ACPs ainda estão pendentes de uma decisão do juiz. Além disso, estamos envolvidos em uma disputa relacionada a possíveis danos ambientais na cidade de Cubatão localizada no estado de São Paulo, supostamente causada pela Companhia Santista, empresa adquirida pela Riposa, que por sua vez foi adquirida pela Suzano em 2008. Este processo está em andamento há mais de 20 ("trinta") anos e envolve mais de 20 ("vinte") outras empresas. O processo busca reparação pelos danos ambientais supostamente causados em área de proteção ambiental do Parque Estadual da Serra do Mar por várias empresas que mantiveram atividades no distrito industrial de Cubatão até os anos 90. Em setembro de 2017, o processo foi julgado favorável ao Ministério Público, condenando as empresas demandadas a recuperar os danos alegadamente causados, caso que já havia se resolvido a favor da Companhia e da Riposa. Ainda existem casos pendentes de determinada Ação Civil Pública (ACP) que já havia sido instaurada. A Companhia alega que a base de cálculo de defesa, uma vez que a aquisição das terras discutidas em ambas as ACPs, foi realizada de acordo com as leis e práticas aplicáveis no momento da aquisição. Dentre os processos ambientais, destacam-se 3 ("três") ACPs ajuizadas pelo MPF na região nordeste do Brasil, desafiando a jurisdição do órgão ambiental do estado para conceder licenças ambientais. O MPF alega que os procedimentos de licenciamento ambiental relacionados à formação e instalação florestal é a nossa planta industrial no estado do Maranhão devem ser realizados pela Agência Federal do Meio Ambiente ("BAMA"). Os recursos envolvidos são atraços em nosso cronograma de plantio e a suspensão das atividades da unidade industrial do Maranhão até a emissão de nova licença. Embora tenha sido proferida liminar em uma destas ações suspendendo a formação florestal em uma determinada região do Maranhão, acreditamos que há boas chances de defesa nestes casos, uma vez que o BAMA não reconhece ter competência para a formação e instalação florestal e a habilitação da planta industrial de Cubatão para a exploração. O Superior Tribunal de Justiça ("STF") ainda está decidindo sobre o recurso contra a liminar concedida contra a Companhia e as demais ACPs ainda estão pendentes de uma decisão do juiz. Além disso, estamos envolvidos em uma disputa relacionada a possíveis danos ambientais na cidade de Cubatão localizada no estado de São Paulo, supostamente causada pela Companhia Santista, empresa adquirida pela Riposa, que por sua vez foi adquirida pela Suzano em 2008. Este processo está em andamento há mais de 20 ("trinta") anos e envolve mais de 20 ("vinte") outras empresas. O processo busca reparação pelos danos ambientais supostamente causados em área de proteção ambiental do Parque Estadual da Serra do Mar por várias empresas que mantiveram atividades no distrito industrial de Cubatão até os anos 90. Em setembro de 2017, o processo foi julgado favorável ao Ministério Público, condenando as empresas demandadas a recuperar os danos alegadamente causados, caso que já havia se resolvido a favor da Companhia e da Riposa. Ainda existem casos pendentes de determinada Ação Civil Pública (ACP) que já havia sido instaurada. A Companhia alega que a base de cálculo de defesa, uma vez que a aquisição das terras discutidas em ambas as ACPs, foi realizada de acordo com as leis e práticas aplicáveis no momento da aquisição. Dentre os processos ambientais, destacam-se 3 ("três") ACPs ajuizadas pelo MPF na região nordeste do Brasil, desafiando a jurisdição do órgão ambiental do estado para conceder licenças ambientais. O MPF alega que os procedimentos de licenciamento ambiental relacionados à formação e instalação florestal é a nossa planta industrial no estado do Maranhão devem ser realizados pela Agência Federal do Meio Ambiente ("BAMA"). Os recursos envolvidos são atraços em nosso cronograma de plantio e a suspensão das atividades da unidade industrial do Maranhão até a emissão de nova licença. Embora tenha sido proferida liminar em uma destas ações suspendendo a formação florestal em uma determinada região do Maranhão, acreditamos que há boas chances de defesa nestes casos, uma vez que o BAMA não reconhece ter competência para a formação e instalação florestal e a habilitação da planta industrial de Cubatão para a exploração. O Superior Tribunal de Justiça ("STF") ainda está decidindo sobre o recurso contra a liminar concedida contra a Companhia e as demais ACPs ainda estão pendentes de uma decisão do juiz. Além disso, estamos envolvidos em uma disputa relacionada a possíveis danos ambientais na cidade de Cubatão localizada no estado de São Paulo, supostamente causada pela Companhia Santista, empresa adquirida pela Riposa, que por sua vez foi adquirida pela Suzano em 2008. Este processo está em andamento há mais de 20 ("trinta") anos e envolve mais de 20 ("vinte") outras empresas. O processo busca reparação pelos danos ambientais supostamente causados em área de proteção ambiental do Parque Estadual da Serra do Mar por várias empresas que mantiveram atividades no distrito industrial de Cubatão até os anos 90. Em setembro de 2017, o processo foi julgado favorável ao Ministério Público, condenando as empresas demandadas a recuperar os danos alegadamente causados, caso que já havia se resolvido a favor da Companhia e da Riposa. Ainda existem casos pendentes de determinada Ação Civil Pública (ACP) que já havia sido instaurada. A Companhia alega que a base de cálculo de defesa, uma vez que a aquisição das terras discutidas em ambas as ACPs, foi realizada de acordo com as leis e práticas aplicáveis no momento da aquisição. Dentre os processos ambientais, destacam-se 3 ("três") ACPs ajuizadas pelo MPF na região nordeste do Brasil, desafiando a jurisdição do órgão ambiental do estado para conceder licenças ambientais. O MPF alega que os procedimentos de licenciamento ambiental relacionados à formação e instalação florestal é a nossa planta industrial no estado do Maranhão devem ser realizados pela Agência Federal do Meio Ambiente ("BAMA"). Os recursos envolvidos são atraços em nosso cronograma de plantio e a suspensão das atividades da unidade industrial do Maranhão até a emissão de nova licença. Embora tenha sido proferida liminar em uma destas ações suspendendo a formação florestal em uma determinada região do Maranhão, acreditamos que há boas chances de defesa nestes casos, uma vez que o BAMA não reconhece ter competência para a formação e instalação florestal e a habilitação da planta industrial de Cubatão para a exploração. O Superior Tribunal de Justiça ("STF") ainda está decidindo sobre o recurso contra a liminar concedida contra a Companhia e as demais ACPs ainda estão pendentes de uma decisão do juiz. Além disso, estamos envolvidos em uma disputa relacionada a possíveis danos ambientais na cidade de Cubatão localizada no estado de São Paulo, supostamente causada pela Companhia Santista, empresa adquirida pela Riposa, que por sua vez foi adquirida pela Suzano em 2008. Este processo está em andamento há mais de 20 ("trinta") anos e envolve mais de 20 ("vinte") outras empresas. O processo busca reparação pelos danos ambientais supostamente causados em área de proteção ambiental do Parque Estadual da Serra do Mar por várias empresas que mantiveram atividades no distrito industrial de Cubatão até os anos 90. Em setembro de 2017, o processo foi julgado favorável ao Ministério Público, condenando as empresas demandadas a recuperar os danos alegadamente causados, caso que já havia se resolvido a favor da Companhia e da Riposa. Ainda existem casos pendentes de determinada Ação Civil Pública (ACP) que já havia sido instaurada. A Companhia alega que a base de cálculo de defesa, uma vez que a aquisição das terras discutidas em ambas as ACPs, foi realizada de acordo com as leis e práticas aplicáveis no momento da aquisição. Dentre os processos ambientais, destacam-se 3 ("três") ACPs ajuizadas pelo MPF na região nordeste do Brasil, desafiando a jurisdição do órgão ambiental do estado para conceder licenças ambientais. O MPF alega que os procedimentos de licenciamento ambiental relacionados à formação e instalação florestal é a nossa planta industrial no estado do Maranhão devem ser realizados pela Agência Federal do Meio Ambiente ("BAMA"). Os recursos envolvidos são atraços em nosso cronograma de plantio e a suspensão das atividades da unidade industrial do Maranhão até a emissão de nova licença. Embora tenha sido proferida liminar em uma destas ações suspendendo a formação florestal em uma determinada região do Maranhão, acreditamos que há boas chances de defesa nestes casos, uma vez que o BAMA não reconhece ter competência para a formação e instalação florestal e a habilitação da planta industrial de Cubatão para a exploração. O Superior Tribunal de Justiça ("STF") ainda está decidindo sobre o recurso contra a liminar concedida contra a Companhia e as demais ACPs ainda estão pendentes de uma decisão do juiz. Além disso, estamos envolvidos em uma disputa relacionada a possíveis danos ambientais na cidade de Cubatão localizada no estado de São Paulo, supostamente causada pela Companhia Santista, empresa adquirida pela Riposa, que por sua vez foi adquirida pela Suzano em 2008. Este processo está em andamento há mais de 20 ("trinta") anos e envolve mais de 20 ("vinte") outras empresas. O processo busca reparação pelos danos ambientais supostamente causados em área de proteção ambiental do Parque Estadual da Serra do Mar por várias empresas que mantiveram atividades no distrito industrial de Cubatão até os anos 90. Em setembro de 2017, o processo foi julgado favorável ao Ministério Público, condenando as empresas demandadas a recuperar os danos alegadamente causados, caso que já havia se resolvido a favor da Companhia e da Riposa. Ainda existem casos pendentes de determinada Ação Civil Pública (ACP) que já havia sido instaurada. A Companhia alega que a base de cálculo de defesa, uma vez que a aquisição das terras discutidas em ambas as ACPs, foi realizada de acordo com as leis e práticas aplicáveis no momento da aquisição. Dentre os processos ambientais, destacam-se 3 ("três") ACPs ajuizadas pelo MPF na região nordeste do Brasil, desafiando a jurisdição do órgão ambiental do estado para conceder licenças ambientais. O MPF alega que os procedimentos de licenciamento ambiental relacionados à formação e instalação florestal é a nossa planta industrial no estado do Maranhão devem ser realizados pela Agência Federal do Meio Ambiente ("BAMA"). Os recursos envolvidos são atraços em nosso cronograma de plantio e a suspensão das atividades da unidade industrial do Maranhão até a emissão de nova licença. Embora tenha sido proferida liminar em uma destas ações suspendendo a formação florestal em uma determinada região do Maranhão, acreditamos que há boas chances de defesa nestes casos, uma vez que o BAMA não reconhece ter competência para a formação e instalação florestal e a habilitação da planta industrial de Cubatão para a exploração. O Superior Tribunal de Justiça ("STF") ainda está decidindo sobre o recurso contra a liminar concedida contra a Companhia e as demais ACPs ainda estão pendentes de uma decisão do juiz. Além disso, estamos envolvidos em uma disputa relacionada a possíveis danos ambientais na cidade de Cubatão localizada no estado de São Paulo, supostamente causada pela Companhia Santista, empresa adquirida pela Riposa, que por sua vez foi adquirida pela Suzano em 2008. Este processo está em andamento há mais de 20 ("trinta") anos e envolve mais de 20 ("vinte") outras empresas. O processo busca reparação pelos danos ambientais supostamente causados em área de proteção ambiental do Parque Estadual da Serra do Mar por várias empresas que mantiveram atividades no distrito industrial de Cubatão até os anos 90. Em setembro de 2017, o processo foi julgado favorável ao Ministério Público, condenando as empresas demandadas a recuperar os danos alegadamente causados, caso que já havia se resolvido a favor da Companhia e da Riposa. Ainda existem casos pendentes de determinada Ação Civil Pública (ACP) que já havia sido instaurada. A Companhia alega que a base de cálculo de defesa, uma vez que a aquisição das terras discutidas em ambas as ACPs, foi realizada de acordo com as leis e práticas aplicáveis no momento da aquisição. Dentre os processos ambientais, destacam-se 3 ("três") ACPs ajuizadas pelo MPF na região nordeste do Brasil



→ continuação

Suzano S.A. - Companhia Aberta de Capital Autorizado - CNPJ/MF nº 16.404.287/0001-55 - NIRE nº 29.300.016.331

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Plane	Data da outorga	Data da cômpria	Valor justo na outorga ⁽¹⁾	Quantidade de opções outorgadas em parte	31/12/2019	Acionista	Ordinárias
						Acionistas controladores	Quantidade (%)
SAR 2015	01/04/2016	01/04/2020	11,69	3.535		Suzano Holding S.A.	367.612.329 27,01
Diferimento 2015	01/03/2016	01/03/2020	16,93			Controladores	194.800.797 14,31
Diferimento 2015	01/03/2016	01/03/2020	16,93	61.851		Administradores	35.532.742 2,61
SAR 2016	01/04/2016	01/04/2021	15,96	64.075		Alden Fundo de Investimento em Ações	26.154.741 1,92
PLUS 2016	01/04/2016	01/04/2021	15,96	16.708			624.100.609 45,85
SAR 2016 - Out	03/10/2016	03/10/2020	11,03	8.934		Tesouraria	12.042.004 0,88
SAR 2017	03/04/2017	03/04/2022	13,30	831.546		BNDESPAR	150.217.425 11,04
PLUS 2017	03/04/2017	03/04/2022	13,30	225.255		Votorantim S.A.	75.300.000 5,25
ILP 2017 - 36	03/04/2017	03/04/2020	13,30	304.512			499.728.487 36,71
ILP 2017 - 48	03/04/2017	03/04/2021	13,30	304.512			1.361.263.584 100,00
ILP 2017 - 60	03/04/2017	03/04/2022	13,30	304.512			
ILP 2017 - CAB	01/05/2017	01/05/2020	13,30	307.141			
ILP 2017 - 36 Out	02/10/2017	02/10/2019	15,87	84.436			
Diferimento 2017	01/03/2018	01/03/2021	19,88	169.575			
Diferimento 2017	01/03/2018	01/03/2022	19,88	169.575			
SAR 2018	02/04/2018	02/04/2023	21,49	726.537			
PLUS 2018	02/04/2018	02/04/2023	21,48	74.592			
ILP 2018 - 24	01/03/2019	01/03/2024	41,10	520.000			
ILP 2018 - 36	01/03/2019	01/03/2024	41,10	520.000			
Diferimento 2018	01/03/2019	01/03/2022	41,10	92.356			
Diferimento 2018	01/03/2019	01/03/2023	41,10	92.356			
ILP 2019 - 36 H	25/03/2019	25/03/2024	42,19	7.500			
ILP 2019 - 48 H	25/03/2019	25/03/2024	42,19	7.500			
ILP 2019 - 24 Abr	01/04/2019	01/04/2024	42,81	20.000			
ILP 2019 - 36 Abr	01/04/2019	01/04/2024	42,81	20.000			
SAR 2019	01/04/2019	01/04/2024	42,81	792.265			
PLUS 2019	01/04/2019	01/04/2024	42,81	15.572			
ILP - Retenção 2019 - 12	01/10/2019	01/10/2020	31,86	105.964			
ILP - Retenção 2019 - 24	01/10/2019	01/10/2021	31,86	105.930			
ILP 2019 - 24 Out	01/10/2019	01/10/2021	31,75	7.800			
ILP 2019 - 36 Out	01/10/2019	01/10/2022	31,75	19.500			
ILP 2019 - 48 Out	01/10/2019	01/10/2023	31,75	11.700			
				5.996.437			

⁽¹⁾ Valores expressos em Reais.

22. Plano de opções de compra de ações ordinárias: Adicionalmente, em 2019 a Companhia estabeleceu um plano de ações restritas baseado na performance da Companhia (Programa 5). Este plano associa a quantidade de ações restritas outorgada ao desempenho da Companhia em relação à meta EBITDA. A quantidade de ações restritas é definida em termos financeiros, sendo posteriormente convertido em ações com base nos últimos 60 preços antecedentes a 31 de dezembro de 2019 na SUZB3 na B3. Após a medição do EBITDA de 2019, as ações restritas serão outorgadas imediatamente, pois não possuem período de carência (vesting period). No entanto, os beneficiários da outorga devem atender ao período de 36 (trinta e seis) meses, durante o qual não poderão comercializar as ações. Caso os beneficiários deixem a Companhia antes do término do exercício fiscal de referência para a medição do EBITDA, os mesmos perderão direito à outorga de ações restritas.

Por deliberação do Conselho de Administração, o capital social poderá ser aumentado, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 780.110.712 ações ordinárias, todas exclusivamente escriturais. Em 31 de dezembro de 2019, as ações ordinárias SUZB3 encerraram o exercício cotadas a R\$39,68 (R\$38,08 em 31 de dezembro de 2018). **25.2. Dividendos:** O estatuto social da Companhia estabelece que dividendo mínimo anual é o menor valor entre: (i) 25% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, ou (ii) 10% da geração de caixa operacional consolidado da Companhia no exercício. Em 18 de abril de 2019, em Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas foi aprovado o pagamento de dividendos no montante de R\$600.000, sendo complementado no montante de R\$596.534 pagos por meio da reserva de lucros e dividendos de títulos obrigatórios no montante de R\$3.466, cujo desembolso ocorreu em 30 de abril de 2019. Em 31 de dezembro de 2019, não havendo disponibilidade de lucro líquido para pagamento de dividendos, R\$600.000 em 31 de dezembro de 2018, em decorrência de lucro apurado no exercício). **25.3. Reservas:** **25.3.1. Reservas de lucros:** São constituídas pela apropriação de lucros da Companhia, após a destinação para pagamentos dos dividendos mínimos obrigatórios, títulos e ações. São constituídas pela apropriação de lucros da Companhia, após a destinação para pagamentos dos dividendos mínimos obrigatórios, títulos e ações. A constituição de reservas visa assegurar a integridade do capital social. Em 31 de dezembro de 2019, essa reserva absorveu R\$105.671 referente ao prejuízo e o saldo dessa reserva corresponde a 5% do capital. (i) para aumento de capital, considerando a base de até 90% do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, (ii) para aquisição de títulos e ações, considerando a base de 5% do lucro líquido do exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e limitado a 20% do capital social, considerando que no exercício em que o saldo da reserva legal descreve os montantes das reservas de capital exceder a 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício social para a reserva legal. A utilização dessa reserva está restrita à compensação de prejuízos e ao aumento de capital social e visa assegurar a integridade do capital social. Em 31 de dezembro de 2019, essa reserva absorveu R\$1.730.620 referente ao prejuízo e foi integralmente utilizada. **25.3.2. Reservas de capital:** São constituídas por valores recebidos pela Companhia em decorrência de transações com ações e que não transitam pela demonstração de resultado, bem como por títulos e ações emitidos para aquisição de títulos e ações, considerando a base de 10% do saldo remanescente do lucro líquido do exercício e obje

tiva de garantir a continuidade da distribuição semestral de dividendos, até atingir o limite de 20% (vinte por cento) do capital social. Em 31 de dezembro de 2019, essa reserva absorveu R\$242.614 referente ao prejuízo e foi integralmente utilizada. **25.3.3. Incentivos fiscais:** constituída nos termos do artigo 195-A da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07, com base em d

ouações ou subvenções governamentais para investimentos. Em 31 de dezembro de 2019, essa reserva absorveu R\$684.563 referente ao prejuízo e foi integralmente utilizada. **25.3.4. Reservas de capital:** São constituídas por valores recebidos pela Companhia em decorrência de transações com ações e que não transitam pela demonstração de resultado, bem como por títulos e ações emitidos para aquisição de títulos e ações, considerando a base de 10% do saldo remanescente do lucro líquido do exercício e obje

tiva de garantir a continuidade da distribuição semestral de dividendos, até atingir o limite de 20% (vinte por cento) do capital social. Em 31 de dezembro de 2019, essa reserva absorveu R\$242.614 referente ao prejuízo e foi integralmente utilizada. **25.3.5. Reservas de capital:** São constituídas por valores recebidos pela Companhia em decorrência de transações com ações e que não transitam pela demonstração de resultado, bem como por títulos e ações emitidos para aquisição de títulos e ações, considerando a base de 10% do saldo remanescente do lucro líquido do exercício e obje

tiva de garantir a continuidade da distribuição semestral de dividendos, até atingir o limite de 20% (vinte por cento) do capital social. Em 31 de dezembro de 2019, essa reserva absorveu R\$242.614 referente ao prejuízo e foi integralmente utilizada. **25.3.6. Reservas de capital:** São constituídas por valores recebidos pela Companhia em decorrência de transações com ações e que não transitam pela demonstração de resultado, bem como por títulos e ações emitidos para aquisição de títulos e ações, considerando a base de 10% do saldo remanescente do lucro líquido do exercício e obje

tiva de garantir a continuidade da distribuição semestral de dividendos, até atingir o limite de 20% (vinte por cento) do capital social. Em 31 de dezembro de 2019, essa reserva absorveu R\$242.614 referente ao prejuízo e foi integralmente utilizada. **25.3.7. Reservas de capital:** São constituídas por valores recebidos pela Companhia em decorrência de transações com ações e que não transitam pela demonstração de resultado, bem como por títulos e ações emitidos para aquisição de títulos e ações, considerando a base de 10% do saldo remanescente do lucro líquido do exercício e obje

tiva de garantir a continuidade da distribuição semestral de dividendos, até atingir o limite de 20% (vinte por cento) do capital social. Em 31 de dezembro de 2019, essa reserva absorveu R\$242.614 referente ao prejuízo e foi integralmente utilizada. **25.3.8. Reservas de capital:** São constituídas por valores recebidos pela Companhia em decorrência de transações com ações e que não transitam pela demonstração de resultado, bem como por títulos e ações emitidos para aquisição de títulos e ações, considerando a base de 10% do saldo remanescente do lucro líquido do exercício e obje

tiva de garantir a continuidade da distribuição semestral de dividendos, até atingir o limite de 20% (vinte por cento) do capital social. Em 31 de dezembro de 2019, essa reserva absorveu R\$242.614 referente ao prejuízo e foi integralmente utilizada. **25.3.9. Reservas de capital:** São constituídas por valores recebidos pela Companhia em decorrência de transações com ações e que não transitam pela demonstração de resultado, bem como por títulos e ações emitidos para aquisição de títulos e ações, considerando a base de 10% do saldo remanescente do lucro líquido do exercício e obje

tiva de garantir a continuidade da distribuição semestral de dividendos, até atingir o limite de 20% (vinte por cento) do capital social. Em 31 de dezembro de 2019, essa reserva absorveu R\$242.614 referente ao prejuízo e foi integralmente utilizada. **25.3.10. Reservas de capital:** São constituídas por valores recebidos pela Companhia em decorrência de transações com ações e que não transitam pela demonstração de resultado, bem como por títulos e ações emitidos para aquisição de títulos e ações, considerando a base de 10% do saldo remanescente do lucro líquido do exercício e obje

tiva de garantir a continuidade da distribuição semestral de dividendos, até atingir o limite de 20% (vinte por cento) do capital social. Em 31 de dezembro de 2019, essa reserva absorveu R\$242.614 referente ao prejuízo e foi integralmente utilizada. **25.3.11. Reservas de capital:** São constituídas por valores recebidos pela Companhia em decorrência de transações com ações e que não transitam pela demonstração de resultado, bem como por títulos e ações emitidos para aquisição de títulos e ações, considerando a base de 10% do saldo remanescente do lucro líquido do exercício e obje

tiva de garantir a continuidade da distribuição semestral de dividendos, até atingir o limite de 20% (vinte por cento) do capital social. Em 31 de dezembro de 2019, essa reserva absorveu R\$242.614 referente ao prejuízo e foi integralmente utilizada. **25.3.12. Reservas de capital:** São constituídas por valores recebidos pela Companhia em decorrência de transações com ações e que não transitam pela demonstração de resultado, bem como por títulos e ações emitidos para aquisição de títulos e ações, considerando a base de 10% do saldo remanescente do lucro líquido do exercício e obje

tiva de garantir a continuidade da distribuição semestral de dividendos, até atingir o limite de 20% (vinte por cento) do capital social. Em 31 de dezembro de 2019, essa reserva absorveu R\$242.614 referente ao prejuízo e foi integralmente utilizada. **25.3.13. Reservas de capital:** São constituídas por valores recebidos pela Companhia em decorrência de transações com ações e que não transitam pela demonstração de resultado, bem como por títulos e ações emitidos para aquisição de títulos e ações, considerando a base de 10% do saldo remanescente do lucro líquido do exercício e obje

tiva de garantir a continuidade da distribuição semestral de dividendos, até atingir o limite de 20% (vinte por cento) do capital social. Em 31 de dezembro de 2019, essa reserva absorveu R\$242.614 referente ao prejuízo e foi integralmente utilizada. **25.3.14. Reservas de capital:** São constituídas por valores recebidos pela Companhia em decorrência de transações com ações e que não transitam pela demonstração de resultado, bem como por títulos e ações emitidos para aquisição de títulos e ações, considerando a base de 10% do saldo remanescente do lucro líquido do exercício e obje

tiva de garantir a continuidade da distribuição semestral de dividendos, até atingir o limite de 20% (vinte por cento) do capital social. Em 31 de dezembro de 2019, essa reserva absorveu R\$242.614 referente ao prejuízo e foi integralmente utilizada. **25.3.15. Reservas de capital:** São constituídas por valores recebidos pela Companhia em decorrência de transações com ações e que não transitam pela demonstração de resultado, bem como por títulos e ações emitidos para aquisição de títulos e ações, considerando a base de 10% do saldo remanescente do lucro líquido do exercício e obje

tiva de garantir a continuidade da distribuição semestral de dividendos, até atingir o limite de 20% (vinte por cento) do capital social. Em 31 de dezembro de 2019, essa reserva absorveu R\$242.614 referente ao prejuízo e foi integralmente utilizada. **25.3.16. Reservas de capital:** São constituídas por valores recebidos pela Companhia em decorrência de transações com ações e que não transitam pela demonstração de resultado, bem como por títulos e ações emitidos para aquisição de títulos e ações, considerando a base de 10% do saldo remanescente do lucro líquido do exercício e obje

tiva de garantir a continuidade da distribuição semestral de dividendos, até atingir o limite de 20% (vinte por cento) do capital social. Em 31 de dezembro de 2019, essa reserva absorveu R\$242.614 referente ao prejuízo e foi integralmente utilizada. **25.3.17. Reservas de capital:** São constituídas por valores recebidos pela Companhia em decorrência de transações com ações e que não transitam pela demonstração de resultado, bem como por títulos e ações emitidos para aquisição de títulos e ações, considerando a base de 10% do saldo remanescente do lucro líquido do exercício e obje

tiva de garantir a continuidade da distribuição semestral de dividendos, até atingir o limite de 20% (vinte por cento) do capital social. Em 31 de dezembro de 2019, essa reserva absorveu R\$242.614 referente ao prejuízo e foi integralmente utilizada. **25.3.18. Reservas de capital:** São constituídas por valores recebidos pela Companhia em decorrência de transações com ações e que não transitam pela demonstração de resultado, bem como por títulos e ações emitidos para aquisição de títulos e ações, considerando a base de 10% do saldo remanescente do lucro líquido do exercício e obje

tiva de garantir a continuidade da distribuição semestral de dividendos, até atingir o limite de 20% (vinte por cento) do capital social. Em 31 de dezembro de 2019, essa reserva absorveu R\$242.614 referente ao prejuízo e foi integralmente utilizada. **25.3.19. Reservas de capital:** São constituídas por valores recebidos pela Companhia em decorrência de transações com ações e que não transitam pela demonstração de resultado, bem como por títulos e ações emitidos para aquisição de títulos e ações, considerando a base de 10% do saldo remanescente do lucro líquido do exercício e obje

tiva de garantir a continuidade da distribuição semestral de dividendos, até atingir o limite de 20% (vinte por cento) do capital social. Em 31 de dezembro de 2019, essa reserva absorveu R\$242.614 referente ao prejuízo e foi integralmente utilizada. **25.3.20. Reservas de capital:** São constituídas por valores recebidos pela Companhia em decorrência de transações com ações e que não transitam pela demonstração de resultado, bem como por títulos e ações emitidos para aquisição de títulos e ações, considerando a base de 10% do saldo remanescente do lucro líquido do exercício e obje

tiva de garantir a continuidade da distribuição semestral de dividendos, até atingir o limite de 20% (vinte por cento) do capital social. Em 31 de dezembro de 2019, essa reserva absorveu R\$242.614 referente ao prejuízo e foi integralmente utilizada. **25.3.21. Reservas de capital:** São constituídas por valores recebidos pela Companhia em decorrência de transações com ações e que não transitam pela demonstração de resultado, bem como por títulos e ações emitidos para aquisição de títulos e ações, considerando a base de 10% do saldo remanescente do lucro líquido do exercício e obje

tiva de garantir a continuidade da distribuição semestral de dividendos, até atingir o limite de 20% (vinte por cento) do capital social. Em 31 de dezembro de 2019, essa reserva absorveu R\$242.614 referente ao prejuízo e foi integralmente utilizada. **25.3.22. Reservas de capital:** São constituídas por valores recebidos pela Companhia em decorrência de transações com ações e que não transitam pela demonstração de resultado, bem como por títulos e ações emitidos para aquisição de títulos e ações, considerando a base de 10% do saldo remanescente do lucro líquido do exercício e obje

tiva de garantir a continuidade da distribuição semestral de dividendos, até atingir o limite de 20% (vinte por cento) do capital social. Em 31 de dezembro de 2019, essa reserva absorveu R\$242.614 referente ao prejuízo e foi integralmente utilizada. **25.3.23. Reservas de capital:** São constituídas por valores recebidos pela Companhia em decorrência de transações com ações e que não transitam pela demonstração de resultado, bem como por títulos e ações emitidos para aquisição de títulos e ações, considerando a base de 10% do saldo remanescente do lucro líquido do exercício e obje

tiva de garantir a continuidade da distribuição semestral de dividendos, até atingir o limite de 20% (vinte por cento) do capital social. Em 31 de dezembro de 2019, essa reserva absorveu R\$242.614 referente ao prejuízo e foi integralmente utilizada. **25.3.24. Reservas de capital:** São constituídas por valores recebidos pela Companhia em decorrência de transações com ações e que não transitam pela demonstração de resultado, bem como por títulos e ações emitidos para aquisição de títulos e ações, considerando a base de 10% do saldo remanescente do lucro líquido do exercício e obje

tiva de garantir a continuidade da distribuição semestral de dividendos, até atingir o limite de 20% (vinte por cento) do capital social. Em 31 de dezembro de 2019, essa reserva absorveu R\$242.614 referente ao prejuízo e foi integralmente utilizada. **25.3.25. Reservas de capital:** São constituídas por valores recebidos pela Companhia em decorrência de transações com ações e que não transitam pela demonstração de resultado, bem como por títulos e ações emitidos para aquisição de títulos e ações, considerando a base de 10% do saldo remanescente do lucro líquido do exercício e obje

tiva de garantir a continuidade da distribuição semestral de dividendos, até atingir o limite de 20% (vinte por cento) do capital social. Em 31 de dezembro de 2019, essa reserva absorveu R\$242.614 referente ao prejuízo e foi integralmente utilizada. **25.3.26. Reservas de capital:** São constituídas por valores recebidos pela Companhia em decorrência de transações com ações e que não transitam pela demonstração de resultado, bem como por títulos e ações emitidos para aquisição de títulos e ações, considerando a base de 10% do saldo remanescente do lucro líquido do exercício e obje

tiva de garantir a continuidade da distribuição semestral de dividendos, até atingir o limite de 20% (vinte por cento) do capital social. Em 31 de dezembro de 2019, essa reserva absorveu R\$242.614 referente ao prejuízo e foi integralmente utilizada. **25.3.27. Reservas de capital:** São constituídas por valores recebidos pela Companhia em decorrência de transações com ações e que não transitam pela demonstração de resultado, bem como por títulos e ações emitidos para aquisição de títulos e ações, considerando a base de 10% do saldo remanescente do lucro líquido do exercício e obje

tiva de garantir a continuidade da distribuição semestral de dividendos, até atingir o limite de 20% (vinte por cento) do capital social. Em 31 de dezembro de 2019, essa reserva absorveu R\$242.614 referente ao prejuízo e foi integralmente utilizada. **25.3.28. Reservas de capital:** São constituídas por valores recebidos pela Companhia em decorrência de transações com ações e que não transitam pela demonstração de resultado, bem como por títulos e ações emitidos para aquisição de títulos e ações, considerando a base de 10% do saldo remanescente do lucro líquido do exercício e obje

tiva de garantir a continuidade da distribuição semestral de dividendos, até atingir o limite de 20% (vinte por cento) do capital social. Em 31 de dezembro de 2019, essa reserva absorveu R\$242.614 referente ao prejuízo e foi integralmente utilizada. **25.3.29. Reservas de capital:** São constituídas por valores recebidos pela Companhia em decorrência de transações com ações e que não transitam pela demonstração de resultado, bem como por títulos e ações emitidos para aquisição de títulos e ações, considerando a base de 10% do saldo remanescente do lucro líquido do exercício e obje

tiva de garantir a continuidade da distribuição semestral de dividendos, até atingir o limite de 20% (vinte por cento) do capital social. Em 31 de dezembro de 2019, essa reserva absorveu R\$242.614 referente ao prejuízo e foi integralmente utilizada. **25.3.30. Reservas de capital:** São constituídas por valores recebidos pela Companhia em decorrência de transações com ações e que não transitam pela demonstração de resultado, bem como por títulos e ações emitidos para aquisição de títulos e ações, considerando a base de 10% do saldo remanescente do lucro líquido do exercício e obje

tiva de garantir a continuidade da distribuição semestral de dividendos, até atingir o limite de 20% (vinte por cento) do capital social. Em 31 de dezembro de 20



SALVADOR, QUINTA-FEIRA, 13 DE FEVEREIRO DE 2020 - ANO CIV - Nº 22.842

— continua

SUZANO S.A. - Companhia Aberta de Capital Autorizado - CNPJ/MF nº 16.404.287/0001-55 - NIRE nº 29.300.016.331

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Instrumentos financeiros derivativos	Controladora			Consolidado			Consolidado		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
Receitas	2.306.127	587.805	2.711.394	588.040					
Despesas	(3.178.254)	(3.321.859)	(3.786.646)	(3.323.245)					
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(872.127)	(2.734.053)	(2.735.196)						
Emprestimos e financiamentos	(1.967.256)	(1.282.781)	(1.764.035)	(1.311.061)					
Outros ativos e passivos ⁽²⁾	139.373	247.276	(200.892)	244.411					
Resultado Financeiro Líquido	(6.458.069)	(3.035.505)	(1.964.927)	(1.066.650)					
⁽¹⁾ Não inclui o montante de R\$3.784 na controladora e R\$4.213 no consolidado referente a juros capitalizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (R\$1.172 na controladora e no consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018). Adicionalmente, inclui o montante de R\$770 na controladora e consolidado relativos a juros do FIDC (R\$2.268 na controladora e no consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018). ⁽²⁾ Incluem efeitos das variações cambiais de clientes, fornecedores, caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e outros.									
28. RECEITA LÍQUIDA									
Controladora									
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
Receita bruta de vendas	20.348.367	14.135.140	31.395.955	14.798.774					
Dedupes									
Ajuste a valor presente	(5.316)	(4.984)	(5.316)	(4.984)					
Desvolvções e cancelamentos	(69.846)	(58.249)	(109.641)	(75.477)					
Descontos e abatimentos ⁽¹⁾	(47.688)	(7.016)	(3.835.610)	(15.695)					
Impostos sobre vendas ⁽²⁾	20.225.517	14.064.891	27.445.858	14.700.616					
Receita líquida	18.889.013	12.865.282	26.012.959	13.437.328					
⁽¹⁾ Os efeitos de clientes da Fibria, subsidiária integral incorporada em 2019, que impactaram o resultado financeiro líquido de 2019, referentes a juros capitalizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e que portanto, impactaram o resultado da Companhia em 2019 e 2018, inclui o montante relativo de 2,6% sobre a receita bruta de vendas no mercado interno, referente a contribuição social ao Instituto Nacional de Seguro Social ("INSS"), conforme estabelece a Lei nº 12.540/11, artigo 8º, Anexo I e suas respectivas alterações.									
29. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO									
29.1. Critérios de identificação dos segmentos operacionais: As Companhias avaliam o desempenho de seus segmentos de negócio através do resultado operacional. As informações apresentadas em "Não Segmentados" estão relacionadas à demonstração do resultado e itens do balanço patrimonial não diretamente atribuídos aos segmentos de papel e celulose, tais como, resultado financeiro líquido e despesas com imposto de renda e contribuição social, além dos itens de classificação patrimonial de ativos e passivos. Os segmentos operacionais definidos pela Administração são os seguintes: i) Celulose: compreende a produção e comercialização de celulose de eucalipto de fibra curta e fluff principalmente para abastecer o mercado externo, com qualquer excedente vendido no mercado interno. ii) Papel: compreende a produção e venda de papel para atender às demandas dos mercados interno e externo. As vendas do segmento de bens de consumo (tissue) estão classificadas nesse segmento devido a inmaterialidade do segmento.									
29.2. Informações dos segmentos operacionais:									
Consolidado									
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
Receita líquida	21.027.686	4.985.264	26.012.959	13.437.328					
Mercado interno (Brasil)	1.833.936	3.480.271	5.314.215						
Mercado externo	19.193.750	1.504.985	20.698.735						
Ásia	9.605.799	136.885	9.742.681						
Europa	5.950.832	221.697	6.172.528						
América do Norte	3.592.563	382.628	3.975.191						
América do Sul e Central	44.556	71.006	75.422						
África			53.692						
Custo dos produtos vendidos	(17.440.018)	(3.303.464)	(20.743.482)						
Lucro Bruto	3.587.668	1.681.800	5.269.468						
Margem bruta (%)	17,1%	33,7%	20,3%						
(Despesas) receitas operacionais	(2.089.286)	(679.719)	128.115	(2.640.890)					
Vendas	(1.503.775)	(401.504)	(1.905.279)						
Gerais e administrativas	(806.774)	(366.584)	(1.173.358)						
Outras, líquidas	209.577	68.067	128.115	405.754					
Excesso operacional	11.686	20.307	31.395						
Resultado operacional (EBIT) ⁽¹⁾	1.498.362	1.002.081	1.211.800	2.636.578					
Margem operacional (%)	7,1%	20,1%	10,1%						
Resultado financeiro líquido									
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	1.498.382	1.002.081	1.282.461	2.128.461					
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro									
Resultado do exercício	1.498.382	1.002.081	(5.315.208)	(2.814.742)					
Margem de lucro (prejuízo) do exercício (%)	7,1%	20,1%	(10,8%)						
Resultado do exercício atribuído aos acionistas controladores	1.498.382	1.002.081	(5.317.981)	(2.817.518)					
Resultado do exercício atribuído aos acionistas não controladores									
Depreciação, exaustão e amortização	7.575.630	516.332	8.091.952						
⁽¹⁾ Lucro Antes dos Juros e Impostos ("LAIJR"), equivalente ao termo em inglês EBIT (Earnings Before Interest and Tax).									
Consolidado									
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
Receita líquida	21.027.686	4.985.264	26.012.959	13.437.328					
Mercado interno (Brasil)	1.833.936	3.480.271	5.314.215						
Mercado externo	19.193.750	1.504.985	20.698.735						
Ásia	9.605.799	136.885	9.742.681						
Europa	5.950.832	221.697	6.172.528						
América do Norte	3.592.563	382.628	3.975.191						
América do Sul e Central	44.556	71.006	75.422						
África			53.692						
Custo dos produtos vendidos	(17.440.018)	(3.303.464)	(20.743.482)						
Lucro Bruto	3.587.668	1.681.800	5.269.468						
Margem bruta (%)	17,1%	33,7%	20,3%						
(Despesas) receitas operacionais	(2.089.286)	(679.719)	128.115	(2.640.890)					
Vendas	(1.503.775)	(401.504)	(1.905.279)						
Gerais e administrativas	(806.774)	(366.584)	(1.173.358)						
Outras, líquidas	209.577	68.067	128.115	405.754					
Excesso operacional	11.686	20.307	31.395						
Resultado operacional (EBIT) ⁽¹⁾	1.498.362	1.002.081	1.211.800	2.636.578					
Margem operacional (%)	7,1%	20,1%	10,1%						
Resultado financeiro líquido									
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	1.498.382	1.002.081	1.282.461	2.128.461					
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro									
Resultado do exercício	1.498.382	1.002.081	(5.315.208)	(2.814.742)					
Margem de lucro (prejuízo) do exercício (%)	7,1%	20,1%	(10,8%)						
Resultado do exercício atribuído aos acionistas controladores	1.498.382	1.002.081	(5.317.981)	(2.817.518)					
Resultado do exercício atribuído aos acionistas não controladores									
Depreciação, exaustão e amortização	7.575.630	516.332	8.091.952						
⁽¹⁾ Lucro Antes dos Juros e Impostos ("LAIJR"), equivalente ao termo em inglês EBIT (Earnings Before Interest and Tax).									
Controladora									
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
Receita líquida	21.027.686	4.985.264	26.012.959	13.437.328					
Mercado interno (Brasil)	1.833.936	3.480.271	5.314.215						
Mercado externo	19.193.750	1.504.985	20.698.735						
Ásia	9.605.799	136.885	9.742.681						
Europa	5.950.832	221.697	6.172.528						
América do Norte	3.592.563	382.628	3.975.191						
América do Sul e Central	44.556	71.006	75.422						
África			53.692						
Custo dos produtos vendidos	(17.440.018)	(3.303.464)	(20.743.482)						
Lucro Bruto	3.587.668	1.681.800	5.269.468						
Margem bruta (%)	17,1%	33,7%	20,3%						
(Despesas) receitas operacionais	(2.089.286)	(679.719)	128.115	(2.640.890)					
Vendas	(1.503.775)	(401.504)	(1.905.279)						
Gerais e administrativas	(806.774)	(366.584)	(1.173.358)						
Outras, líquidas	209.577	68.067	128.115	405.754					
Excesso operacional	11.686	20.307	31.395						
Resultado operacional (EBIT) ⁽¹⁾	1.498.362	1.002.081	1.211.800	2.636.578					
Margem operacional (%)	7,1%	20,1%	10,1%						
Resultado financeiro líquido									
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	1.498.382	1.002.081	1.282.461	2.128.461					
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro									
Resultado do exercício	1.498.382	1.002.081	(5.315.208)	(2.814.742)					
Margem de lucro (prejuízo) do exercício (%)	7,1%	20,1%	(10,8%)						
Resultado do exercício atribuído aos acionistas controladores	1.498.382	1.002.081	(5.317.981)	(2.817.518)					
Resultado do exercício atribuído aos acionistas não controladores									
Depreciação, exaustão e amortização	7.575.630	516.332	8.091.952						
⁽¹⁾ Inclui o montante de R\$61.394 na controladora e no consolidado, relativamente àquela que realizou o investimento em PECLO, referente a despesas com viagens, hospedagem, reuniões, materiais de uso e consumo, despesas com viagens, hospedagem, reuniões, materiais de uso e consumo, projeto social e doações, viagens e hospedagem. ⁽²⁾ Inclui exaustão da venda de madeira no valor de R\$6.598 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2018. ⁽³⁾ Refere-se à recebimento de créditos de empresas terceirizadas discutidos em ações judiciais contra a Centrais Elétricas Brasileiras S.A ("Eletrobrás"). ⁽⁴⁾ Para maiores informações vide nota 9.									
Controladora									
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
Receita líquida	21.027.686	4.985.2							

- continuação

SUZANO S.A. - Companhia Aberta de Capital Autorizado - CNPJ/MF nº 16.404.287/0001-55 - NIRE nº 29.300.016.331

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Prezados Senhores Acionistas,

Os membros do Conselho Fiscal da Suzano S.A. ("Companhia"), em reunião realizada em 11 de fevereiro de 2020, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e Consolidadas da Companhia e suas respectivas Notas Explicativas, todos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas do relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, sem ressalvas, e, tendo encontrado tais documentos em conformidade com as prescrições legais aplicáveis, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2020.

Rubens Barletta

Eraldo Soares Pecanha

Luiz Augusto Marques Paes

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÉ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO ("CAE")

Sobre o Comitê: O CAE da Suzano S.A. é um órgão estatutário de funcionamento permanente instituído em abril de 2019, dentro das melhores práticas de governança corporativa. O CAE é composto por 4 (três) membros com mandato de 2 (dois) anos. Todos os membros são independentes, sendo que 2 (dois) deles integram também o Conselho de Administração Suzano S.A. Dentre os membros do CAE, a Sra. Ana Paula Pessoa, atua como coordenadora e o Sr. Carlos Biedermann, como coordenador financeiro. O CAE é responsável por: (i) aprovação das demonstrações financeiras e das demonstrações contábeis da Suzano S.A.; (ii) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; (iii) pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos das empresas de auditoria independente e da auditoria interna; (iv) pela qualidade e efetividade do sistema de controles internos e da administração de riscos. As avaliações do CAE baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, dos gestores dos canais de denúncia e ouvidoria e em suas próprias análises decorrentes das demonstrações contábeis conforme normas profissionais emanadas do Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e ceteras regulamentos especiais da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Os auditores independentes e os auditores da auditoria interna são iguais ao CAE. (v) realização de reuniões periódicas com os auditores independentes e outras reuniões especiais e informais (reuniões ("ITRs") entre os auditores independentes e o CAE). O relatório do CAE é composto por: (i) o resultado da sua verificação e apresenta a sua opinião a respeito da fielidão das demonstrações contábeis do exercício em relação aos princípios de contabilidade oriundos do CFC em consonância com as normas emitidas pelo International Accounting Standard Board ("IASB"), normas da CVM e preceitos da legislação societária brasileira. Com relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os referidos auditores independentes emitiram relatório em 12 de fevereiro de 2020, contendo opinião sem ressalvas. Os trabalhos de auditoria interna que, na sua execução é acompanhado e orientado pelo Diretor Auditor Interno, vinculado diretamente ao Conselho de Administração. No mais, o CAE desenvolve sua atuação de forma ampla e independente, direcionada, principalmente, a cobertura das áreas de riscos e controles, que apresentam os riscos mais sensíveis à operação e impactos mais significativos da implementação da estratégia da Companhia.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2020.

Ana Paula Pessoa - Coordenadora

Carlos Biedermann - Especialista financeiro

Rodrigo Kede de Freitas Lima - Membro

Marcelo Moses de Oliveira Lyrio - Membro

PARECER DO COMITÉ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

O Comitê de Auditoria da Suzano S.A., no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, em atendimento ao disposto no inciso IX do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, examinou as demonstrações financeiras da controladora e consolidado referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o Relatório da Administração, e o relatório emitido sem ressalvas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes. Não houve situações de divergências significativas entre a Administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria em relação às Demonstrações Financeiras da Companhia. Com base nos documentos examinados e nos esclarecimentos prestados, os membros do Comitê de Auditoria, abaixo assinados, opinam que as demonstrações financeiras se encontram em condições de serem aprovadas.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2020.

Ana Paula Pessoa - Coordenadora

Carlos Biedermann - Especialista financeiro

Rodrigo Kede de Freitas Lima - Membro

Marcelo Moses de Oliveira Lyrio - Membro

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, a diretoria executiva da Suzano S.A., declara que:
(i) revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019;
(ii) revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Companhia do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2020.

Walter Schalka - Diretor Presidente
Marcelo Ferlozzi Bacci - Diretor Executivo de Finanças e Relações com Investidores
Aires Galhardo - Diretor Executivo de Operação Celulose
Alexandre Chueri Neto - Diretor Executivo Florestal

Carlos Aníbal de Almeida Jr. - Diretor Executivo de Comercial Celulose
Christian Orlimester - Diretor Executivo de Gente e Gestão
Fernando de Lellis Garcia Bertolucci - Diretor Executivo de Pesquisa e Desenvolvimento
Leonardo Grimaldi - Diretor Executivo de Papel

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas

Suzano S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Suzano S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Suzano S.A. e suas controladas ("Consolidadas"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019, as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Suzano S.A. e da Suzano S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades da auditoria". Nossa auditoria foi realizada de maneira financeira e contábil, com base em relatório de auditoria da Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

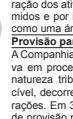
Enfase: Chamamos a atenção para a Nota 3.2.2 às demonstrações financeiras, que descreve que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2019 são comparadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2018. Tal fato ocorre devido à constatação da combinação de negócios com a Fibria Celulose S.A. ("Fibria") em 3 de janeiro de 2019 (Nota 1.2), e da subsequente incorporação da Fibria pela Suzano em 1º de abril de 2019. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria: "Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os principais assuntos de auditoria são os seguintes: auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2019, que foi planejada e executada considerando as operações e transações da Companhia e suas controladas ocorridas em 2019. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àquelas do ano anterior, porém com atualização do PAA relacionado à aquisição da Fibria Celulose S.A. ("Fibria"), concluída em janeiro de 2019, e inclusiva de um PAA sobre o teste de impairment do ativo gerado nessa aquisição.

Porque é um PAA **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

Valor justo dos ativos biológicos (Notas 3.1.6 e 13)

Os ativos biológicos da Companhia e do Consulado, em 31 de dezembro de 2019 montavam R\$ 3.068.200 mil, R\$ 3.068.200 mil, correspondendo a florestas de eucalipto e são mensurados ao valor justo, aplicando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, deduzindo os custos estimados de venda no momento da colheita. Esse método faz uso de dados e premissas que envolvem julgamento significativo por parte da administração, incluindo taxa de crescimento médio das florestas, previsão de crescimento da madeira em 100% das respectivas espécies. Esse é um assunto de atenção de nossa auditoria, considerando especialmente os riscos inerentes à subjetividade de determinadas premissas que requerem o exercício de julgamento da administração e podem ter impacto relevante na determinação do valor justo e, por consequência, no resultado do exercício.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria



SALVADOR, QUINTA-FEIRA, 13 DE FEVEREIRO DE 2020 - ANO CIV - Nº 22.842

—continuação

SUZANO S.A. - Companhia Aberta de Capital Autorizado - CNPJ/MF nº 16.404.287/0001-55 - NIRE nº 29.300.016.331

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Relatório do valor recuperável de ativos intangíveis

A Companhia tem recuperável de seu ativo intangível (Controladora e Consolidado), ajo no valor de R\$ 7.897.051 milhões fundamentado em expectativa de rentabilidade futura decorrente da aquisição da Fibria Celulose S.A. ocorrida em janeiro de 2019, o qual foi alocado ao segmento de celulose e papel, fundado na expectativa de rentabilidade futura tem sua recuperação baseada em projeções que incluem dados e premissas que envolvem julgamentos significativos da administração, incluindo a definição da unidade geradora de caixa, planejamento e entendimento e testes dos controles internos estabelecidos pela administração para definir a definição da unidade geradora de caixa. Envolvemos nossos especialistas na área de valorização de empresas, que nos apoiaram na análise do modelo de fluxo de caixa descontado, bem como em sua coerência geral lógica e aritmética e também nos apoiaram na análise da taxa de desconto. Em relação ao valor recuperável, realizamos cálculos, taxa de câmbio e taxa de desconto, efetuamos comparações com publicações extensas especializadas, bem como avaliamos, por meio de análises de sensibilidade, se variações individuais ou cumulativas aproximavam o valor recuperável do valor contábil. Para as demais premissas, levamos em consideração o histórico das respectivas tendências e outras evidências que corroboram os dados utilizados. Avaliamos, também, a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos contratados pela administração envolvidos no cálculo do valor recuperável, bem como que variações na determinação das premissas adotadas pela administração podem impactar a recuperação dos saldos registrados e, por consequência, os resultados da demonstração de valor recuperável estão consistentes com as práticas de cada, bem como que as divulgações efetuadas sobre o tema estão adequadas em relação às evidências por nós obtidas.

Outras assinaturas

Demonstrações do Valor Adicionado: As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes com as demonstrações financeiras e com o resultado das operações e a posição patrimonial e financeira da Companhia e do Consolidado.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e, não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, apresentar distorção de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, considerarmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a elaborar esse relatório. Não elaboramos e relatório a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem decorrer de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, podem afetar significativamente a capacidade da auditoria de detectar distorções relevantes.

Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidências de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não como o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas, nem sobre a eficácia dos controles internos das controladas da Companhia. • Avaliamos a eficácia das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, incluindo as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes operações e resultados de forma relevante, consistente com as demonstrações financeiras das entidades que participam de negócios de grupo e apresentar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como não significativos para a eficácia das demonstrações financeiras do período corrente e que, por isso, permanecem, não obstante a assinatura da opinião de auditoria. Em algumas dessas assinaturas desse relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias de rara vez, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2020

José Vital Pessoa Monteiro Filho

Contador CRC 1PE016700/O-0



Publica
Bahia
TRANSPARÊNCIA NA PUBLICAÇÃO
DE ATOS OFICIAIS

egba
melhores preços, melhor qualidade

CASA CIVIL



**GOVERNO
DO ESTADO**

ISO 9001 • egba
CERTIFICADA DESDE 2000



IMPRENSA OFICIAL DA BAHIA
GOVERNO DO ESTADO

**Agende seu atendimento
de forma rápida e fácil**

Acesse:



• DIÁRIO OFICIAL | PUBLICA BAHIA

Publicações oficiais para câmaras e prefeituras baianas, com baixo custo e segurança.

Agendamento:

Sede Egba:

71 3116 2865 | 2133

SAC Shopping da Bahia, Posto 3:

71 3117 8413

www.egba.ba.gov.br



APOIO

104 ANOS DE TRADIÇÃO EM
BENEFÍCIO DA SOCIEDADE BAIANA

IMPRENSA OFICIAL

VAGAS PARA SALVADOR**ASSISTENTE DE VENDAS (ESTÁGIO)**

- Ensino Superior cursando em ADM, MKT, Gestão Comercial ou áreas afins - A partir do 2º sem (noturno)
- Bolsa-estágio: 500,00 + Benefícios
- 02 VAGAS

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL/SÉRIES INICIAIS (ESTÁGIO)

- Ensino Superior cursando Pedagogia - A partir do 4º sem
- Obrigatório possuir conhecimento básico em Word e Excel
- Bolsa-estágio: 600,00 + Benefícios
- 01 VAGA

ANALISTA TÉCNICO DE PRÉ-VENDAS

- Ensino Superior completo em Segurança da Informação, Rede ou na área de TI
- Experiência mínima de 06 meses na função
- Obrigatório possuir Inglês intermediário (leitura), vivência com pré-vendas na área de infraestrutura de TI ou segurança da informação, contratação PJ (possuir MEI ou possibilidade para cadastro com MEI) e disponibilidade para viajar
- Salário: 5.000,00 + Benefícios
- 01 VAGA

BORRACHEIRO

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima de 06 meses na função
- Obrigatório possuir vivência com veículos pesados (carretas, guindastes, etc.)
- 01 VAGA

CONSULTOR DE VENDAS

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima de 06 meses na função
- Obrigatório possuir vivência em vendas de consórcios de carro/moto, seguros/proteção veicular ou plano de saúde/ funerário, disponibilidade de horário e CNH 'A' ou carro próprio com CNH 'B' (empresa ajudará no combustível)
- Salário: 1.086,00 + Benefícios
- 01 VAGA

COORDENADOR DE RH

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima de 06 meses na função
- Obrigatório possuir vivência com recursos humanos, em planilhas em Excel e documentação do setor pessoal
- Salário: 1.400,00 + Benefícios
- 01 VAGA

ESCRITURÁRIO

- Ensino Superior incompleto em Ciências Contábeis - A partir do 4º sem
- Experiência mínima de 06 meses na função
- Obrigatório possuir vivência na área
- Desejável: Superior na área financeira, habilidade com números/relatórios e noção de Informática
- Salário: 1.631,96 + Benefícios
- 01 VAGA

FISCAL DE VIGILÂNCIA

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima de 06 meses na carteira
- Obrigatório possuir vivência na área, CNH 'AB', 'AD' ou 'AE' (Tem que ser CNH do tipo dupla), cursos atualizados de reciclagem e CNV, habilidade em Excel e Word (nível básico), disponibilidade de horário e conhecer bem a cidade de Salvador e Região Metropolitana
- Salário: 2.000,00 + Benefícios
- 01 VAGA

JARDINEIRO

- Ensino Fundamental completo
- Experiência mínima de 06 meses na carteira
- Obrigatório possuir vivência na área
- 05 VAGAS

MECÂNICO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima de 06 meses na função
- Obrigatório possuir vivência na área, especialidade em injeção eletrônica e CNH 'AB', 'B', 'C', 'D' ou 'E'
- Salário: 2.000,00 + Benefícios
- 02 VAGAS

MECÂNICO DE MANUTENÇÃO AUTOMOTIVA

- Ensino Fundamental completo
- Experiência mínima de 06 meses na função
- Obrigatório possuir vivência na área, conhecimento com veículos flex e diesel média e baixa
- Salário: 1.400,00 + Benefícios
- 01 VAGA

MECÂNICO DE BICICLETAS

- Ensino Fundamental completo
- Experiência mínima de 06 meses na função
- Obrigatório possuir vivência na área e disponibilidade de horário
- 01 VAGA

SUBGERENTE DE RESTAURANTE

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima de 06 meses na função
- Obrigatório possuir vivência com liderança no ramo de alimentação
- Salário: 1.243,00 + Benefícios
- 01 VAGA

MONTADOR DE MÓVEIS

- Ensino Fundamental completo
- Experiência mínima de 06 meses na função
- Obrigatório possuir vivência com montagens de móveis convencionais
- 05 VAGAS

SUPERVISOR DE AÇOUGUE

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima de 06 meses na função
- Obrigatório possuir vivência na área
- 02 VAGAS

CHEFE DE COZINHA

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima de 06 meses na função
- Obrigatório possuir vivência na área e residir próximo ao município de Lauro de Freitas
- 02 VAGAS

CONSULTOR DE VENDAS

- Ensino Superior completo em Gestão Comercial, Gestão de Negócios e outras na área comercial
- Experiência mínima de 06 meses na função
- Obrigatório possuir CNH 'B' e vivência na área
- 01 VAGA

ESTETICISTA

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima de 06 meses na função
- Obrigatório possuir cadastro MEI, vivência e curso na área
- 02 VAGAS

INSTALADOR DE INSULFILM

- Ensino Fundamental incompleto
- Experiência mínima de 06 meses na função
- Obrigatório possuir vivência em instalação de insulfilm em carros/residências, fazer protagens e disponibilidade de horário
- 01 VAGA

MANICURE

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima de 06 meses na função
- Obrigatório possuir cadastro MEI, vivência e curso na área
- 02 VAGAS

GESSEIRO MONTADOR

- Ensino Médio incompleto
- Experiência mínima de 06 meses na função
- Obrigatório possuir vivência em alongamento, manicure/pedicure, curso de Alongamento de unhas, disponibilidade para trabalhar aos finais de semana e residir no município de Lauro de Freitas ou local com fácil transporte
- 10 VAGAS

VAGAS PARA A UNIDADE CENTRAL DE SALVADOR

ATENÇÃO - Solicite encaminhamento na Av. ACM, 3.359 – Cond. Torres do Iguaçu/Brotas. Funcionamento de segunda a sexta, das 7h às 17h.

COZINHEIRO HOSPITALAR

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima de 06 meses na função
- Obrigatório possuir vivência na área
- 01 VAGA

JARDINEIRO

- Ensino Médio incompleto
- Experiência mínima de 06 meses na função
- Obrigatório possuir vivência na área e cursos atualizados NR12 e NR35 (Realizados em escola técnica e apresentar certificado)
- 01 VAGA

VAGAS PARA LAURO DE FREITAS**ANALISTA DE CRÉDITO**

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima de 06 meses na carteira
- Obrigatório possuir vivência com crédito consignado
- 01 VAGA

BARMAN

- Ensino Médio incompleto
- Experiência mínima de 06 meses na carteira
- 01 VAGA

OPERADOR DE MÁQUINA DE EXTRUSORA

- Ensino Médio incompleto
- Experiência mínima de 06 meses na carteira
- 01 VAGA

AUXILIAR DE COSTURA

- Ensino Fundamental completo
- Experiência mínima de 06 meses na carteira
- 02 VAGAS

COSTUREIRA DE MÁQUINA INDUSTRIAL

- Ensino Fundamental completo
- Experiência mínima de 06 meses na carteira
- 02 VAGAS

VENDEDOR INTERNO/SEGMENTO DE JOALHERIA

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima de 06 meses na carteira
- 02 VAGAS

VENDEDOR LÍDER/SEGMENTO DE JOALHERIA OU SEMIJOIAS

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima de 06 meses na carteira
- 01 VAGA

VENDEDOR INTERNO/SEGMENTO DE ÓTICAS

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima de 06 meses na carteira
- Obrigatório possuir vivência com venda em ótica e venda de óculos lentes
- 01 VAGA

GARÇOM OU GARÇONETE

- Ensino Médio incompleto
- Experiência mínima de 06 meses na carteira
- 01 VAGA

AUXILIAR DE COZINHA

- Ensino Fundamental completo
- Experiência mínima de 06 meses na carteira
- 06 VAGAS

• DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA: Carteira de Trabalho, RG, CPF, comprovantes de residência e escolaridade, além de certificados de qualificações se assim desejar.

Observação: Estas são apenas ALGUMAS oportunidades disponíveis e estão sujeitas ao limite de encaminhamentos. Para consulta da lista completa e atualizada, o trabalhador deve buscar uma das unidades do SineBahia no estado.

**CHEFÉ DE COZINHA**

- Ensino Médio incompleto
- Experiência mínima de 06 meses na carteira
- 01 VAGA

COZINHEIRO DE RESTAURANTE

- Ensino Médio incompleto
- Experiência mínima de 06 meses na carteira
- 01 VAGA

SUPERVISOR COMERCIAL/RESTAURANTE

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima de 06 meses na carteira
- 02 VAGAS

GERENTE DE RESTAURANTE

- Ensino Fundamental completo
- Experiência mínima de 06 meses na carteira
- 01 VAGA

SUSHIMAN

- Ensino Fundamental completo
- Experiência mínima de 06 meses na carteira
- 02 VAGAS

VAGAS PARA FEIRA DE SANTANA**VENDEDOR EXTERNO(PCD)**

- Exclusiva para Pessoas com Deficiência
- Ensino Médio completo
- Obrigatório possuir veículo, CNH 'B', conhecimento/habilidades com Informática, disponibilidade para viajar e trabalhar com vendas de chips, controle do estoque interno e realizar visitas a PDVs
- Salário + comissão
- 06 VAGAS

FATURISTA

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima de 06 meses na carteira
- Obrigatório possuir vivência na área com emissão de nota fiscal, boletos, apoio na área de Logística, pesagem de veículos, conhecimento em Informática e domínio com Pacote Office
- 01 VAGA

VAGAS PARA SANTO ANTÔNIO DE JESUS**COZINHEIRA**

- Ensino Médio completo
- Experiência na função – Apresentar carta de referência
- 01 VAGA

COSTUREIRA

- Ensino Médio incompleto
- Experiência com estofado – Apresentar carta de referência
- 01 VAGA

ELETRICISTA AUTOMOTIVO

- Ensino Médio completo
- Experiência em sistema elétrico e eletrônico de caminhões e ônibus – Apresentar comprovação
- Obrigatório possuir CNH 'B' e curso de Eletromecânica
- 03 VAGAS

ESTOQUISTA

- Ensino Médio completo
- Experiência na função – Apresentar carta de referência
- Obrigatório possuir vivência com armazenamento de mercadorias, atualização/contagem de estoque no sistema, balanço, cadastramento de produtos e disponibilidade para trabalhar em Cruz das Almas
- 01 VAGA

SERRALHEIRO

- Ensino Médio completo
- Experiência na função – Apresentar carta de referência
- 01 VAGA

AUXILIAR DE PADEIRO

- Ensino Fundamental completo
- Experiência na função – Apresentar carta de referência
- 01 VAGA

MECÂNICO INDUSTRIAL

- Ensino Médio completo
- Experiência na função – Apresentar carta de referência
- 01 VAGA

ELETRICISTA

- Ensino Médio completo
- Experiência na função – Apresentar carta de referência
- Obrigatório possuir curso NR 10
- 01 VAGA

ELETRICISTA

- Ensino Médio completo
- Obrigatório possuir cursos NR 10, NR 35, Eletricista de redes de distribuição e outros direcionados a função
- 50 VAGAS

BLASTER

- Ensino Fundamental completo
- Obrigatório possuir curso de Blaster
- 11 VAGAS

OPERADOR DE CALDEIRA

- Ensino Médio completo
- Experiência na função – Apresentar carta de referência
- Obrigatório possuir curso NR 13
- 01 VAGA

ELETRICISTA

- Ensino Técnico completo em Elétrica, Eletrotécnica
- Eletroeletrônico
- Experiência na área de indústria – Apresentar comprovação
- Obrigatório residir em Valença
- 01 VAGA

VAGAS PARA JEQUIÉ**ENFERMEIRO**

- Ensino Superior completo
- Experiência mínima de 06 meses na carteira
- 04 VAGAS

TÉCNICO DE ENFERMAGEM

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima de 06 meses na carteira
- 04 VAGAS

ATENDENTE BALCONISTA

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima de 06 meses na carteira
- 01 VAGA

ALINHADOR

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima de 06 meses na função
- 01 VAGA

SUPERVISOR DE VENDAS

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima de 06 meses na função
- Obrigatório possuir CNH 'B'
- 02 VAGAS

VENDEDOR PRACISTA

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima de 06 meses na função
- 04 VAGAS

CONTROLADOR DE ALMOXARIFADO

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima de 06 meses na função
- 01 VAGA

104 ANOS DE TRADIÇÃO EM
BENEFÍCIO DA SOCIEDADE BAIANA

IMPRENSA OFICIAL

**VAGAS PARA
SENHOR DO BONFIM****CONFERENTE DE MERCADORIAS**

- Ensino Médio Completo
- Experiência na função – Apresentar comprovação
- 01 VAGA

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

- Ensino Técnico completo em Ciências Contábeis ou Administração de Empresas
- Experiência na função – Apresentar comprovação
- 01 VAGA

CONSULTOR DE VENDAS

- Ensino Médio completo
- Experiência na função – Apresentar comprovação
- 01 VAGA

MECÂNICO DE AUTOMÓVEL

- Ensino Médio completo
- Experiência na função – Apresentar comprovação
- 04 VAGAS

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

- Ensino Superior incompleto em ADM ou Ciências Contábeis
- Experiência na função – Apresentar comprovação
- 01 VAGA

CHAPISTA DE AUTOMÓVEIS

- Ensino Médio completo
- Experiência na função – Apresentar comprovação
- 01 VAGA

ATENDENTE

- Ensino Médio completo
- Experiência com rotinas administrativas
- 01 VAGA

ESCREVENTE

- Ensino Médio completo
- Experiência na função – Apresentar comprovação
- 01 VAGA

ALINHADOR

- Ensino Médio incompleto
- Experiência na função – Apresentar comprovação
- 02 VAGAS

VAGAS PARA ITABUNA**OPERADOR DE TELEMARKETING (PCD)**

- Exclusiva para Pessoas com Deficiência
- Ensino Médio completo
- Não exige experiência
- 05 VAGAS

VENDEDOR INTERNO

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima de 06 meses na carteira
- Obrigatório possuir vivência com vendas de eletro e móveis
- 05 VAGAS

ENCARREGADO DE AÇOUGUE

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima de 06 meses na carteira
- 01 VAGA

ENCARREGADO DE FRIOS

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima de 06 meses na carteira
- 01 VAGA

ENCARREGADO DE MERCEARIA

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima de 06 meses na carteira
- 01 VAGA

• DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA: Carteira de Trabalho, RG, CPF, comprovantes de residência e escolaridade, além de certificados de qualificações se assim desejar.
Observação: Estas são apenas ALGUMAS oportunidades disponíveis e estão sujeitas ao limite de encaminhamentos. Para consulta da lista completa e atualizada, o trabalhador deve buscar uma das unidades do SineBahia no estado.



APOIO

104 ANOS DE TRADIÇÃO EM
BENEFÍCIO DA SOCIEDADE BAIANA

IMPRENSA OFICIAL

ENCARREGADO DE HORTIFRUTI

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima de 06 meses na carteira
- 01 VAGA

ENCARREGADO DE SERVIÇOS GERAIS

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima de 06 meses na carteira
- 01 VAGA

GERENTE DE LOJA

- Ensino Médio ou Superior completo
- Experiência mínima 06 meses na carteira
- 01 VAGA

LOCUTOR

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima 06 meses na carteira
- 01 VAGA

SUBGERENTE

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima 06 meses na carteira
- 01 VAGA

ANALISTA DE ESTOQUE

- Ensino Médio ou Superior completo
- Experiência mínima 06 meses na carteira
- 01 VAGA

ATENDENTE DE TELEVENDAS

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima 06 meses na carteira
- 01 VAGA

AÇOUGUEIRO

- Ensino Fundamental completo
- Experiência mínima 06 meses carteira
- 09 VAGAS

AUXILIAR DE DEPÓSITO

- Ensino Fundamental completo
- Não exige experiência
- 01 VAGA

AUXILIAR DE PERECÍVEIS

- Ensino Fundamental completo
- Não exige experiência
- 01 VAGA

AUXILIAR DE LIMPEZA

- Ensino Fundamental completo
- Experiência mínima 06 meses carteira
- 05 VAGAS

CARTAZISTA

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima 06 meses na carteira
- 01 VAGA

CONFITEIRO

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima 06 meses na carteira
- 01 VAGA

FISCAL DE PREVENÇÃO DE RISCOS

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima 06 meses na carteira
- 08 VAGAS

GERENCIADOR DE PREVENÇÃO DE RISCOS

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima 06 meses na carteira
- 01 VAGA

OPERADOR DE CÂMARA FRIA

- Ensino Fundamental completo
- Não exige experiência
- 01 VAGA

OPERADOR DE EMPILHADEIRA

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima 06 meses na carteira
- Obrigatório possuir curso de Empilhadeira
- 03 VAGAS

PADEIRO

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima 06 meses na carteira
- 02 VAGAS

REPOSITOR DE MERCADORIAS

- Ensino Fundamental completo
- Não exige experiência
- 13 VAGAS

REPOSITOR DE HORTIFRUTI

- Ensino Fundamental completo
- Não exige experiência
- 06 VAGAS

TÉCNICO DE MANUTENÇÃO

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima 06 meses na carteira
- 01 VAGA

ENCARREGADO DE SUPERMERCADO NA SEÇÃO DE PERECÍVEIS

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima 06 meses na carteira
- 01 VAGA

ANALISTA DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

- Ensino Superior completo em Análise de Sistemas ou Ciência da Computação
- Experiência mínima de 06 meses com desenvolvimento de sistema WEB
- 01 VAGA

MOTORISTA PODADOR / ELETRICISTA

- Ensino Técnico completo de Eletrotécnica
- Experiência mínima de 06 meses na função
- Obrigatório possuir cursos de RD, NR-10, NR-35, Eletricista Básica e Direção Defensiva
- 02 VAGAS

MOTORISTA MUNK

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima de 06 meses na função
- Obrigatório possuir CNH 'E', cursos de NR-10, Eletricista Básica e Direção Defensiva
- 10 VAGAS

AUXILIAR ELETRICISTA

- Ensino Fundamental completo
- Experiência mínima de 06 meses na função
- Obrigatório possuir cursos de NR-10 e Eletricista básico
- 03 VAGAS

ENCARREGADO DE LINHA MORTA

- Ensino Técnico completo de Eletrotécnica
- Experiência mínima de 06 meses na função
- Obrigatório possuir cursos de RD, NR-10, NR-35 e SEP
- 02 VAGAS

ENCARREGADO DE PODA

- Ensino Técnico completo de Eletrotécnica
- Experiência mínima de 06 meses na função
- Obrigatório possuir cursos de RD, NR-10, NR-35 e SEP
- 02 VAGAS

ENCARREGADO DE LINHA VIVA

- Ensino Técnico completo de Eletrotécnica
- Experiência mínima de 06 meses na função
- Obrigatório possuir cursos de RD, NR-10, NR-35 e SEP
- 03 VAGAS

• **DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA:** Carteira de Trabalho, RG, CPF, comprovantes de residência e escolaridade, além de certificados de qualificações se assim desejar.
Observação: Estas são apenas ALGUMAS oportunidades disponíveis e estão sujeitas ao limite de encaminhamentos. Para consulta da lista completa e atualizada, o trabalhador deve buscar uma das unidades do SineBahia no estado.